Informação,
Saúde e
Redes Sociais

diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré

Informação, Saúde e Redes Sociais

diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré

Regina Maria Marteleto
Eduardo Navarro Stotz
Organizadores

1ª Reimpressão

Autores

Cátia Guimarães
mestre em Comunicação, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), jornalista – coordenação de comunicação, divulgação e eventos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

Eduardo Navarro Stotz (Organizador)
sociólogo, doutor em Ciências da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), pesquisador da Ensp/Fiocruz, coordenador do Núcleo de Estudos Locais em Saúde (Elos/Ensp/Fiocruz).

Elaine Savi
mestre em Ciências da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), pesquisadora da Ensp/Fiocruz.

Eliana Souza Silva
doutora em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), fundadora e diretora do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm).

Eliane Silveira Gonçalves
bacharel em Arquivologia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

Humberto Salustriano da Silva
graduando em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ativista da Maré e da Rede Maré Jovem.

José Cláudio da Costa Barros
doutor em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/MCT-ECO/UFRJ)), gerente de Programas da Care Internacional Brasil.

José Wellington Gomes de Araújo
médico epidemiologista, doutor em Ciências da Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), pesquisador da Ensp/Fiocruz.

Karen Giffin
doutora em Sociologia, University of Toronto, U.T. – Canadá, pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz).

Maíra Araújo
bacharel em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Márcia Menezes Thomaz Pereira
graduada em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em Sociologia Urbana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), professora de Sociologia da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro.

Mariluci Correia do Nascimento
bacharel em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora na área de história local e etnomusicologia.

Nanci Gonçalves da Nóbrega
doutora em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/MCT-ECO/UFRJ), professora da Universidade Federal Fluminense (UFF/Departamento de Ciência da Informação e Instituto de Letras).

Regina Helena Simões Barbosa
doutora em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), professora e pesquisadora do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Iesc/UFRJ).

Regina Maria Marteleto (Organizadora)
doutora em Comunicação e Cultura, Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Icict/Fiocruz), coordena o Grupo de Pesquisa Antropologia da Informação.

Rodrigo Silva Magalhães
bacharel em História, Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Território (Uerj).

Sinésio Jefferson Andrade Silva
bacharel em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Música (UFRJ), ativista da Rede Maré Jovem.

Sumário

Prefácio

Olhando a Significação: do paradigma do acesso ao da apropriação de informação

Voltar o olhar para os processos sociais de significação é tocar em problema histórico e cultural chave. Se os tempos e os espaços mudam, mudam também os significados, os modos e os atores que os produzem. Das rodas ao redor do fogo à navegação nos oceanos informacionais da internet, são distantes e distintos tanto os conteúdos e valores culturais quanto os caminhos de sua construção. Daí a necessidade de atualização permanente dos debates, do esforço contínuo de compreensão dos modos como as diferentes formações sociais constroem e reconstroem seus patrimônios simbólicos, condição de sua existência tanto material quanto imaterial.

Extremamente sensíveis aos fluxos temporais e ao fulgor das tensões, das paixões e dos gestos, os significados movimentam-se permanentemente, alheios às pretensões e promessas de fixação que podem ser entrevistas em formulações como a que diz que "as palavras voam, a escrita fica". Se, efetivamente, a escrita permanece, as significações, ao contrário, se esvaecem e se reconstituem permanentemente, em um fluxo intermitente e aberto que ultrapassa a fisicalidade dos traços que lhes dão guarida e visibilidade. É no tempo e no espaço do porvir histórico que os significados se inscrevem e realizam, não no presente eterno da pura, mas desencarnada, materialidade dos sinais.

Lembro Lygia Bojunga Nunes: os livros espreitam e esperam na estante. Em silêncio, resignados. Assim, se a escrita fica, como outras formas de

registro, ela não é senão potencialidade à espera de realização. Conjunto de marcas, depende do sopro vital dos leitores para transformar-se em signo. Não fosse assim, os destinos dos processos de comunicação estariam irremediavelmente traçados na esfera da produção, passando à margem do complexo e dinâmico jogo entre esta, as intricadas e difusas esferas de mediação social, bem como as condições concretas e específicas da recepção. Escritores e leitores, em tais condições, tal como as máquinas de comunicar, seriam codificadores e decodificadores mecânicos de sinais, destituídos de suas condições e qualidades humanas específicas, de sua história, cultura, sensibilidade e inteligência, de sua singularidade de sujeitos dos processos de significação.

A concepção estática de tais processos não se sustenta nem mesmo em contextos marcados por fortes tendências de homogeneização cultural e simbólica. Tribos, grupos fechados, seitas religiosas, políticas, acadêmicas possuem sempre intérpretes, oficiais ou não, com a função de fazer face à entropia inerente aos atos comunicativos – quem conta um conto, aumenta um ponto, diz a tradição. Em contextos como o atual, onde sob a nuvem espessa da globalização espoucam a todo instante tensões, conflitos, diferenças locais de toda ordem, fica mais ainda clara a inviabilidade da mensagem única, do modelo único, da civilização única. Não há como se iludir: somos, irremediavelmente, singulares e plurais, únicos e muitos, idênticos e diversos. A contrapartida irremissível dos encontros são os desencontros; das aproximações, as distâncias; das entregas, as recusas.

Nesse sentido, se a modernidade exigia de Hamlet ser ou não ser, a contemporaneidade desafia-nos a ser e não ser, ao mesmo tempo. Os significados são postos à prova a cada situação vivida por nós, são insuflados em velocidades cada vez mais aceleradas. Os desejos brotam por todos os poros, permanentemente, não se sabe de onde. Da biologia? Da história? Do mercado? Do Estado? De todos juntos? Dos sujeitos? A identidade em nossa época é declinada no plural, vivemos todos perigosamente, no limiar da fragmentação, em um equilíbrio instável, criaturas cujas peças só se ajustam com grande dificuldade.

Entrar em contato com o conteúdo desta coletânea é penetrar, portanto, em um território que trata de questões essenciais e universais, a partir de nosso destino brasileiro particular. Impossível, pois, não remontar o grito produzido aqui, ao nosso lado, na Maré, do Rio de Janeiro, à Grécia épica

ou trágica de Eurípedes ou Sófocles: "eu tenho muito medo porque esse meu filho gosta muito de dinheiro. As meninas gostam de estudar, mas ele gosta mesmo é de ter dinheiro, poder fazer um lanche na rua, usar as roupas da moda, mas é meu filho querido".

De um lado, o eterno, o permanente: o amor da mãe pelo filho; de outro, a circunstância, o 'aqui e agora' da desigualdade, do abandono público, da violência, do consumo, do narcotráfico, com suas ofertas aparentemente fáceis aos jovens que sonham com 'um lanche na rua', com as roupas de seu tempo, com a bermuda 'de marca'. Agregação e desagregação ao mesmo tempo, desejo de calor e de afeto irreconciliável com os meios de apropriação das marcas de seu tempo. Entre o apego ao que é próximo e o consumo a qualquer custo, o medo, o sofrimento, o turbilhão dos significados. Privado e público, nem privado, nem público, ser e não ser, concomitantemente. Onde se constituem os sujeitos, como e quem define os significados em tais condições? A casa, o mercado, o Estado, o espaço virtual, o narcotráfico, a mídia, os indivíduos desgarrados? Quem, enfim, os sujeitos da palavramundo, como quer Freire? Ou será esta mais uma utopia que se foi em nossa época?

Refletindo sobre tais problemáticas, o presente livro, feito a muitas mãos, acrescenta ao debate um largo espectro de questões teóricas, metodológicas e práticas, enriquecendo-o. Como não poderia deixar de ser, realiza recortes necessários, perscrutando o tempo contemporâneo, traduzindo em cenas brasileiras do bairro da Maré, no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pensadores fundamentais da modernidade, como Walter Benjamin, convivem com críticos da contemporaneidade em toda a obra, como Bourdieu, Latour, Boaventura Sousa Santos, Canclini, em um saudável programa científico de tessitura de elos entre perspectivas convergentes, apesar das distâncias temporais e espaciais. Conceitos como experiência são, em decorrência, retomados, assim como a distinção benjaminiana entre informação e narrativa, essencial para a constituição de outra distinção fundamental aos nossos tempos, ou seja, aquela que separa informação de conhecimento.

Evidentemente, o método científico não poderia também ser deixado de lado em um trabalho como este, uma vez que não só o arsenal conceitual, mas também os modos de pesquisar, de produzir ciência, são alterados pelas posições epistemológicas assumidas. Na primeira parte do trabalho

são incluídas, portanto, questões pertinentes da 'pesquisa-ação', modo de conhecimento que articula observação e participação em um todo orgânico e dinâmico. Não sem razão, as pesquisas apresentadas estavam inscritas originalmente na linha de pesquisa de pós-graduação, intitulada antropologia da informação.

Se o pesquisador não observa apenas, mas inscreve-se e participa do universo pesquisado, constituindo conhecimentos e constituindo-se no processo, não parecerá estranho que, já na segunda parte, ao relatar um modo específico de "construir o conhecimento", os autores se debrucem sobre a 'sistematização de práticas sociais', mais do que sobre as próprias práticas. Já não importam apenas os fatos e suas lições, mas os modos como são relatados, produzidos e apropriados socialmente. A ciência não é apenas um produto, um conjunto de conhecimentos, dados e acabados. É também processo, fluxo, modo de produção. É conteúdo e forma; modo de ser e de estar; de nomear, produzir e interpretar o mundo. Por isso, produção, circulação e recepção de significados são compartilhados, rompendo com concepções tradicionais de 'difusão científica'. O relato sobre o 'almanaque da dengue', bem como os das 'práticas de intervenção socioculturais', são expressão viva e vivificadora dessa convicção que resulta tanto em novos saberes e fazeres científicos e sociais quanto em novos modos de sua produção e circulação: o conhecimento constitui e é constituído em rede. O vácuo entre os que difundem conhecimentos e os que são apenas receptores se esvai nas tramas dos saberes plurais articulados.

Em decorrência, se o conjunto de relatos aqui apresentados coloca uma variada e rica gama de questões de diferentes ordens, coloca também uma busca comum, traduzida em uma atitude epistemológica coerente, mesmo se não nomeada explicitamente enquanto tal. Está em causa, portanto, no conjunto, a superação do paradigma do 'acesso à informação' pelo da 'apropriação de informações'. E tal guinada radical merece especial atenção, já que a voz dominante nas ciências de informação é ainda a do acesso, logo, da difusão, repetida desde os iluministas, com seus conteúdos e métodos de mão única que continuam até hoje excluindo enormes contingentes populacionais de importantes processos sociais de produção de significados.

Diferentemente do paradigma do 'acesso', não basta ao da 'apropriação' a oferta de informações. No mundo contemporâneo, se, por um lado, estas continuam nos faltando, muitas vezes, chegam-nos, por outro lado,

produzidas em excesso, tomando-nos de assalto, estressando-nos, não apenas pela quantidade, mas também pelo comportamento agressivo do mercado cultural. Difundir aleatoriamente informações em tal quadro é, portanto, o mesmo que jogar garrafas sem mensagens ao mar, na esperança de que alguém as descubra em algum ponto distante e venha nos livrar do naufrágio. Segundo Virílio, nosso mundo oferece tanta informação para desinformar. Ou seja, nega-se o direito não pela falta, mas pelo excesso.

Não é fortuito, desse modo, o fato de que a organizadora do volume e coordenadora das pesquisas nele apresentadas, tenha se valido de uma citação do escritor e filósofo George Steiner: "As bibliotecas, os museus, os teatros, as universidades podem muito bem prosperar à sombra dos campos de concentração. Nós entendemos agora: a cultura não torna as pessoas mais humanas. Ela pode até nos tornar insensíveis à miséria do homem". O alerta contra o culturalismo ingênuo tem sua razão de ser. Steiner sabe provavelmente de histórias macabras da Segunda Guerra que mesclavam audições dos geniais Mozart, Bach e Beethoven à execução de ordens de extermínio nas câmaras de gás. As informações musicais preciosas e elevadas não se incorporaram aos sujeitos, modificando-os, 'tornando-os mais humanos'. Entre elas e eles existe uma zona de indeterminação preenchida pelo arbítrio, pelo torpor hierárquico, pelas obsessões. As incorporações não são imediatas, portanto, nem as mediações são mecânicas. Ao contrário, são construídas, dependem da ação, do trabalho, das opções e da consciência humana.

Desse modo, a preocupação em oferecer simplesmente acesso às informações, sem que se considerem os mecanismos complexos de mediação que interferem nos processos de apropriação simbólica, sem que se leve em conta sua natureza, sua razão de ser, suas particularidades, suas exigências, seus modos especiais de produção, de circulação, de recepção, encontra, no mundo contemporâneo, correspondência em atos que marcaram a consolidação do mundo moderno pela burguesia: dá-se anéis para não se perder os dedos. Em outras palavras, difundem-se informações até em excesso, mas subtrai-se condições de seu processamento, bem como de participação nos processos de definição das significações sociais amplas.

Em suma, o paradigma do acesso desconsidera as mediações sociais que intervêm na recepção, atribuindo a sujeitos tomados individualmente a responsabilidade pelos destinos face aos códigos, em uma política de *laissez-*

faire simbólico, ajustada aos manuais do liberalismo. A apropriação de informações é tratada, portanto, como ato natural, e não cultural, esvaziado das dimensões históricas inerentes aos processos de significação.

Adotar o paradigma da apropriação não é, portanto, uma posição sem conseqüências epistemológicas e políticas. Trata-se de um modo de compreender a informação, bem como de estabelecer vínculos entre ela e a vida social. Trata-se de superar visões naturalistas, de vislumbrar a informação além de seus traços meramente físicos, situando-os em quadros de significação constituídos e irrigados pela cultura e pela história.

Nesse sentido, o conjunto de textos colocados à nossa disposição, em que pese diferenças decorrentes da maior ou menor experiência científica de seus autores, abre novos caminhos de conhecimento, apresentando sob forma nova, não apenas o rico universo humano que descreve, como também questões envolvendo a informação, o conhecimento e a ação sociocultural e política em nossos dias. Liberada da arrogância transmissivista implícita ao modelo informacional decorrente do paradigma do acesso, a pesquisa aqui apresentada mostra pesquisadores que entendem o conhecimento como forma de interlocução e de troca, de construção e de reconstrução de si e do mundo. Como indicado, na temática central – as redes sociais e o conhecimento –, um termo pressupõe o outro, não podendo este último ser produzido ou outorgado a sujeitos desprovidos de contextos históricos e culturais que lhes dê guarida: conhecer é relacionar e relacionar-se; é pensamento e ação, mesmo se cada um dos termos em questão tenha sua própria natureza e identidade e não se reduza jamais ao outro.

Edmir Perrotti
Professor da Escola de Comunicação e Artes
da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Apresentação

Os trabalhos que aqui se apresentam são resultantes de projetos de pesquisa conduzidos de forma interinstitucional, interdisciplinar e compartilhada por duas equipes de pesquisadores: o grupo de pesquisa em 'Antropologia da Informação' – ligado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, (Ibict/MCT) em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), e, mais tarde, à Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG) – e o grupo de pesquisa 'Educação, Saúde e Cidadania', vinculado ao Núcleo de Estudos Locais em Saúde (Elos), instância técnico-científica e interdepartamental da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz).

Os textos dizem respeito à informação e saúde e centram suas questões, em primeiro momento, nos atores institucionais, para perguntar de que modo exercem o papel de distanciamento e neutralidade, em geral exigido ao produtor do conhecimento científico, para optar por uma outra atitude, a do afastamento e da 'neutralidade ativa', por ser esta mais favorável a uma posição de escuta, propiciadora ao aparecimento de outras vozes. Para tanto, entende-se ser indispensável aos atores institucionais do conhecimento seu engajamento na qualidade de pesquisadores, usando o duplo atributo de analistas e de intérpretes.

A pesquisa na área de saúde pública, como também na de ciências da informação, ensina que, ao adotarem uma posição de neutralidade ativa, os pesquisadores se situam, na perspectiva de certos segmentos da sociedade

civil, como mediadores de tais segmentos com o Estado, que é o lugar de pertencimento institucional e profissional desses pesquisadores.

Na obra que ora se apresenta, traduzimos esse posicionamento ao assinalar que participamos da tentativa da construção de uma esfera pública, engajando-nos com as qualidades de pesquisadores acadêmicos, admitindo ser necessário criar ações dialógicas organizadas e construídas em uma relação democrática e aberta entre segmentos da sociedade civil desprovidos de poder e atores institucionais interessados em ações pedagógicas vinculadas à função do serviço público.

A relativização, ou, no limite, o abandono da neutralidade como princípio cognitivo, significa a recusa da indiferença em relação aos fins e implicações do conhecimento científico. Mas, como adverte o filósofo da ciência Hugh Lacey, ao abandonar o pressuposto da neutralidade, a ciência admite a relevância dos valores sociais sem recusar a pretensão da objetividade do conhecimento. Os valores sociais não determinam as teorias, apenas restringem o campo da escolha dos valores cognitivos por meio dos quais é possível produzir um conhecimento objetivo do mundo, a saber: a adequação empírica, o poder explicativo da teoria, a ausência de hipóteses *ad hoc* e as relações adequadas com as demais teorias (Lacey, 1998).

Outra importante questão a ser enfrentada diz respeito ao aparente limite do saber científico, o que levaria a admitir, com Giddens (1991), que a circularidade do conhecimento científico e a sua capacidade de alterar os comportamentos sociais dependem da confiança no que o autor denomina "sistemas peritos", que independem dos contextos culturais nos quais vivem os usuários dos conhecimentos e das informações. Acreditamos existir nesse raciocínio uma premissa subjacente, a saber, a aceitação irrecusável da ruptura entre ciência e senso comum. Ao invés de aceitar tal premissa, os pesquisadores em saúde e informação acreditam que, à medida que lidam com objetos complexos – como a saúde das populações humanas e os sentidos do mundo, caracterizados pela incerteza do conhecimento sobre as determinações, amplitude e relações do adoecimento e pela consciência do elevado impacto político do conhecimento (Funtowicz & Ravetz, 1997) –, devem relativizar a idéia de ruptura epistemológica e, na busca de um encontro entre ciência e senso comum, tal qual proposto por Santos (1989), identificar as particularidades do conhecimento na área de saúde e as suas plurais materialidades informacionais e configurações de sentidos.

Um aspecto que merece ser destacado é o de que não há um conceito universalmente válido de saúde para os indivíduos, para grupos ou para toda a sociedade, ao contrário da visão comum vigente nas disciplinas desse campo, que enxergam a saúde como uma finalidade, isto é, como uma pauta a ser realizada, pressupondo-se uma definição prévia sobre normal e normalidade, o que faria presumir que os sistemas de informação em saúde, quanto mais sofisticados tecnologicamente fossem, mais aptos estariam para fornecer respostas sobre as perguntas humanas a respeito do corpo e da saúde.

A definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) é, nesse sentido, bastante teleológica: “a saúde é um estado de bem estar físico, psíquico e social dos indivíduos” (OMS, 1946). Apesar das críticas da epidemiologia social e da saúde coletiva que apontam para a desigualdade social e seus determinantes, essa definição persiste como referência na consciência social e nas práticas das autoridades sanitárias.

Entretanto, desde meados dos anos 80, em conseqüência da precarização dos vínculos no mercado formal de trabalho e do enfraquecimento dos estados-nacionais, principalmente na periferia do sistema capitalista, ao lado da ênfase no papel dos indivíduos em prover uma vida mais saudável, a concepção de saúde adquiriu crescentemente o sentido de um projeto (individual, coletivo) que remete aos usos sociais do corpo e da mente. Deve-se admitir, entretanto, a impossibilidade de uma plenitude, deixando patente a necessidade de os indivíduos conviverem, de acordo com a sua posição social, com diversos graus de sofrimento, incapacidade ou doença. A concepção de saúde (a noção do que deva ser saúde) está socialmente demarcada, em termos positivos, pelas aspirações individuais ou coletivas, construídas consensualmente ou impostas, em torno da vida saudável e, no limite negativo, pela doença, incapacidade ou sofrimento, admitidos de acordo com os papéis e *status* dos indivíduos.

Nessa perspectiva, concordamos com Samaja (1998), quando analisa que os problemas de saúde ou, alternativamente, as expectativas em termos de uma vida saudável, tal como são definidas pelas pessoas de modo espontâneo, guardam sempre relação com os processos sociais vivenciados cotidianamente e constituem pressupostos da configuração de sentidos ou narrativas construídas para dar conta das rupturas, bloqueios ou perturbações existentes em seu mundo vivido.

Orientados por essas posições teóricas e movidos por uma práxis de aproximação sucessiva com as perspectivas comunitárias da informação e da saúde em redes sociais, os núcleos de pesquisa que aqui apresentam os resultados de seus trabalhos estiveram unidos por pressupostos e indagações comuns, como o foco na informação no nível local, a preocupação com a informação produzida e utilizada na e para a intervenção social, o interesse pela questão do conhecimento e sua democratização e a visão dos atores sociais e dos usuários dos serviços de saúde e dos sistemas de informação como sujeitos. Foi com esse olhar que esses grupos compartilharam o mesmo campo empírico e estudaram o movimento da informação ligado às questões da saúde.

A região da Leopoldina, onde se situam os elos dos pesquisadores com as redes sociais e seus atores, está localizada no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. É marcada pela maior concentração de favelas da cidade – os complexos do Alemão, Penha, Maré e Manguinhos, resultado dos processos acelerados de urbanização e industrialização, nos anos de 50 a 70, e da política de remoção de populações da zona sul da cidade. Ao mesmo tempo em que abriga três das suas principais vias de acesso (Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela), é cortada pela Estrada de Ferro da Leopoldina, que lhe dá o nome. Ali também estão instaladas duas das maiores instituições de ensino e pesquisa do Brasil: a UFRJ e a Fiocruz (Araújo, 1998).

Mas a efervescência de informações e conhecimentos que marca este universo não está restrita aos muros desses centros acadêmicos. Em cada comunidade, bairro, favela, ou complexo, encontram-se centros de discussão, captação e disseminação de informações. Associações de moradores, jornais e rádios comunitárias, organizações não governamentais (ONGs), conselhos distritais de saúde, grupos informais, escolas, centros de cultura e de memória, igrejas, dentre outros, fazem parte de uma história de organização e luta.

Os capítulos que compõem este livro apresentam resultados teóricos, metodológicos e práticos em diferentes estágios, desenvolvidos pelos dois grupos de pesquisa, com o objetivo de estudar, criar metodologias e aplicativos em informação na área de saúde, conjugando as premissas da 'antropologia da informação' com as da 'educação popular e saúde'. A mais geral dessas premissas é a da construção compartilhada do conhecimento sobre saúde, fruto de processos de apropriação de informações e das disputas e/ou alianças simbólicas entre os atores dos campos acadêmico, técnico, poder público e população.

Os autores são pesquisadores, alunos de pós-graduação, bolsistas dos projetos de pesquisa, além de lideranças comunitárias ligadas aos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), uma organização não governamental, criada pela população do complexo da Maré, muito ativa na produção de projetos e ações de intervenção social naquela área.

A chave de leitura para os capítulos que se seguem será, sempre, a questão da troca de experiências. Experiências empíricas, pragmáticas e experiências de pensar. Juntar cabedais de vida e conhecimentos, portanto, é a sua proposta, uma vez que é composto pela junção de reflexões de diferentes disciplinas e saberes, procurando harmonia, talvez porque costurados em uma rede de solidariedade e compartilhamento cujos fios fortes são dois essencialmente: a oralidade e as narrativas. Todos os trabalhos aqui apresentados, inclusive os que abordam o arcabouço teórico, refletem o potencial político e epistemológico da palavra como veículo de criação de redes sociais em torno e por causa de experiências compartilhadas.

O livro se estrutura em três partes que abordam o teórico, o metodológico e as práticas de intervenção social em informação e saúde: A Parte I – As teorias implicadas no conhecimento – trata do arcabouço teórico que embasa as questões gerais das pesquisas. Na Parte II – As formas de construir o conhecimento –, são registrados os trabalhos que discutem os caminhos metodológicos eleitos pelos grupos de pesquisa. Na Parte III – Conhecimento e práticas de intervenção socioculturais –, são apresentadas as práticas de intervenção.

Na Parte I, Eduardo Navarro Stotz discute, no capítulo 1, intitulado "Redes sociais e saúde", as diferenças entre democracia representativa e participativa, trazendo à tona a preocupação com a participação social, trabalhando o conceito de redes sociais como um 'conceito de junção', considerado em seu caráter de modalidade de ação coletiva, que ora dá forma à imagem de fragmentação social, ora é desdobrado da consciência acerca das novas relações entre Estado e sociedade civil e entre o público e o privado no sistema capitalista. Stotz vê a participação e a formação de redes sociais – pois elas facilitam a interlocução e o estabelecimento de alianças – como um possível caminho para uma nova forma de democracia.

No capítulo 2, "Conhecimentos e conhecedores: apontamentos sobre a ciência, os pesquisadores e seu papel social", Regina Maria Marteleto, para estudar os elos construídos entre a ciência e a sociedade com foco nos atores

institucionais da pesquisa e dos conhecimentos, reúne vertentes teóricas e programáticas, como a divulgação científica; a teoria da apropriação social do conhecimento, com base na teoria ator-rede de Latour; a sociologia da cultura e do conhecimento de Bourdieu; a educação popular e saúde, que tem suas raízes político-epistemológicas em Paulo Freire. Nesses apontamentos mostra que existem duas formas gerais de entendimento da relação entre ciência e sociedade, do ponto de vista dos conhecedores/pesquisadores: uma primeira que provê uma visão unidirecional do empreendimento científico e acredita em uma exterioridade mútua entre os conhecimentos e a sua materialidade informacional, na qual os saberes preexistiriam à sua difusão. E uma segunda forma referenciada pela visão da ciência como atividade social, condicionada que está, como outras atividades sociais e formas de conhecer, pelas circunstâncias e significados sociais e culturais do seu tempo e espaço histórico.

O capítulo 3, que dá início à Parte II, de autoria de Karen Giffin e Regina Helena Simões Barbosa, tem como título "Sujeitos do conhecimento/do gênero" e apresenta a defesa da pesquisa-ação como um método pedagógico, tal como o pensamento freiriano, para uma abordagem da realidade concreta enquanto problema político e, portanto, ideológico. Atentando para o conhecimento e os sujeitos do conhecer, enfatiza a pesquisa, puro ato de construção de conhecimento, como um veículo também de reconstituição dos sujeitos cientistas e intelectuais.

Regina Maria Marteleto, Cátia Guimarães e Nanci Gonçalves da Nóbrega são as autoras do capítulo 4, "*Almanaque da Dengue*: conhecimento, informação e narrativas de saúde", no qual escrevem como estudaram o movimento da informação e do conhecimento nas redes sociais que tomam como questão de luta a saúde, a fim de organizar, interpretar e sistematizar as informações produzidas nas ações e representações dos seus agentes, interpretando os elementos contextuais, políticos e históricos de suas narrativas e conhecimentos. As autoras mostram de que maneira as formas discursivas e narrativas se incorporam na produção textual do almanaque, empregado como suporte informacional e hipertexto moderno, capaz de reunir e fazer estranhar e/ou harmonizar as vozes da ciência, das mídias, do senso comum em torno de uma 'conversa sobre a dengue'.

Encerrando a segunda parte do livro, o capítulo 5, "Semeando idéias, colhendo aprendizagens: a sistematização de práticas sociais", de José Cláudio

da Costa Barros, trata da sistematização das práticas sociais e enfoca a abordagem metodológica de construção coletiva de conhecimento, adotada pelos movimentos de educação popular da América Latina, na década de 1960. O autor resgata experiências de intervenção social, considerando que organizar de forma participativa e compartilhada, mais do que simples proposta técnico-metodológica, representa a concepção de intervenção social que determinada experiência possui, pois fortalece a concepção ideológica na qual o ser comunitário é sujeito de direitos e co-participante da história social.

Dando início à Parte III, que reúne os relatos das intervenções socioculturais na Maré, o capítulo 6, "Associativismo e redes sociais na Maré: do mutirão à cultura do encontro", cujos autores são José Wellington Gomes Araújo, Sinésio Jefferson Andrade Silva e Eliana Souza Silva, aborda o histórico do associativismo local para tecer considerações sobre a 'cultura do encontro', explicitando que a solidariedade funda-se na tradição e na necessidade como táticas de resolução de problemas. O texto enfoca o papel atual das organizações não governamentais e outras redes sociais para suprir, por exemplo, o desejo de visibilidade dos jovens, como principais instrumentos de organização e mobilização.

Eduardo Navarro Stotz, Mariluci Correia do Nascimento, Márcia Menezes Thomaz Pereira e Eliane Silveira Gonçalves abordam, no capítulo 7, "Janelas para o conhecimento", a dicotomia saber popular *versus* saber científico, observando que ambos têm lacunas a serem preenchidas. Para tal, há necessidade de construção de um sistema de informação que seja entrelace, ou seja, uma construção compartilhada de conhecimento, implicando um processo comunicacional e pedagógico. Apresentam, então, o Observatório de Saúde, posteriormente denominado Interface Social em Saúde, instrumento informacional de mediação entre Estado e sociedade civil, criado a partir dessa proposta de compartilhamento.

No capítulo 8, "Construção de conhecimento na formação de redes sociopedagógicas", Humberto Salustriano da Silva e Rodrigo Silva Magalhães descrevem como é a construção do conhecimento em uma rede sociopedagógica em espaço popular, na qual o desenvolvimento local se dá por meio da constituição de redes sociais e de conhecimento. Os autores discutem a visão geral sobre os espaços populares e a necessidade, pois, de construir um olhar a partir dos atores ali presentes para uma melhor compreensão da realidade global e para a elaboração de intervenções que visem à realização de mudanças.

O capítulo 9, “Luiza, Gabriela ou Joana: narrativas femininas na Maré”, de Elaine Savi e Maíra Araújo, é um relato baseado na experiência de um grupo de mulheres que se reúne semanalmente para falar dos problemas que enfrentam: violência cotidiana, problemas familiares, desemprego, sintomas físicos e psíquicos e outros. É uma das expressões do ‘encontro’ como tática para lidar com problemas sentidos: as autoras tratam de um sofrimento difuso, referindo-se a um estado de adoecimento das pessoas, decorrente das condições de pobreza e do contexto violento em que vivem. No limite do sofrimento, a necessidade de desabafar é premente, e a convivência entre essas mulheres estabelece vínculos de afeto, permitindo a reconstrução da subjetividade e, portanto, da identidade.

Mesmo que nenhuma classificação possa ser considerada certa ou errada, completa ou perene, podemos crer que este volume reúne, em certa medida, elementos constituidores, produzidos de forma compartilhada, daquilo que é necessário para a compreensão do conhecer como campo de estudos e práticas interdisciplinares, interinstitucionais. A obra é o relato de um trajeto de apropriação e como conseqüência é também reflexão a respeito de diferenciados processos políticos, pedagógicos e epistemológicos de construção e disputa de sentidos nas sociedades em rede dos tempos atuais, chamadas também de sociedades do conhecimento, da informação, da comunicação, em um contexto de desigualdade social, pobreza e fragilização da democracia.

Aproveitamos para dirigir palavras de agradecimentos às instituições de apoio e de interlocução acadêmica e prática que possibilitaram a realização deste livro. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), que patrocinou as pesquisas nas quais se baseiam os textos aqui reunidos. Aos bolsistas e alunos de graduação e pós-graduação do Ibict/UFRJ, ECI/UFMG e Ensp/Fiocruz, que participaram ativamente em todas as fases de produção das pesquisas e de seus textos.

Agradecemos especialmente as comunidades da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, pelas suas vozes combativas e seus cabedais criativos. Sem a articulação e interação alcançadas, o conhecimento dos pesquisadores seria distante e incompleto. Em outras palavras, não teria serventia social e emancipatória.

Os organizadores

Referências

ARAÚJO, J. W. (Coord.) *Indicadores de Saúde: Ilha do Governador e Leopoldina*. Rio de Janeiro: Elos, Ensp, Fiocruz, 1998.

FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 4(2): 219-230, 1997.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Edusp, 1991.

LACEY, H. *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Constituição*. New York: OMS, 1946.

SAMAJA, J. Epistemologia e epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. *et al*. (Orgs.) *Teoria Epidemiológica Hoje*: *fundamentos, interfaces, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Abrasco, 1998.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

PARTE I

As Teorias Implicadas no Conhecimento

1

Redes Sociais e Saúde

Eduardo Navarro Stotz

Rede social é um "conceito de junção" (Thompson, 1981) entre disciplinas distintas que, nos capítulos deste livro, procura dar conta de experiências de ação e de solidariedade realizadas e promovidas por sujeitos sociais e políticos.

Façamos um parêntese para considerar, de modo sucinto, a idéia de "conceitos de junção" que analisamos em outro estudo (Stotz, 1991). A proposta do historiador Edward Thompson advém do entendimento de que, do ponto de vista da experiência popular, o âmbito da economia sempre tem uma implicação moral. De tal forma que as necessidades (*wants*) que constituem o objeto da economia política designam tanto o estado psicológico de necessidade quanto a série de bens, serviços e utilidade capazes de satisfazê-las. Tal definição amplia o entendimento de necessidades, situando-as historicamente: são simultânea e contraditoriamente tanto aquelas econômicas, redutíveis a interesses e construídas no âmbito do processo de valorização do capital, quanto aquelas morais, expressão de valores que recuperam a experiência de homens e mulheres como sujeitos. Do ponto de vista do conhecimento da realidade, Thompson defende a idéia de que 'necessidade' é um conceito de junção entre objetos de diferentes disciplinas acadêmicas, da economia e da antropologia, ao que um outro autor, Nunes (1989), agrega à sociologia e à política. Junção entre estruturas, processos e valores que introduzem o lugar da experiência, com o que "o sujeito é reinserido na história" (Thompson, 1981: 182).

Apropriação do Conceito na Saúde Pública

Uma busca (pesquisa livre) dos termos 'redes sociais' e 'saúde', na Biblioteca Virtual de Saúde – Saúde Pública (BVS Saúde Pública), foi realizada em 14 de maio de 2007. A pesquisa livre com os termos 'redes sociais' obteve 952 resultados dos vários portais de bases bibliográficas (Brasil, América Latina e Caribe, Organização Pan-Americana da Saúde – Opas – e Organização Mundial da Saúde – OMS).

Concentramos a pesquisa neste portal de teses e dissertações. A busca orientada para obter maior especificação, 'redes sociais', isto é, com o uso de aspas, manteve os 138 resultados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) anteriores, mas excluiu as teses da base Lilacs, Thesis e LIS. Ou seja, os resultados da área de conhecimento da saúde pública foram excluídos ao passo que os 138 resultados da BDTD incluem dissertações e teses de todas as áreas de conhecimento.

Uma averiguação dos descritores dos resultados encontrados ajuda a entender a dificuldade: redes sociais são termos referidos nos resumos de 11 das 22 dissertações e teses em saúde pública na base Lilacs, mas não aparecem como descritores (palavras-chave) em nenhuma delas. A busca dos descritores em ciências da saúde da BVS Saúde Pública não encontra os termos 'redes sociais', apenas 'redes', com um total de 24 descritores (redes de esgoto, de água, nervosa, neurais, de comunicação entre computadores, redes locais de comunicação, de informação, reguladoras de gens e comunitárias).

O descritor 'rede comunitária' é o que mais se aproxima de rede social. São aquelas constituídas por organizações de origem popular ou a cooperação de organizações e indivíduos para atingir metas comuns no nível local.

Os assuntos abordados nas 11 dissertações e teses são: vulnerabilidade de jovens pobres; avaliação de ações de saúde ambiental; estado nutricional de idosos; prevenção de HIV/Aids entre jovens; situação de pobreza; risco de infecção pelo HIV/Aids em mulheres; mortalidade infantil; cuidado materno-infantil; desemprego; cuidado ao portador de transtorno psíquico; tratamento de tuberculose.

É notável que apenas um trabalho (Costa, 2005) possa ser, de fato, considerado um estudo de redes sociais na área da saúde, ao assumir os objetivos de fazer revisão bibliográfica sobre as redes sociais, descrever a sua

distribuição relacionando-a com variáveis socioeconômicas e investigar as redes sociais como determinantes de saúde.

Em contrapartida, um refinamento nos 138 resultados da busca da BDTD com as palavras 'redes sociais' e 'saúde', usando aspas, encontrou 14 resultados, mas com perda de especificidade, pois inclui trabalhos (cultura no ciberespaço, migrações, rede entre empresas, inovação social, mobilidade social) que não tratam da relação com a saúde.

Fizemos uma busca em *Cadernos de Saúde Pública*, da base Scielo, o principal periódico da área. A pesquisa livre, realizada no mesmo dia, encontrou 29 resultados com uso da palavra 'redes' e sete com uso do termo 'redes sociais' inclusos nas referências inicialmente encontradas.

Assim, podemos estudar redes sociais, dentre outros aspectos, como apoio social (estudos sobre monitoramento de tratamento, controle de doenças, nutrição, envelhecimento, prevenção de riscos, como gravidez e doenças sexualmente transmissíveis); solidariedade (estudos sobre ação de soropositivos do HIV/Aids); focalização de políticas sociais (programa Saúde da Família); gestão de políticas e articulação de interesses (estudos sobre cidades saudáveis e políticas de combate à pobreza); compromisso social (estudos sobre ação de adolescentes).

Redes Primárias e Secundárias

Para os fins de nossa reflexão sobre as redes sociais como "conceito de junção" vale destacar aqui a imbricação das redes primárias e secundárias como uma questão presente nos resultados (tese e dissertações, artigos) encontrados.

As redes primárias dizem respeito às relações significativas que uma ou mais pessoas estabelecem cotidianamente ao longo de suas vidas (relações de familiaridade, parentesco, vizinhança, amizade etc.) e que respondem ao processo de socialização dos indivíduos. O processo é autônomo, espontâneo e informal. Já as redes secundárias formam-se pela atuação coletiva de grupos, instituições e movimentos que defendem interesses comuns.

As redes sociais organizam-se territorialmente no nível local, municipal e nacional, obviamente sob diversos 'cruzamentos', e implicam os dois tipos de redes. Destacamos a seguir alguns exemplos.

A Rede Maré Jovem, abordada nos capítulos 8 e 9, é um tipo de rede local constituída pela adesão de jovens de um território (o complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro) e pautada em relações de vizinhança, amizade e participação em iniciativas de uma organização não governamental (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm).

Outro exemplo é o da Rede Pintadas, uma articulação social organizada no município de mesmo nome, de 11.000 habitantes, na região do semiárido da Bahia, cujas origens remontam à luta dos trabalhadores rurais apoiados pelas comunidades eclesiais de base, em 1985.

> A Rede Pintadas é uma organização informal instituída em 1999, que reúne 11 entidades do município de Pintadas, interior da Bahia. Congrega organizações sociais, projetos de autogestão, organizações produtivas, culturais e religiosas. De forma representativa, tem como funções principais avaliar, propor, planejar e implementar políticas públicas, além de empreender esforços e iniciativas de geração de emprego e renda. Possui um coordenador remunerado que tem a responsabilidade de acompanhar as atividades das 11 entidades e articular ações integradas. A responsabilidade da prefeitura municipal de Pintadas é acessória à Rede, sendo uma das suas protagonistas e principal articuladora. (Fischer & Nascimento, 2003: 3-4)

A Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, uma articulação do movimento de mulheres que surgiu em 1991, é um exemplo de rede nacional. Reúne mais de 113 entidades entre grupos de mulheres, organizações não governamentais, núcleos de pesquisa, organizações sindicais/profissionais e conselhos de direitos da mulher, profissionais de saúde e ativistas feministas que pautam os direitos humanos sob o ângulo da proteção da mulher, buscando interferir em políticas públicas relacionadas à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, como aborto, saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, Aids, bioética, câncer de colo de útero, código penal, contracepção, esterilização, gestação e parto, morte materna, raça/etnia, saúde mental, trabalho e violência.

A importância da imbricação dos tipos de rede na área da saúde é evidente quando se pensa a ênfase dada, na literatura, às redes primárias como forma de resolução de problemas no âmbito das políticas sociais e particularmente de adequação dos serviços de saúde a clientelas específicas, tal como constatamos na pesquisa da BVS – Saúde Pública e na pesquisa da base Scielo.

Definições e Pressupostos

Podemos, situar, nesse momento, o nosso próprio viés interpretativo de redes sociais. No presente capítulo, rede social é entendida como uma forma de ação coletiva, resultado de um processo social mais amplo. Conceitualmente, de acordo com Both (1976: 107), rede (*network*) é um termo usado "para descrever um conjunto de relacionamentos sociais para os quais não existe uma fronteira comum". Contudo, esta abertura das relações supõe uma estrutura social. Redes sociais dizem respeito, portanto, às possibilidades de ação abertas aos indivíduos pela estrutura.

Sabemos, contudo, que, em matéria de ciência social, nenhum conceito é unívoco. O pertencimento à linguagem comum e, portanto, os usos de qualquer conceito tornam indispensável a definição dos seus sentidos.

Interessa-nos destacar, por enquanto, que as redes, a depender da posição social dos agentes nelas envolvidos, têm objetivos, métodos e valores distintos. No momento, queremos chamar atenção para as 'atualizações' do conceito de rede, ou, melhor dizendo, para as apropriações sociais e a conceptualização da realidade social captada por meio do conceito. José Wellington Gomes de Araújo, Sinésio Jefferson Andrade Silva e Eliana Souza Silva observam, no capítulo "Associativismo e redes sociais na Maré", que a idéia de rede, apesar de sempre presente, em maior ou menor grau, nas atividades humanas, "nunca foi tão veementemente usada para identificar novas práticas políticas".

Veemência tem aqui o sentido de uma ênfase capaz de inaugurar, por sua própria nomeação, o novo. Pode-se dizer que o conceito de rede, em sua "veemência social", corresponde, em primeiro nível – o da linguagem comum ou dos usos sociais –, à necessidade de dar forma a uma imagem de fragmentação social. Em um segundo nível – o da reflexão sociológica –, o conceito é um desdobramento da consciência acerca das novas relações instauradas entre sociedade civil e estado e entre esfera do privado e do público, sob o sistema capitalista. Ambos os sentidos são usualmente sobrepostos sem maiores incômodos, numa confirmação da preferência pelas teorias de médio alcance nas ciências sociais, típicas do pragmatismo americano, que permitem adaptações e respostas fragmentadas aos problemas colocados por práticas sociais (Altvater, 1999). O ecletismo e a redefinição dos sentidos dos processos sociais mais amplos são a nova característica da reflexão

dominante sobre os fenômenos sociais. Esta, por sua vez, não se dá isoladamente da agenda pública e da intervenção das agências multilaterais de âmbito internacional, a exemplo do Banco Mundial. De acordo com Eduardo Loebel, o Banco Mundial dedica um conjunto de páginas na internet à noção de capital social, definindo-a como normas e redes que propiciam ações coletivas (Loebel, 2004).

As preocupações sociais e o espírito comunitário manifestados pelas lideranças mundiais de grandes conglomerados produtivos, comerciais e financeiros seguem, no entendimento de Kanter (1996), "os rastros das mudanças na economia". Talvez devêssemos lembrar aqui a figura controversa do investidor global George Soros, com suas preocupações diante das desigualdades brutais que a fase atual do capitalismo – baseada na financeirização do capital – impôs e continua a impor à maioria da humanidade. De qualquer modo, essas lideranças encontraram na literatura sobre o 'capital social' seus fundamentos ideológicos mais adequados. Amartya Sen, professor de origem indiana que recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1988, trouxe uma contribuição importante nesse sentido ao propor, do ponto de vista teórico, uma reforma para tratar dos problemas da desigualdade e da incapacidade de lidar com bens públicos intrínsecos ao sistema capitalista (Sen, 2000). Para tanto, seria necessário incorporar instituições de natureza comunitária, principalmente da dádiva, compreendida como reciprocidade espontânea das ações. Pode-se dizer que ele criou a teoria de um capitalismo equânime na medida em que introduziu, ao lado dos mecanismos de mercado, a dádiva. Esta é o elemento fundante do enfoque do capital social. Como assinalam Wasserman e Faust (*apud* Loebel, 2004: 1): "O capital social constitui-se em um enfoque relativamente recente, isto é, uma noção que busca conjugar a perspectiva das redes sociais e as normas de reciprocidade associadas".

Tais considerações indicam a relevância da teoria do ator-rede proposta por Latour na universalização de certas proposições das ciências sociais, ao destacar a rede de alianças entre reformadores sociais e cientistas, em conformidade com certas agências institucionais e pressupostos científicos autorizados pelos pares, a exemplo da coesão social, da funcionalidade dos conflitos e dos direitos humanos (Cepeda, 2000).

Há, entretanto, uma história e uma teoria implícitas na atualização do conceito de redes sociais. Uma história que remonta ao período durante o

qual, entre a Grande Depressão (1929) e o 'choque do petróleo'(1974), o Estado apareceu como instância privilegiada de coordenação social, promotor da integração mediante políticas anticíclicas, indutoras da demanda econômica, mais conhecidas sob a denominação keynesianismo. Correspondeu a uma longa fase de expansão econômica que incluiu a industrialização de vastas áreas da periferia do mundo capitalista, dentre as quais o Brasil. O esgotamento dessa fase, visível nas revoltas operárias e estudantis de 1968 e na persistente inflação na década seguinte, propiciou a retomada dos pressupostos liberais sobre a prioridade aos mecanismos de mercado, à desregulamentação da economia, à privatização das empresas estatais e à descentralização da política pública para os subníveis nacionais, a sociedade civil e as empresas. Obviamente, tais pressupostos deviam ser implementados principalmente na periferia industrializada onde a soberania nacional já se encontrava substancialmente enfraquecida pelos mecanismos da dívida externa.

Redes de empresas são apresentadas (Olave & Amato Neto, 2001) como variação de redes sociais que têm sido apontadas (Mortimore, 1992) enquanto uma característica do capitalismo a partir dos anos 80, sob a forma de alianças estratégicas com o objetivo de conquistar mercados ou manter vantagens competitivas em um contexto de diminuição das margens de lucro e de deflação de preços. Para alguns autores (Ribault, Martinet & Lebidois, 1995), redes de empresas são "sociedades de empresas" constituídas para obter vantagens específicas (central de compras comum, complementação nos planos técnicos e comerciais etc). No Brasil, as redes mais antigas surgiram na esfera da comercialização atacadista e depois tomaram forma nos supermercados que articulam produção ao comércio de certas mercadorias. Mas deve-se lembrar também a Rede Globo, como exemplo de uma rede nacional de meios de comunicação de massa (televisão, rádio, imprensa) cujo domínio do mercado a transformou, por meio do jornalismo televisivo de mais alta audiência (Jornal Nacional), na 'pátria eletrônica'.

A Construção Social do Conceito

O termo redes assume sua 'veemência' na literatura de administração e gestão empresariais a partir da década de 1980, como parte da reestruturação

empresarial decorrente da crise econômica e do ambiente de estagnação e inflação das economias dos países capitalistas avançados na segunda metade da década anterior. Lembremos que o processo de terceirização de atividades que acompanha esta reestruturação das empresas requer, no contexto de uma economia de mercado, formas adequadas de articulação e, pois, de 'enredamento'. Além de ser um processo interempresas, a reestruturação é também um processo intrafirmas, tendo em vista, com a redução dos níveis hierárquicos, a colaboração dos empregados no crescimento da empresa (Stotz, 1996).

É importante destacar que a ótica mediante a qual passou-se a observar os fenômenos sociais continuou sendo a mesma, isto é, a problemática da coordenação política da sociedade. Deslocou-se a ênfase da coordenação baseada no Estado para a do mercado e se destacou, em todas as esferas da vida social, o papel da empresa. A circulação de novos termos – como cidadania corporativa ou empresa cidadã, responsabilidade social da empresa, selo verde etc. – passou a ser complementada por outros, como responsabilização individual, vulgarizados no 'empreendedorismo' e na 'empregabilidade', signos sociais do mundo sob a gestão liberal, pois supõe que as pessoas não ficam esperando dos outros (o governo, o empregador, o parente, o padrinho) a solução de seus problemas, e que, ao mesmo tempo, assumem a preparação e o desenvolvimento de capacidades não inatas. Em outros termos, a pessoa deve 'investir em si'. O 'empoderamento' complementa esta idéia na medida em que implica o fortalecimento de suas próprias aptidões e recursos, lançando mão de diversos meios, dos quais os mais conhecidos são os manuais de auto-ajuda e uma parafernália de cursos de capacitação que vão do domínio da língua inglesa às técnicas de preparar memorandos eletrônicos (Stotz & Araújo, 2004).

Esse é o mundo da pseudoconcreticidade, no qual as representações das relações vividas são dominadas pelas categorias burguesas a ponto de tais categorias serem simultaneamente evidência e explicação (Kosik, 1985). O que há de novo é o papel desempenhado pelas ciências sociais: o apelo à responsabilidade dos agentes sociais individuais é compreendido como parte do desenvolvimento da 'modernidade tardia' ou da 'pós-modernidade', que encontra sua formulação racional na 'sociedade de risco' – o novo 'objeto' da reflexão sociológica, onde antes havia a 'sociedade de consumo', mediante o qual se passa da certeza à incerteza, da estabilidade à crise

nas instituições. O problema é que a categoria de individualização enquanto elemento central da 'sociedade de risco' está centrada na dimensão subjetiva e não mais, como em Marx, Weber ou Elias, enquanto medida da transformação objetiva das condições de vida (Costa, 2004) implicadas na 'modernização' da sociedade, isto é, no desenvolvimento do capitalismo no mundo.

Os limites dos mecanismos de mercado em propiciar a agregação de interesses sociais e a impossibilidade do Estado em continuar assumindo esta função foram analisados por Norbert Lechner. O autor ressalta a relevância das redes como resposta a tais limitações. Em outros termos, as redes permitem a coordenação horizontal entre atores diferentes interessados em um mesmo tema (Lechner, 1997). Elementos oriundos das relações sociais primárias como casamento, família, parentesco, vizinhança, com suas regras de reciprocidade, autolimitação e confiança, são incorporados nas regras de negociação e concertação implicadas nas redes secundárias ou formais.

O autor assinala a importância das redes para resolver o problema da regulação de interesses, ao mesmo tempo em que aponta seu 'déficit de democracia', por mostrar-se pouco eficaz para dar conta das exigências de representatividade e direção implicadas na coordenação política da sociedade.

Vale ressaltar, porém, o viés fortemente funcionalista da análise de Lechner que elude o antagonismo social ao enfatizar os problemas de coordenação política acarretados pela 'modernização'. Sua defesa de uma reforma do Estado, com base na compatibilidade dos três mecanismos de coordenação assinalados, implica a aceitação prévia das regras de cooperação e a funcionalidade dos conflitos decorrentes do desenvolvimento capitalista.

Redes Sociais: possibilidades e limites do ponto de vista histórico

Até aqui destacamos mais as apropriações sociais do conceito, as quais estão relacionadas fundamentalmente com a legitimação da ordem social. Vamos discutir agora as possibilidades e limites das redes sociais do ponto de vista empírico, de modo a apreender seu sentido histórico.

Visto na perspectiva brasileira, o enfraquecimento do Estado-nação e da soberania popular, evidenciado nas políticas de ajuste macroeconômico

que nos últimos 15 anos limitaram a participação política, favoreceu o processo de entrelaçamento da ação das organizações não governamentais e propiciou a expansão das redes sociais. Mas enquanto as empresas puderam desenvolver redes por sua correspondência à estrutura capitalista, baseada no mercado, as redes sociais enfrentaram desafios maiores devido à heterogeneidade dos interesses envolvidos e à necessidade de constituir um novo espaço institucional – o espaço da democracia participativa.

Tais limitações também se verificaram, paradoxalmente, durante o primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva. Paradoxalmente porque o presidente da República, oriundo do Partido dos Trabalhadores (PT), um partido que apresentava a participação como o modo petista de governar nos municípios, havia gerado uma expectativa que acabou frustrada pelas imposições da política macroeconômica.

Assim, na Conferência das Cidades, realizada em outubro de 2003, o presidente da República anunciou o lançamento do programa especial de habitação popular destinado a cooperativas, associações e grupos de mutirões formados por famílias que ganham até três salários mínimos e habitam os principais centros urbanos do país. Um programa que não deveria estar dissociado do saneamento básico e da atenção à saúde da população.[1]

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, defendia que a regulação do setor de saneamento básico no país ficasse a cargo dos conselhos das cidades, instâncias com participação popular que decidiriam regulamentos tarifários, reajustes de tarifas, controle e fiscalização dos prestadores de serviços. Em março de 2004, porém, o governo mudou de opinião: “O governo federal desistiu da idéia de atribuir aos conselhos municipais de participação popular, como queria inicialmente o Ministério das Cidades, o papel de órgãos reguladores do setor de saneamento básico”.[2]

O Ministério das Cidades que poderia alavancar a economia popular sofreu um corte de 87% de seu orçamento no primeiro ano de governo e, ademais, após um ano e meio de funcionamento, não conseguiu estruturar-se para assumir o saneamento básico. Mas a decisão política mais importan-

[1] GAZETA DO POVO. Mobilização pela moradia: “Lula quer unificar programas de habitação”. *Gazeta do Povo*, Paraná, 24 out. 2003. Clipping – Veículo. Disponível em: <www.moradia.org.br/moradia/clipping/VisualizarClipping.php?id=611>. Acesso em: 29 maio 2007.

[2] GOVERNO desiste de usar conselhos populares para regular saneamento. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 mar. 2004. Disponível em: <www.ecoenob.com.br/artigo_desiste.html>. Acesso em: 29 maio 2007.

te do governo consistiu em ter deslocado do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal (CEF) a função de instância governamental de alocação dos recursos para esta área, restringindo a influenciada da perspectiva de desenvolvimento social em oposição à econômico-financeira imposta pelas regras acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outra iniciativa importante foi a da consulta popular para a elaboração do orçamento da União, o chamado Plano Plurianual de Investimentos (PPA), para o período de 2004 a 2007. Também nesta experiência da participação popular verificou-se uma frustração semelhante. Na opinião dos coordenadores da Inter-Redes e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong),

> o processo de consulta operacionalizado pela Secretaria Geral da Presidência da república junto com o Ministro do Planejamento e (...) representando instâncias da sociedade civil, pela Inter-Redes e pela Abong, representou um enorme desafio, e algumas de suas limitações foram apontadas desde o primeiro momento pela sociedade civil, especialmente a exigüidade do tempo reservado para a preparação e a realização das consultas, a dinâmica metodológica adotada, bem como o próprio objeto da consulta.[3]

Fato é que as orientações estratégicas e as ações e programas não estavam em discussão. Na avaliação, afirma-se que a proposta governamental não contribui de forma satisfatória para a redução das desigualdades sociais e econômicas da população e não contempla uma visão sustentável de desenvolvimento sócio-ambiental.

No documento, ressalta-se a contradição entre a imposição de um superávit fiscal estimado em 70 bilhões de reais, resultado do compromisso do governo com o FMI, e as demandas apresentadas no processo de consulta à sociedade civil sobre as metas do PPA.

A Inter-Redes propõe a retomada do ponto de partida da consulta da sociedade civil pelo governo, a saber, a construção dos mecanismos e da metodologia de participação nos processos de revisão e no monitoramento

[3] INTER-REDES. Carta política. In: *Inter-Redes*. 5 abr. 2004. Disponível em: <www.inter-redes.org.br/index.php?fuseaction=Biblioteca>. Acesso em: 29 maio 2007. A Inter-Redes se apresentava na internet (www.inter-redes.org.br/) como "um espaço de articulação de redes e fóruns de organizações da sociedade civil brasileira que atuam de diversas formas e em diversos temas, para o fortalecimento da esfera pública, promoção de direitos e proposição de políticas".

do PPA. Outro objetivo é o da elaboração de indicadores desagregados por gênero, raça, etnia, rural, urbano etc., permitindo, assim, um acompanhamento mais qualitativo por parte da sociedade civil no impacto real das políticas públicas.

Este último aspecto deixa patente que, ao propor a elaboração de indicadores capazes de identificar, no processo orçamentário, os grupos da população destinatários da política pública, a Inter-Redes introduz a justiça social pelo viés da justiça cognitiva (Santos, 2002).

Nesta perspectiva desejada pela Inter-Redes, a participação popular poderia vir a ser a base de uma governabilidade ampliada (Avritzer, 2003), ou seja, poderia ter propiciado ao governo a oportunidade de libertar-se da excessiva dependência da sustentação parlamentar, majoritariamente situada à direita no espectro político-partidário.

Contudo, o governo não respondeu positivamente à agenda proposta, o que levou o conjunto das organizações que compõem a Inter-Redes a lançar uma carta na qual afirma seu afastamento da parceria estabelecida com a Secretaria Geral da Presidência da República ao mesmo tempo que afirma o interesse em rediscutir bases e parâmetros para dar continuidade à participação social no PPA.[4]

Quando se examina o problema da concertação de interesses na esfera pública, verifica-se a dificuldade de a "mão esquerda" do Estado (Bourdieu, 2001) – apoiada, no caso brasileiro, na Constituição de 1988 – compensar adequadamente o que a "mão direita" do Estado retira da riqueza nacional para viabilizar a estabilidade de preços e garantir o financiamento da dívida pública interna. Além de ser um problema de "relações de força", é um problema substantivo ainda mal equacionado quando se pensa no dilema focalização *versus* universalização imposto às políticas sociais neste contexto.

Raramente este dilema ultrapassa a justa crítica à visão de 'Estado Mínimo' presente até mesmo na literatura da saúde pública, como se constata na atribuição do papel de "atores fundamentais da política social" às famílias e às redes primárias baseadas na concepção do "cuidado comunitário" em uma revalorização da tradicional função cuidadora das mulheres e dos laços de solidariedade estabelecidos entre pessoas dos grupos sociais mais pobres da população face a uma assistência formal (estatal) à saúde deficitá-

[4] Comunicado Inter-Redes e Abong. Brasília, jun. 2004. Disponível em: <www.inter-redes.org.br/>.

ria e às limitações econômico-financeiras ao Estado de Bem-Estar Social (Serapioni, 2005).

Deve-se considerar também o risco da reprodução das desigualdades sociais que a vinculação entre indivíduos, famílias e 'comunidades' com o Estado – baseada nos laços sociais – acarreta quando desloca o vínculo da cidadania, uma vez que "as deficiências da provisão dos cuidados públicos são colmatadas pela [suficiência] das relações informais" (Portugal, 2005: 21). Ora, em um país onde o estado democrático de direito é ainda bastante frágil, a ponto de ser discutível falar-se em esfera pública, como é o caso do Brasil, tal risco se torna bastante concreto, até mesmo porque passível de uma apropriação clientelista sempre presente na mediação política dos serviços prestados à população.

Contudo, a crítica da focalização desconhece o fato de que o gasto social em saúde expressa uma resposta às demandas inesgotáveis por cuidados de altos custos prestados por empresas e grupos médicos. Se não se trata de transferir às pessoas a responsabilidade por estes custos, cabe ressaltar, no contexto da atual fase do capitalismo caracterizado pelo predomínio do mercado e da responsabilização individual, a importância das redes sociais – na imbricação das redes primárias com as secundárias – para "intervir sobre os determinantes coletivos dos problemas de saúde, mantendo a responsabilidade das pessoas frente aos processos de doença" (Sabroza, 1994) como uma forma de articulação dos segmentos populares da sociedade civil em suas pressões para garantir o direito à saúde.

A Título de Conclusão

Esta complexa relação entre indivíduo e grupo, relações primárias e secundárias, deve ser vista igualmente como um processo de afirmação sujeitos individuais e coletivos, quer dizer, como parte de um processo de conhecimento. Um destaque especial deve ser conferido ao saber das pessoas comuns que, além de trazer os 'elementos de bom senso' do senso comum, expressam o conhecimento social experienciado na multiplicidade de vínculos sociais e reconstruído à luz das informações técnicas e científicas a que se tem acesso, a ponto de se falar em conhecimento social, resultado de uma nova articulação entre saberes (Marteleto & Valla, 2003).

Torna-se então compreensível a proposta apresentada no início deste capítulo de pensar as redes sociais como conceito de junção entre informação e saúde. A apropriação crítica do conceito de redes sociais como elemento compreensivo da dinâmica social em suas possibilidades e limites possibilita explorar a riqueza das experiências de ação e de solidariedade. Mais ainda, aponta para a mudança social. Redes sociais são conceitos centrais para uma teoria da mudança social (Sztompka, 1998) no contexto da atual fase do capitalismo, caracterizada pelo predomínio do mercado, pela fragmentação do mundo do trabalho e domínio do capital financeiro.

A nova concepção de democracia que desponta nas iniciativas de participação sob a forma de redes sociais ainda não coloca em questão a estrutura de classes e de poder que em tudo favorece o domínio do capital. Contudo, pode instaurar um novo caminho da política na medida em que propõe a democracia como uma forma da mais ampla participação capaz, inclusive, de revalorizar os processos de construção de consenso por meio da democracia representativa. Nesta perspectiva, mais do que direitos econômicos, o movimento dos trabalhadores na época atual precisa arrogar-se à cidadania ativa, à interferência política sobre e no governo (Benevides, 1998). Não se trata de um caminho fácil: a existência de redes sociais facilita a interlocução livre e igualitária, mas a construção de agendas comuns e a tomada de decisões implicam o estabelecimento de alianças e, em contrapartida, de oposições de interesses.

Isso nos remete à história, à dinâmica do capitalismo e da luta distributiva que esta dinâmica, tendencialmente concentradora e excludente, sempre acarreta. Por isso mesmo, a concertação de interesses em arenas públicas tem limites. Acordos em torno de reivindicações comuns podem ser estabelecidos entre lideranças, mas será a luta social que vai criar a constelação de interesses capaz de mover a pesada roda da História.

Referências

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. *et al.* (Orgs.) *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

AVRITZER, L. Governo Lula e o desafio da participação. *Teoria e Debate*, 54: 10-15, 2003.

BENEVIDES, M. V. M. A *Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1998.

BOTH, E. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CEPEDA, A. H. Os centros de cálculo e a construção da racionalidade das Ciências Sociais. *Informare – Caderno de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 6(1): 44-50, 2000.

COSTA, S. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 16(02): 73-100, 2004.

COSTA, R. T. E. *Determinantes do Estado Nutricional de Idosos do Município de São Paulo: fatores socioeconômicos, redes de apoio social e estilo de vida*, 2005. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

FISCHER, F. & NASCIMENTO, A. Projeto Rede Pintadas. In: LOTTA, G. S. *et al.* (Orgs.) *20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2003.

KANTER, R. M. *Classe Mundial: uma agenda para gerenciar os desafios globais em benefício das empresas e das comunidades*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LECHNER, N. Tres formas de coordinación social. *Revista de la Cepal*, 61: 7-17, 1997.

LOEBEL, E. As noções de capital social e pobreza no Brasil. *Revista Pensamento e Realidade*, 8(14), 2004. Disponível em: <www.faculdadesaoluis.br/downloads/revista14/pobreza1.pdf>. Acesso em: 28 maio 2007.

MARTELETO, R. M. & VALLA, V. V. Informação e Educação Popular: o conhecimento social no campo da saúde. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 8(1): 8-21, 2003.

MORTIMORE, M. El nuevo orden industrial internacional. *Revista de la Cepal*, 48: 41-63, 1992.

OLAVE, M. E. L. & AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. *Gestão & Produção*, 8(3): 289-303, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a06.pdf>. Acesso em: 28 maio 2007.

NUNES, E. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. *Lua Nova*, 17(7): 67-92, 1989.

PORTUGAL, S. 'Quem tem amigos tem saúde': o papel das redes sociais no acesso aos cuidados de saúde. In: SIMPÓSIO 'FAMÍLIA, REDES SOCIAIS E SAÚDE', 2005, Hamburgo. *Comunicação*... Hamburgo: Instituto de Sociologia de Hamburgo, 2005. Disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/235/235.pdf>. Acesso em: 23 maio 2007.

RIBAULT, M.; MARTINET, B. & LEBIDOIS, D. *A Gestão das Tecnologias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. (Coleção Gestão & Inovação)

SABROZA, P. C. *Saúde Pública: procurando os limites da crise*. Rio de Janeiro, 1994. (Mimeo.)

SANTOS, B. S. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo. Companhia das letras, 2000.

SERAPIONI, M. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10, supl.: 243-253, 2005.

STOTZ, E. N. *Necessidades de Saúde: mediações de um conceito – contribuição das ciências sociais para a fundamentação teórico-metodológica de conceitos operacionais da área de Planejamento em Saúde*, 1991. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

STOTZ, E. N. A reestruturação industrial na visão dos empresários brasileiros. *Serviço Social & Sociedade*, 17(52): 86-105, 1996.

STOTZ, E. N. & ARAÚJO, J. W. G. Promoção da saúde e cultura política: a reconstrução do consenso. *Saúde e Sociedade*, 13(2): 5-19, 2004.

SZTOMPKA, P. *A Sociologia da Mudança Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THOMPSON, E. P. A *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

2

Conhecimentos e Conhecedores:

apontamentos sobre a ciência, os pesquisadores e seu papel social

Regina Maria Marteleto

Eu acredito que se pode encontrar nas ciências uma moral da verdade, uma poética do amanhã, um sentido de futuro que poderiam ser o germe de certos critérios de excelência humana.

George Steiner

A circulação da informação é fundamental para a sobrevivência do movimento. Ela tem que alimentar o movimento popular, o movimento depende dela. E têm que existir mecanismos importantes para fazer essa ligação... E a circulação da informação implica a democratização da informação e a apropriação de determinados conhecimentos que são chave do ponto de vista da organização política do movimento popular, para a conquista daquelas questões da cidadania. Senão, a informação fica restrita a determinados grupos.

Ernani, agente da ONG "Movimento Maré Limpa",
Nova Holanda, complexo de favelas da Maré,
Rio de Janeiro[1]

George Steiner, escritor e filósofo, afirma que, desde o século passado, acentuaram-se as condições que configuram uma crise da cultura e, também, uma renúncia à razão. E isto porque, apesar dos grandes avanços e elevamentos das culturas filosófica, literária, artística e científica, horrores como a guerra, a fome, a miséria, a destruição do meio ambiente, o consumismo e o afastamento dos sujeitos dos valores

[1] Pesquisa "Cultura, espaço e textualidade: relações inter-campos, redes sociais e novas configurações comunicacionais e informacionais", 1996 - 2001, financiada pelo CNPq.

democráticos fundamentais também marcaram especialmente o século: "As bibliotecas, os museus, os teatros, as universidades podem muito bem prosperar à sombra dos campos de concentração. Nós entendemos agora: a cultura não torna as pessoas mais humanas. Ela pode até nos tornar insensíveis à miséria do homem" (Steiner, 2000: 2). Entretanto, em seu desaponto com a cultura das artes, das humanidades e da filosofia, Steiner reserva um crédito, ainda que desconfiado, à ciência, lembrando que, onde os sistemas filosóficos falharam, a ciência continua ativa.

Face a essas indagações, qual seria, portanto, o papel da cultura das humanidades, das artes e da própria ciência? Existiria espaço comunicacional e informacional nas 'sociedades do conhecimento' para o debate público sobre as perguntas do nosso tempo? Quais seriam os atores e instituições a preencherem e mediarem esses espaços? Em que eles concorreriam na promoção do desenvolvimento social e humano?

Ernani é um líder comunitário que participa de redes de movimentos sociais, como outros moradores em favelas de grandes centros urbanos, inseridos nas lutas populares por melhores condições de vida para a população pobre. Essas lideranças, experientes e resistentes na linhagem da 'educação popular', formaram-se intelectuais orgânicos de suas comunidades, para buscar apropriar-se dos conhecimentos capazes de gerar matérias informacionais e discursivas de aparelhamento político dos atores dos movimentos sociais nos seus embates com o Estado e, assim, influir nas políticas e ações públicas.

A consciência de pertencimento a uma sociedade do conhecimento que distribui desigualmente os bens materiais e simbólicos produzidos pelo esforço coletivo ressalta, em sua fala, o valor dos processos de apropriação de informações para a firmeza de suas identidades e das ações de participação social.

Boaventura Santos, estudando os meandros do conhecimento nas sociedades de hoje, lembra que a ciência progrediu às custas de uma ruptura com o conhecimento de senso comum, o que provocou um distanciamento tal entre as partes, que os cidadãos foram alijados, cada vez mais, dos processos decisórios sobre o curso e as aplicações da ciência, controlada que foi pelas esferas do saber oficial e do poder estatal e econômico. Ele mesmo fala da urgência, no mundo de hoje, de se formarem "comunidades interpretativas", compostas por agentes institucionais da ciência, do Esta-

do, da sociedade civil, e que compete principalmente à universidade organizar, para uma discussão pública pautada pelo compartilhamento de conhecimentos, práticas e experiências dos diferentes atores (Santos, 1989).

Este capítulo tem o propósito de tratar de algumas questões caras a uma abordagem antropológica do conhecimento e da informação, pois inseridas nas ambientações locais e culturais e nos cenários cotidianos construídos pelos atores sociais em seus diálogos e embates sobre as condições de vida da população excluída dos direitos de acesso aos equipamentos simbólicos e materiais da sociedade, dentre eles aqueles da saúde, do conhecimento e da informação. Um referencial conceitual importante para orientar a formulação dessas problemáticas tem sido a idéia de redes sociais, entendidas como aquelas tecidas no cotidiano das relações, desejos, interesses e expressões dos sujeitos coletivos.

O recorte temático aqui apresentado orienta-se, mais especificamente, pela indagação básica a respeito da relação entre ciência e sociedade, e articula-se com a pergunta sobre o papel que compete aos pesquisadores e intelectuais desempenhar no contexto político-científico contemporâneo, no qual uma pedagogia da mídia e do mercado apresenta-se como hegemônica em relação à escola e à universidade.

Nesses entremeios entre a esfera acadêmica e o mercado, Sarlo (2004) questiona a sobrevivência do intelectual geral, oriundo das humanidades, “não especializado”, “não taylorizado”, “não anônimo”, atuando como um professor informal da opinião pública em diferentes espaços e mediações. O intelectual interpelado por Sarlo faz parte da linha de descendência do intelectual tradicional de esquerda latino-americano e francês, o qual, por sua vez, reatualizou o modelo do intelectual *stricto sensu* nascido no século XVIII, iluminista e enciclopédico. O intelectual oriundo dessa linhagem, crítico e engajado, parece nos tempos de hoje – pós-modernos – estar liberto da tarefa de liderar a rebelião das massas desfavorecidas contra o bom senso burguês da ciência econômica de origem anglo-saxônica. Qual seria então o papel atual desse intelectual, pergunta-se Moriconi (2000), para refletir que a sua tarefa mais árdua tem sido a tentativa de responder à pergunta sobre que tipo de atuação crítica esclarecedora pode ele ainda exercer antes de seu tão anunciado desaparecimento na roda dos tempos, tragado pela disseminação infinita de fontes de sentido nas redes de informação eletrônica e da diversão a cabo.

O objetivo dos apontamentos que aqui se delineiam é, pois, o de levantar questões e propor reflexões em torno da ciência e dos pesquisadores, no que tange ao seu papel social como produtores, mas ainda mediadores nos processos de leitura e de apropriação dos conhecimentos e informações. Inicia-se pela via da divulgação científica para, em seguida, pontuar as reflexões mais gerais sobre a produção e a apropriação social dos conhecimentos na linha da nova sociologia da ciência, da tecnologia e da inovação. Em seguida, pela sociologia do conhecimento e da cultura desenvolvida por Bourdieu, que se dedicou a estudar como a cultura e o conhecimento estão impregnados de suas marcas de produção social nas sociedades como as nossas, regidas por relações de dominação e de violência simbólica. Por último, apresenta-se a perspectiva da educação popular, da construção compartilhada do conhecimento e de intervenção social para a melhoria das condições de vida das comunidades marginalizadas nas sociedades do conhecimento e da informação. Ressalta-se o papel histórico dos pesquisadores/intelectuais junto às redes de movimentos sociais no país, aquelas pautadas pelos princípios filosóficos e políticos da educação popular.

Por meio de olhares e questões próprios a diferentes visões do campo científico, busca-se reunir elementos para uma reflexão a respeito do modo de ver dos pesquisadores sobre o seu papel como produtores, críticos e divulgadores do conhecimento.

Divulgação Científica: um caminho unidirecional

A divulgação científica apresenta formas peculiares de tratar as questões do conhecimento, da comunicação e da informação na relação entre a ciência, a sociedade e o conhecimento social (ou popular, prático, tácito, leigo). É um domínio de estudos e de práticas que emprega recursos da pedagogia, do jornalismo, da narrativa literária, dentre outros, para reformatar o discurso científico, a fim de tornar os princípios, conceitos, teorias e métodos da ciência mais próximos dos universos simbólicos e das diferentes falas dos atores sociais. O procedimento é unidirecional, isto é, parte da ciência, seus atores e aparatos institucionais para a sociedade.

A divulgação científica inicia-se com o processo de institucionalização da ciência, desde o século XVII com Galileu, cientista e divulgador que formulou uma descrição matemática do movimento dos corpos, exposta

em seus diálogos "Duas novas ciências", em que ele questiona todas as concepções aceitas até então sobre a realidade física, testando-as a partir de um novo método, o experimental.

No mesmo século, organizam-se as sociedades científicas e suas publicações. A Académie Royale (na França) e a Royal Society (na Inglaterra) foram fundadas com a certeza de que a ciência podia ser útil e ter aplicação prática nas questões humanas e sociais. O pesquisador deve dar conhecimento dos resultados dos seus trabalhos aos outros e, para tal, publicam-se as primeiras revistas científicas.

O produto mais representativo da conjunção da atitude empírica e pragmática dos ingleses com o desejo de mudanças sociais e políticas dos franceses foi a *Enciclopédia* no século XVIII, coordenada pelos filósofos Diderot e D'Alembert. Essa grande obra incluía não só os avanços tecnológicos, mas também o estado geral da cultura. Conforme apresentado por Sánchez Mora (2003), Diderot declarou em seus escritos que a finalidade da *Enciclopédia* era não apenas comunicar informações científicas e técnicas, mas, antes de tudo, gerar uma mudança na maneira de pensar a partir do século XVIII, sendo, ao mesmo tempo, erudita e popular.

No século XIX, a ciência atinge a sua maturidade como instituição e sistema de conhecimento, e estabelecem-se os limites das disciplinas científicas. Aliada à tecnologia e à produção de bens econômicos, a ciência gerou evidentes mudanças não só na concepção de mundo das sociedades, mas também na vida cotidiana, além dos seus praticantes terem se profissionalizado. A especialização dos cientistas em seus campos de conhecimento e disciplinas trouxe uma mudança na linguagem científica, aumentando a distância entre o discurso científico e a linguagem do senso comum.

De acordo com Sánchez Mora (2003), a divulgação da ciência tinha duplo objetivo no final daquele século, que era informar aos leigos ou não-especialistas, interessados pelos assuntos da ciência, e estabelecer a comunicação entre os pesquisadores sobre o que acontecia em cada disciplina. Nesse período, a ciência tornou-se uma força dominante na vida intelectual, mas ainda estava ligada a outras atividades práticas e às culturas locais. Essa situação mudou radicalmente no século seguinte.

No século XX, a ciência e a tecnologia despertaram o interesse geral, porque introduziram acentuadas mudanças nas condições de vida. A física, a biologia e as inovações tecnológicas tiveram grande repercussão na socie-

dade em geral, principalmente pela via dos meios de comunicação. Porém, os divulgadores da ciência reconhecem que, apesar do grande esforço empreendido na disseminação do conhecimento científico, em todos os níveis, desde a Segunda Grande Guerra, o que se alcançou foi unicamente a adaptação dos cidadãos a uma sociedade tecnologizada.

Em meados do século XX, a divulgação científica se profissionaliza, e seus autores, fossem eles cientistas, escritores, professores ou jornalistas, procuram combinar conhecimento científico com sensibilidade, imaginação e qualidade literária.

Os caminhos da divulgação científica abrem uma primeira janela para a reflexão em torno do conhecimento, da ciência e dos pesquisadores na sua relação com a sociedade. O início do processo de institucionalização da ciência e do campo científico, ao mesmo tempo que promove a autonomização da ciência e do conhecimento racional em relação aos mandos da nobreza e da igreja, cria uma cisão cada vez mais forte entre a ciência e o senso comum, produtores e receptores do conhecimento, ciência e cultura, o que os divulgadores denominam processo de instauração de duas culturas: a das ciências e técnicas e a das humanidades. Poderíamos acrescentar uma terceira cultura na conta dos divulgadores: a cultura extraída das práticas e representações do cotidiano. A 'cultura popular'?

Outro ponto reflexivo que a divulgação científica retoma é o da relação entre ciência e literatura. Pergunta-se: fazer a divulgação do conhecimento científico, de seus produtos, é produzir uma peça literária, sem prejuízo dos princípios e axiomas científicos? Trata-se de mais um gênero literário, a divulgação? Que caminhos abre a divulgação para a apropriação do conhecimento científico pela sociedade, para a participação cidadã nas decisões que envolvem a ciência, as tecnologias e seus produtos? Em que esse conhecimento, assim disseminado, concorre para que as pessoas possam melhor conduzir suas vidas, para se reduzirem as imensas desigualdades sociais, a destruição do meio ambiente, todas estas questões onde a ciência tem papel central como agente e autor?

Vale a pena explorar rapidamente, a título de ilustração dos expedientes da divulgação científica em sua roupagem literária, como o emprego da narrativa e de personagens de ficção permite narrar os estranhamentos entre os dois grandes sistemas de conhecimento: o 'senso comum' e o 'senso científico', com o auxílio de Raquel Gonçalves, doutora e professora de química na

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, cujos interesses científicos situam-se nos domínios da químico-física, epistemologia e educação.

Em 1997, a pesquisadora publicou o livro de divulgação científica *Diálogo sobre os Dois Principais Sistemas do Mundo: o 'senso comum' e 'senso científico'* (terceiro volume apócrifo de *Dom Quixote*), colocando em cena, para o debate entre os dois sistemas de conhecimento, os personagens do livro *Aventuras do Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes y Saavedra, novela de cavalaria escrita no século XVII, na Espanha. Os personagens adaptados são: Dom Quixote de la Mancha e sua face de cientista contemporâneo: "a que obriga os fatos, os acontecimentos, os modelos e as teorias passarem pela fieira da atitude crítica, racionalizada, mas não desprovida de emoção" (Gonçalves, 1997: 11), e Sancho Panza: "homem de muito siso, o 'senso comum' personificado. Sempre se manifesta pelo uso direto dos sentidos e dos sentimentos, por hábito e sem reflexão, bem dormindo, bem comendo e melhor bebendo" (Gonçalves, 1997: 11).

Mas, para Gonçalves, um terceiro personagem se impõe na história: o filósofo Simplício. Diz a autora:

> De Simplício tudo se sabe ou nada se sabe. Simplício é espectro, sombra ou imagem de ser animado, metáfora do saber científico permanentemente ultrapassado. Não afirmo (...) que possui um conhecimento 'certo', e os outros, conhecimento 'errado'. Em todos certo e errado há, verdadeiro e falso, as mais das vezes de indiscernível forma. Porque os fenômenos possuem uma multiplicidade inesgotável de características, o que os torna resistentes ao conhecimento científico. (Gonçalves, 1997: 10-11)

A narrativa da autora apresenta assim os confrontos discursivos e as visões diferenciadas do homem da ciência, do homem do povo e do filósofo (este último porta-voz também das artes e da cultura). Para personagem principal, condutor da ação e da narrativa, Gonçalves escolhe o cientista, Dom Quixote. Seu contraponto discursivo é representado pelo filósofo, Simplício. Sancho Pança? Este é aprendiz – fala com a voz da experiência colada nas coisas da vida.

Dom Quixote discursa, ensina, sustenta, explica sobre os princípios da ciência moderna e a dos dias de hoje, seus conceitos, caminhos, indeterminações. Simplício resiste, ancorado nos princípios aristotélicos

do conhecimento. Mas, parente próximo da ciência, rende-se aos argumentos de Dom Quixote, ao longo da narrativa. Sancho Pança é, ao mesmo tempo, um aprendiz do discurso do saber e um professor do mundo da vida. No último capítulo, cada personagem apresenta seus pontos de vista sobre a vida, apoiados e referenciados em autores, uns, ou na sabedoria da vida, outro.

> – O nosso receio de mudança é, pelo menos, tão grande quanto a nossa curiosidade. Diz-se que o Ocidente é o berço da liberdade, mas também é permanentemente atraído pela fuga a essa mesma liberdade e ao conhecimento. Encontramo-nos num desses períodos em que a humanidade hesita. Medimos bem os contributos da Ciência, mas continuamos à procura de referências e de mentores que nos libertem de nossas responsabilidades, disse Carl Sagan – disse D. Quixote.
>
> – Além disso, temos de prosseguir com cautela, pelo facto de muito dano ter sido causado no Mundo pelo exagero da metáfora científica no domínio social (...). Chegou-se a uma sociedade ao serviço da economia, em vez da economia ao serviço da sociedade, disse Murray Gell-Mann – disse Simplício.
>
> – Devagar, que tenho pressa, diz o povo – disse Sancho (Gonçalves, 1997: 143-144).

A divulgação científica considera, assim, que a ciência e o conhecimento que ela produz precisam ser permanentemente traduzidos para o entendimento do senso comum, a fim de legitimar criticamente os seus produtos, políticas e investimentos. E aponta possibilidades de emancipação da sociedade pelo emprego do conhecimento científico, apresentando para o debate questões relevantes, além de mostrar, pela ótica dos cientistas, a disputa existente entre os diferentes sistemas de conhecimento.

Produção e Apropriação Social de Conhecimentos

O campo das disciplinas e dos agentes que tomam a ciência por objeto, para além da divulgação científica, é bastante amplo e diversificado: filosofia das ciências, epistemologia, história das ciências, sociologia das ciências. Campo de fronteiras mal definidas, é atravessado por controvérsias e conflitos que, segundo Bourdieu, ilustram de maneira exemplar as melhores análises das divergências propostas pelos sociólogos da ciência, atestando as-

sim a fraca reflexividade deste universo. De forma diferente, dele se poderia esperar que se servisse dos seus próprios produtos e resultados para se autocontrolar: levado a tratar de problemas últimos e de se situar na ordem do 'meta', do reflexivo, esse "campo de questões da ciência sobre a ciência" remete-se ao coroamento ou ao fundamento, sendo dominado pela filosofia e, secundariamente, pela sociologia e a história (Bourdieu, 2001).

No lastro dos diferentes estudos de sociologia da ciência, desenvolveu-se uma agenda de questões a respeito da construção e dos usos sociais dos conhecimentos científicos. Nessa perspectiva de análise, a utilidade social dos conhecimentos, ou seja, sua capacidade de converter-se em recurso para outros atores além do campo científico, tem sido um dos eixos centrais em torno do qual desenvolveram-se as reflexões sobre as relações entre ciência e sociedade.

O foco principal dos estudos sobre a utilidade dos conhecimentos científicos está diretamente orientado para as relações existentes entre o desenvolvimento da ciência, como principal instituição social de produção de conhecimentos, e suas implicações no desenvolvimento das sociedades, seja em sua capacidade produtiva, de defesa, na saúde ou nas comunicações. Zabala (2004), cientista social argentino dedicado a esta linha de estudos, identifica alguns níveis de abordagem principais para analisar as relações entre a produção do conhecimento e os processos de apropriação. A premissa é de que a capacidade dos conhecimentos científicos de fundar elementos que permitam um maior desenvolvimento socioeconômico somente pode se converter em recurso concreto à medida que se produzem processos sociais de apropriação desses conhecimentos. Nesses processos, denominados pelo autor "cadeias de apropriação de conhecimentos", estão envolvidos múltiplos atores e instituições, nas diferentes instâncias de produção e apropriação: os produtores, aqueles que se apropriam desses conhecimentos, como também as instituições onde são produzidos e as diferentes políticas públicas.

Ainda de acordo com Zabala (2004), três níveis de abordagem levam a perceber o desenvolvimento dos estudos de apropriação social dos conhecimentos ao longo do tempo e suas diferentes aplicações:

- De um ponto de vista macrossocial, o interesse é primeiramente orientado para a maneira como a ciência e a tecnologia funcionam como motores do progresso econômico e social e o desenvolvimento cientí-

fico é colocado em questão por diferentes setores da sociedade, seja por suas conseqüências ambientais, pelas questões éticas que levanta, pela discussão sobre quais os grupos sociais beneficiados pelas suas pesquisas e produtos.

- A partir da renovação dos estudos de sociologia da ciência com enfoque funcionalista-positivista, produzidos por Merton, destacou-se cada vez mais o caráter de utilidade social dos produtos do conhecimento científico e enfatizou-se a feição da ciência como atividade social. Desse momento em diante seus praticantes – os pesquisadores – passaram a ter maior relevância nos estudos da sociologia da ciência e tecnologia.
- A linha de estudos da 'nova sociologia da ciência' influenciou um outro nível de análise do uso e apropriação dos conhecimentos da ciência, dessa vez a partir dos processos de interação. O foco se desloca dos condicionamentos institucionais para as interações entre os distintos atores envolvidos nos processos de apropriação. A utilidade agora é entendida como um acerto contingente surgido das negociações entre produtores de conhecimento e usuários, além de outros atores ou grupos sociais que, por seus interesses, estejam envolvidos nesses processos.

O postulado geral da nova sociologia da ciência entende que os produtos da ciência são o resultado de um processo de fabricação, e que o laboratório do cientista é um universo artificial, física e socialmente desligado do mundo. Por conta do capital de instrumentos manipulados, o laboratório é também o lugar da construção, ou da 'criação' dos fenômenos graças aos quais se elaboram e se testam as teorias que não existiriam se não fosse a equipagem instrumental deste local: "A realidade artificial que os participantes do laboratório descrevem como uma entidade objetiva foi, com efeito, construída" (Latour & Woolgar, 1996).

Este novo ramo dos estudos sociológicos da ciência se interessa pela "ciência que se faz", isto é, pela prática científica, e não pela "ciência feita", pertencente ao escopo da epistemologia, que estuda os elos internos da lógica das idéias. De acordo com Latour,

> estamos assistindo a uma mudança de paradigma, que se traduz no fato de que as representações da ciência na sociedade se deslocam progressivamente em direção à prática científica e ao mundo da pesquisa, distanciando-se da ciência feita, que constituía o seu centro de gravidade no paradigma anterior. (Latour, 1995: 12)

O horizonte da pesquisa, ou "ciência que se faz", é composto por diferentes elos com o mundo social, que ampliam a visão que se tinha tradicionalmente da atividade científica. Os elos fundamentais são os que se estabelecem entre os pesquisadores e as equipes de pesquisa no espaço dos laboratórios. Porém, a prática da pesquisa ou "construção social dos fatos científicos" demanda o estabelecimento de elos em rede com diferentes instituições, atores, objetos e veículos para mais além do campo interno da ciência, que Latour (1995: 22) entende ser:

- A mobilização do mundo: a criação de instrumentos, expedições, enquetes, coleções, necessários à observação, coleta e sistematização em qualquer ramo da pesquisa científica;
- A autonomização da pesquisa: a profissionalização, as instituições, autoridades, sociedades científicas, grupos de pares;
- As alianças: o Estado, o setor produtivo, o sistema educacional, os interesses da sociedade, grupos e setores;
- A representação pública da pesquisa: as relações públicas com variados setores, as ideologias, crenças, impactos sociais dos fatos e inovações produzidos pela atividade científica.

Com base nessa perspectiva, a nova sociologia da ciência redimensiona e amplia o horizonte de análise do campo científico, as diferentes alianças realizadas pelos atores, instituições, veículos e objetos que fazem parte do processo social de produção da pesquisa e dos fatos científicos. No que concerne aos processos de apropriação e uso social dos conhecimentos científicos, percebe-se a miríade de elos, embates e conflitos possíveis de ocorrer entre diferentes grupos e interesses.

Pierre Bourdieu e o Conhecimento Reflexivo

Em seu livro intitulado *Science de la Science et Réflexivité*, reunião dos seus cursos de 2000-2001 no Collège de France, Bourdieu aborda um tema central sempre presente tanto em suas pesquisas acadêmicas, artigos publicados em grandes jornais, conferências e palestras, quanto na sua ação junto aos movimentos sociais: o papel da ciência e dos cientistas e sua relação com a sociedade na qual, com a qual e para a qual produzem conhecimentos.

O autor afirma que é necessário submeter a ciência a uma análise histórica e sociológica que não tenha por objetivo unicamente relativizar o conhecimento científico, associando-o ou reduzindo-o às suas condições históricas ou a circunstâncias situadas e datadas, mas, ao contrário, permitindo àqueles que fazem a ciência compreender os mecanismos sociais que orientam a prática científica: "Como é possível que uma atividade histórica, inscrita na história, como a atividade científica, produza verdades trans-históricas, independentes da história, desligadas de todos os elos com o lugar e o momento, logo válidas eterna e universalmente?" (Bourdieu, 2001: 10).

A filosofia e as ciências sociais encontram dois caminhos para refletir sobre as verdades e os produtos da ciência: o logicismo, que busca saber qual é o 'sujeito' dessa criação de verdades e de valores eternos, invocando os princípios inatos do espírito humano ou uma consciência transcendental como o lugar das verdades *a priori* que constituem o princípio de construção de toda verdade; ou o relativismo, que relaciona os conhecimentos científicos às suas condições históricas de produção, contribuindo, dessa forma, para ampliar a visão logicista de um conhecimento produzido por um cientista isoladamente em direção ao conhecimento dialógico e argumentativo construído coletivamente em um campo científico.

Para sair desta dicotomia estabelecida a respeito do entendimento da ciência e dos seus produtores, Bourdieu aponta para a importância da idéia de reflexividade, de forma a fazer voltar para si mesmo – o pesquisador – os próprios instrumentos teóricos e metodológicos construídos na pesquisa. Sua análise dos intelectuais e do olhar objetivante das ciências sociais, em particular, assim como a exploração da linguagem como instrumento e ensejo do poder social, implica e supõe uma auto-análise do cientista como produtor social e uma reflexão sobre as condições sócio-históricas de possibilidade de uma "ciência da sociedade (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Bourdieu ressalta ainda que, cada vez que o pesquisador deixa de submeter à crítica os "pressupostos inscritos no fato de pensar o mundo, de se retirar do mundo e da ação no mundo a fim de poder pensá-los", ele se arrisca a reduzir a lógica prática à lógica teórica. É importante lembrar que, uma vez que tais pressupostos estão inscritos nos conceitos, instrumentos de análise e nas operações práticas da pesquisa, a reflexividade requer menos uma introspecção intelectual do que uma análise e um controle sociológicos per-

manentes da prática. O 'retorno' exigido pela reflexividade extrapola a experiência vivida do sujeito pesquisador para englobar a estrutura organizacional e cognitiva do seu campo disciplinar de pertencimento. Dessa forma, o que deve sempre ser submetido a exame e neutralizado no próprio processo de construção do objeto de pesquisa é o "inconsciente científico coletivo" inscrito nas teorias, problemas e categorias do entendimento racional. Logo, o sujeito da reflexividade deve ser, em última análise, o próprio campo disciplinar das ciências sociais (Bourdieu & Wacquant, 1992).

Assim entendida a reflexividade de que fala Bourdieu, resta perguntar como o conhecimento construído se reflete nas ações e representações dos atores na sociedade. Para buscar uma resposta para esta questão, deve-se retornar ao papel social do pesquisador, principalmente à posição peculiar do pesquisador das ciências sociais em relação ao mundo que ele observa e a partir do qual constrói suas verdades: "Eu sei que estou preso e situado no mundo que eu tomo por objeto. Eu não posso tomar posição, enquanto cientista, em relação às lutas pela verdade do mundo social sem saber que eu o faço" (Bourdieu, 2001: 221).

Bourdieu observa que muitos dos objetos de estudo reconhecidos pela ciência oficial, assim como os títulos de trabalhos, não são mais do que problemas sociais que penetraram nas ciências sociais – pobreza, delinqüência, juventude, educação, lazer, esporte e muitos outros – e que variam de acordo com as flutuações da consciência social do momento.

É a partir dessas mediações que o mundo social constrói a sua própria representação, servindo-se, para isso, das ciências sociais e dos seus cientistas. Nesse quadro, deixar em "estado impensado" o seu próprio pensamento é, para o cientista social, mais do que para outro pensador, arriscar-se a não ser mais do que o instrumento daquilo que ele pretende pensar. Como o cientista social pode romper ou escapar da "persuasão clandestina" exercida freqüentemente sobre ele, quando lê o jornal ou assiste a televisão, ou mesmo quando lê os trabalhos dos colegas? O fato de estar alerta é importante, mas insuficiente. É precioso ao pesquisador, como ator institucional, lembrar-se que são necessárias reuniões, comissões, associações, comitês, movimentos, manifestações, petições, demandas, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas, resoluções para que aquilo que foi e que poderia permanecer um "problema privado", particular, singular, transforme-se em um problema social, um "problema público", do qual se pode

falar publicamente, ou ainda um problema oficial, que demanda posicionamentos oficiais, às vezes leis e decretos.

No artigo "Pour um savoir engagée", Bourdieu (2002), desejoso de "pensar a política sem pensar politicamente", procura demonstrar que, no lugar de se oporem, as ciências sociais e a militância podem constituir as duas faces de um mesmo trabalho, e que a análise e a crítica da realidade social podem contribuir para a sua transformação. No momento em que somos confrontados com uma política de mundialização, é necessário que certos pesquisadores independentes se associem ao movimento social, lembra ele. E isso por duas razões principais: primeiro porque essa política, em sua grande parte, foi mantida secreta na sua produção e na sua difusão. Logo, é necessário um trabalho de pesquisa para descobri-la, antes que ela seja colocada em prática; segundo, essa política tem efeitos previsíveis graças aos recursos das ciências sociais, mas que, a curto prazo, são ainda invisíveis para a maioria das pessoas.

Bourdieu afirma que existe, especialmente nas ciências sociais, uma dicotomia que lhe parece prejudicial, a dicotomia entre *scholarship* e *commitment*, ou seja, entre aqueles que se dedicam ao trabalho da pesquisa e aqueles que se engajam e levam o seu conhecimento para fora do espaço acadêmico. Essa oposição, para ele, é artificial, tendo em vista que

> é preciso ser um pesquisador autônomo que trabalha segundo as normas do *scholarship* para poder produzir um conhecimento engajado, isto é, um '*scholarship with commitment*'. É necessário, para ser um verdadeiro pesquisador engajado, legitimamente engajado, engajar um conhecimento. E este conhecimento somente se adquire no trabalho científico e acadêmico, submetido às regras da comunidade científica. (Bourdieu, 2002)

E o que vai fazer o pesquisador nos movimentos sociais, nos tempos globalizados atuais? Primeiro, segundo Bourdieu, ele não vai "dar lições", como faziam outrora alguns intelectuais orgânicos que, não sendo capazes de impor os seus produtos no mercado científico, onde a competição é dura, iam "fazer o intelectual" junto aos não-intelectuais, dizendo que "o intelectual não existe":

O pesquisador não é nem um profeta, nem um mestre do pensamento. Ele deve inventar um papel novo que é bastante complexo: ele deve escutar, ele deve buscar e inventar... Mas deve também fazer algo mais novo

e difícil, ou seja, "concorrer tanto para a aparição das condições organizacionais de produção coletiva da intenção de inventar um projeto político quanto para a criação das condições organizacionais para o sucesso da invenção deste projeto político, que será evidentemente um projeto coletivo" (Bourdieu, 2002).

Qual seria, hoje, o papel dos pesquisadores nos movimentos sociais? Bourdieu responde: "É o de trabalhar para a invenção coletiva de estruturas coletivas de invenção, que farão nascer um novo movimento social, isto é, novos conteúdos, novos objetivos e novos meios internacionais de ação" (Bourdieu, 2002).

Informação, Conhecimento e Educação Popular

A educação popular tem suas raízes históricas nos movimentos populares das décadas de 1950 e 1960. Suas referências teóricas e metodológicas principais foram propostas por Paulo Freire e colocadas em ação por várias iniciativas de intervenção social que se desenvolveram no país ao longo dos anos. O 'paradigma da educação popular' é compreendido como um conjunto de idéias políticas, filosóficas e pedagógicas cujos alicerces principais são a valorização da cultura popular; a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas; a necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, as condições de vida das pessoas e a forma como elas convivem com essa realidade; a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais, além da atenção ao cotidiano e aos microespaços da sociedade.

Nos intentos da educação popular acredita-se que o conhecimento é produto e condição do trabalho e da cidadania. O acesso a conhecimentos e informações significa a possibilidade de agir conhecendo e avaliando as coordenadas da ação e do seu contexto. Nesse sentido, a atitude de conhecer e o seu resultado – o conhecimento – são atividades não neutras do ponto de vista da proposta social que os grupos almejam construir. Todavia, conhecimento não é sinônimo de ciência, mas fruto de diversos modos de produção de saberes. O conhecimento científico é uma dentre outras formas de conhecer.

No país esses princípios ganharam expansão e projeção na década de 1980 com a ação das organizações não governamentais (ONGs) de apoio e assessoria aos movimentos sociais. A perspectiva é produzir novos tipos de conhecimentos e democratizar as informações. Os especialistas dessas organizações, para realizar seu trabalho de assessoria aos movimentos sociais, utilizam-se de teorias e métodos da educação popular em ações de mediação comunicacional e informacional, o que requer o reconhecimento e o diálogo com outras formas de conhecer, de produzir informações e organizar a comunicação nos espaços sociais.

Os agentes da educação popular e saúde, no cenário mais recente das políticas neoliberais da globalização, buscam ressituar a teoria e a prática da educação popular pautados pelo paradoxo do valor do conhecimento e da abundância informacional nas sociedades contemporâneas e pela exclusão dos cidadãos do acesso ao trabalho e à participação no consumo e nas oportunidades sociais, que constituem o seu meio de inserção no mundo do conhecimento, da comunicação e da informação.

Assim sendo, os princípios políticos, pedagógicos e epistemológicos da educação popular permanecem atuais e guardam pertinência em relação aos desafios que se apresentam à ciência, ao Estado e à população no tempo e no espaço das sociedades da informação. Alguns aspectos merecem ênfase nesse novo contexto da educação popular, como a sua tônica na valorização do conhecimento popular, um tema cuja discussão se mostra fundamental nos dias de hoje, em sociedades que se baseiam na informação – científica, midiática, técnica –, mas não reconhecem as informações produzidas pelos grupos populares. O reconhecimento, a escuta e o diálogo com o saber popular levariam os diversos grupos e atores da sociedade civil a gerar informações para as políticas públicas e para a promoção da democratização do acesso às informações produzidas socialmente.

O movimento da educação popular, porque desenvolve uma relação mais profunda com a população, cria as condições para a redefinição das práticas de profissionais em vários serviços públicos, inclusive os de saúde, dando impulso à constituição de um modelo de atendimento mais integrado aos interesses populares. Nos serviços de saúde, vai se configurando uma relação, entre os profissionais de saúde e a população, voltada para a produção de novos conhecimentos e formas de ação social, que abrem o caminho para a organização dos princípios de uma 'educação popular e saúde'.

As práticas e concepções da educação popular e saúde começaram por caminhos políticos, especializados e institucionais diferentes entre si, além dos profissionais de saúde que tiveram as suas práticas redirecionadas e ressignificadas pela luta dos movimentos populares: as comunidades de base da igreja católica, os sindicatos de trabalhadores, as prefeituras comprometidas com os interesses e dificuldades da população. Essa diversidade é resultante do quadro estrutural da saúde no país e do seu entorno político, econômico e social e configura tanto uma nova forma de prestação de serviços de saúde pública quanto de relação entre os profissionais e a população, o que representa uma ruptura com a tradição autoritária da educação em saúde.

A 'educação popular e saúde' reflete e atua a partir de problemas locais, geralmente ligados ao funcionamento dos serviços de saúde, portanto na 'ponta' dos procedimentos de saúde pública e próxima dos sujeitos sociais envolvidos prestação de serviços. Busca entender, sistematizar e mediar os conhecimentos e percepções dos diferentes atores envolvidos, de modo a tornar aparentes, para serem enfrentados, os conflitos de interesses. Nas iniciativas de 'educação popular e saúde', uma ênfase especial é dirigida aos instrumentos e meios de comunicação e informação – como as cartilhas, vídeos, rádios e televisões comunitárias, jornais, reuniões, assembléias, cursos – para a ampliação dos canais de interação e negociação.

Busca-se a integração entre o conhecimento científico-médico e de saúde e os conhecimentos construídos pela população, narrados e acumulados em suas experiências de lidar com as situações de adoecimento e de não-assistência ou assistência precária dos serviços públicos. Seguindo essa linha, a 'educação popular e saúde' se propõe a criar um estilo de participação popular e abrir caminho para que a ciência se aproxime do dia-a-dia das pessoas (Vasconcelos, 1997).

Entende-se nesse caminho que a informação e o conhecimento sobre saúde na sociedade têm expressão nas novas formas de articular os conhecimentos científico e prático-popular, denominadas por esses atores processos de construção compartilhada do conhecimento:

> A construção compartilhada do conhecimento é um conceito e, ao mesmo tempo, um caminho metodológico nascido da busca por um novo paradigma teórico-epistemológico para se compreender e se efetivar a relação entre acadêmicos, intelectuais, técnicos e representantes do poder público com a população. Sob essa denominação, grupos

> ligados à educação popular e saúde discutem metodologias científicas, didáticas e estratégias que facilitem a apropriação social do conhecimento. (Marteleto & Valla, 2003: 16)

O conhecimento oficial produzido na saúde e em outras disciplinas é extenso e diversificado, assim como as informações organizadas em amplos e sofisticados sistemas de informação sobre as condições de saúde da população. Esses conhecimentos e informações, no entanto, estão orientados pela lógica universalista e positivista do conhecimento científico, da sua ruptura com o conhecimento de senso comum, do caráter onipotente da ciência e sua crença resolutiva das questões sociais, sem a percepção da grande distância existente entre os conhecimentos científicos tal como são produzidos e a ação social.

As Vozes, o Conhecimento e as Informações

Ao longo deste escrito reuniram-se diferentes linhas de pensamento a respeito da relação entre a ciência, seus pesquisadores e a sociedade. Pode-se distinguir, por meio delas, dois modos de se referir à relação entre conhecimento e sociedade. O primeiro deles situa-se no âmbito da própria ciência como instituição, assim como os seus produtos, conhecimentos, objetos, tecnologias e seu entendimento e apropriação pela sociedade, em grupos e segmentos diferenciados. Este modo iluminista e pedagógico de entender a relação conhecimento e sociedade baseia-se no modelo racional de cultura construído pelo Ocidente moderno para o qual cada sujeito social é capaz de agir racionalmente, desde que sua conduta e intelecto estejam orientados pelos princípios e verdades do conhecimento lógico-científico.

O segundo modo de abordar a relação entre o conhecimento e a sociedade está baseado na crença de que toda forma de conhecimento é social e historicamente condicionada. Assim sendo, os pontos de vista, os conceitos e os métodos revelam de forma evidente o seu significado por se acharem ligados e emergirem de uma determinada situação social. No espaço social, diferentes discursos, linguagens, visões de mundo disputam o monopólio da palavra e da verdade legítimas, por meio de uma 'disputa simbólica' entre diferentes formas de conhecer e nomear a realidade.

Nessa direção, Boaventura Santos argumenta a favor da valorização dos saberes não científicos e da revalorização do próprio saber científico pelo

seu papel na criação ou aprofundamento de outros saberes não científicos, o que implica um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, que subordine o '*know-how* técnico' ao '*know-how* ético' e comprometa a comunidade científica existencial, ética e profissionalmente, com o impacto da aplicação: "À universidade compete organizar comunidades interpretativas que superem as usuais interações, em que os cidadãos são sempre forçados a renunciar à interpretação da realidade social que lhes diz respeito" (Santos, 1995: 225).

As múltiplas visões aqui expostas sobre as relações traçáveis entre a ciência, seus conhecimentos, conhecedores e a sociedade, abrem perspectivas diferenciadas para a inauguração do ato científico-político de criação das 'comunidades interpretativas' reunidas em torno das possibilidades do emprego da ciência nos processos de emancipação humana.

Referências

BOURDIEU, P. *Réponses: pour une anthropologie réflexive.* Paris: Éd. du Seuil, 1992.

BOURDIEU, P. *Science de la Science et Réflexivité.* Paris: Raisons d'Agir, 2001. (Cours du Collège de France 2000-2001).

BOURDIEU, P. Pour um savoir engagé. *Le Monde Diplomatique*. 2002. Disponível em: <www.monde-diplomatique.fr/2002/02/BOURDIEU/16120>. Acesso em: 21 maio 2007. (Édition imprimée – fév. 2002 – p. 3)

BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. J. D. *Réponses*: pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

GONÇALVES, R. *Diálogo sobre os Dois Principais Sistemas do Mundo: o 'senso comum' e o 'senso científico'*. Lisboa: Terramar, 1997. (Terceiro volume apócrifo de *Dom Quixote*)

LATOUR, B. *Le Métier de Chercheur Regard d'un Anthropologue: une conférence-débat à l' INRA*. Paris: Institut National de la Recherche Agronomique, 1995.

LATOUR, B. & WOOLGAR, S. *La Vie de Laboratoire: la production des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1996.

MARTELETO, R. M. & VALLA, V. V. Informação e educação popular: o conhecimento social no campo da saúde. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 8(1): 8-21, 2003.

MORICONI, I. O lugar da arte: além do meramente crítico. In: HOLLANDA, H. B. & RESENDE, B. (Orgs.) *Artelatina: cultura, globalização e identidades cosmopolitas*. Rio de Janeiro: Aeroplano, Museu de Arte Moderna, 2000.

SÁNCHEZ MORA, A. M. *A Divulgação da Ciência como Literatura*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, Centro Cultural de Ciência e Tecnologia/UFRJ, Editora UFRJ, 2003.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.* Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SARLO, B. *La Imaginación Técnica: sueños modernos de la cultura argentina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2004.

STEINER, G. La culture ne rend pas plus humain. Entrevista concedida a Dominique Simonnet *L'Express Livres*, Paris, 28 dez. 2000. Disponível em: <livres.lexpress.fr/entretien.asp/idC=3088/idR=5/idTC=4/idG=0>. Acesso em: 4 abr. 2007.

VASCONCELOS, E. M. *Educação Popular nos Serviços de Saúde*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZABALA, J. P. La utilidad de los conocimientos científicos como un problema sociológico. In: KREIMER, P. *et al*. (Orgs.) *Producción y Uso Social de Conocimientos: estudos de sociología de la ciencia y la tecnología en América Latina*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

PARTE II

As Formas de Construir o Conhecimento

3

Sujeitos do Conhecimento / do Gênero

Karen Giffin
Regina Helena Simões Barbosa

Este trabalho apresenta uma discussão epistemológica e conceitual da pesquisa-ação (PA) ancorada em experiências de campo, que, tomando as identidades de gênero como tema gerador inicial, deflagraram um processo grupal de reflexão-ação mais amplo que abarcou múltiplas dimensões de vida dos sujeitos envolvidos. Essas experiências foram desenvolvidas primeiramente com mulheres, posteriormente com homens (na perspectiva das masculinidades) e, mais recentemente, com jovens, rapazes e moças, moradores do complexo da Maré (Valladares, Sanches & Giffin, 1987; Simões Barbosa, 2001a; Lopes *et al.*, 2001).[1]

Situamos o contexto epistemológico de surgimento da PA que, em contraposição à ciência positivista, binária, filia-se ao novo paradigma, relacional e holístico, do conhecimento (Santos, 1994; Capra, 1982). Apontamos convergências entre a tradição freiriana de educação popular e a epistemologia do feminismo marxista, que partem do caráter histórico do processo de produção de conhecimento e da consciência na construção da realidade social.

[1] O Projeto de Pesquisa-ação: jovens saúde e vida cotidiana foi desenvolvido em conjunto pelo Laboratório de Gênero e Saúde do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nesc/UFRJ) e o Núcleo de Gênero e Saúde da Escola Nacional de Saúde pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) – apoio Fundação Ford e CNPq. A equipe de campo foi composta por Lúcia Baptista, Cristina Cavalcanti, Miriam Andrade Silva Afonso, Luiz dos Santos Costa, Baldinir Bezerra da Silva e Sinésio Jefferson de Andrade.

A categoria vida cotidiana, na PA, entendida como dimensão na qual inicia-se o processo de reflexão, é problematizada como espaço ideológico, mas, dialeticamente, é também vista como espaço de resistência às ideologias. Nesta concepção, o conceito crítico de ideologia aponta as inter-relações entre o sentido (os significados) e o poder. Com base nessa ótica, "(...) interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que esse sentido mantém" (Thompson, 1999: 35).

A PA, como aqui formulada, propõe-se a – através de um processo complexo e contraditório, no qual refletir não está dissociado do agir – relacionar as polaridades sujeito/objeto do conhecimento, visando a possibilitar que os sujeitos sociais produzam um novo conhecimento que desnaturalize e problematize aspectos da vida cotidiana obscurecidos por ideologias que, dessa forma, se reproduzem, contribuindo para a manutenção de relações de dominação.

Ilustrações tomadas dos campos em que se desenvolveram as PAs mencionadas, serão apresentadas como possibilidades de construção de conhecimentos gerados na/pela *práxis*, com ênfase nos aspectos interacionais deste tipo de intervenção. Os depoimentos citados no texto são fruto de reflexões realizadas no âmbito dos projetos com os jovens.

O Cotidiano e os Sujeitos do Conhecimento

As vertentes 'compreensivas' das ciências sociais elaboraram a idéia de que a realidade é, para os seres humanos, sempre e inevitavelmente, uma realidade interpretada, e a subjetividade humana, uma propriedade emergente na interação com os outros. Nesta visão, os sujeitos e a realidade social são mutuamente constituídos em um processo constante de vir-a-ser, e 'fatos' são 'atos' de re-conhecimento coletivo. Este processo, apesar de dinâmico e perpassando uma diversidade de perspectivas individuais, constitui ordens sociais de significados que definem o que é re-conhecido como 'o real', permitindo a interação.

Aqui, tanto a realidade como a auto-identidade emergem (e se transformam) em um processo social interativo e coletivo. No entanto, a participação nesse processo não é, normalmente, percebida conscientemente pelos

participantes, o que levou à conceitualização do cotidiano como *taken for granted*, isto é, 'não-problematizado', a não ser como objeto da ciência (Berger & Luckmann, 1967; Haguette, 1992).

Teórico da dialética, Kosik denominou "mundo da pseudo-concreticidade" o complexo de fenômenos que povoam o mundo cotidiano da vida humana e que "(...) com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetra na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural (...) (Kosik, 1976: 11). Naturalizado, "este mundo não se manifesta ao homem como realidade por ele criada, mas como um mundo já feito e impenetrável, no seio do qual a manipulação se apresenta como engajamento e atividade" (Kosik, 1976: 63-64).

No âmbito da vida cotidiana, a ideologia se realiza naturalizando as identidades e os acontecimentos comuns e rotineiros e criando a sensação de que o mundo está dado 'desde fora', e, portanto, fora do alcance da ação individual e coletiva: "o poder de domínio de uma ideologia reside basicamente no fato de que ela se encarna na ação cotidiana" (Freire & Faúndez, 1985: 37).

É no cotidiano que as pessoas se situam, agindo e interagindo, falando e escutando, formando idéias e opiniões sobre o que é relevante para si e buscando elaborar sentidos e objetivos para suas vidas. Assim, para a maioria das pessoas, as relações de poder e dominação que as afetam mais diretamente são aquelas que ocorrem na vida do dia-a-dia: a casa, a família, o local de trabalho, a escola, os amigos, a turma de pares, a vizinhança, o bairro etc.

No entanto, este cotidiano é parte integrante de um mundo de assimetrias sistêmicas, de concentração de poder e riquezas. De uma perspectiva crítica que deseja o fim da dominação, portanto, é justamente a produção ideológica da não-problematização – a naturalização – que torna o cotidiano 'problemático' (Freire & Faúndez, 1985; Smith, 1987). Na medida em que o ocultamento das raízes sistêmicas das desigualdades sociais serve à reprodução da dominação, "(...) o conceito marxista da ideologia desmistifica a ingenuidade do processo cognitivo, colocando-o como mediação nas relações de dominação e exploração sócio-econômica" (Sawaia, 1993). A possibilidade de enfrentamento das ideologias dominantes implica considerar a problematização da vida cotidiana pelos sujeitos do conhecimento. Dessa perspectiva, o cotidiano não é transparente.

Essa visão filosófica, epistemológica, ontológica e política, que pretende conhecer para transformar e transforma conhecendo, confronta e questiona radicalmente a visão dominante de ciência e de conhecimento oriundas do idealismo, do mecanicismo e do positivismo: não existem idéias 'em si', conhecimento 'puro', verdades universais, objetivas, neutras e atemporais. Essas representações da verdade são ideológicas, ou seja, pretendem legitimar e manter sistemas sociais que se apóiam na exploração da maior parte da humanidade para assegurar o privilégio de uma elite dominante.

O fato de a epistemologia positivista não se ocupar da idéia de conhecer a si mesma, do autoconhecimento (Code, 1991), certamente ajudou a manter a idéia de uma fronteira nítida entre a vida cotidiana e a ciência, entre a ciência e a política, e a desqualificação da produção de conhecimento pelos sujeitos no cotidiano. O sujeito científico, em contrapartida, seria eliminado, 'neutralizado', a partir do 'método científico': o conhecimento tido como 'objetivo e universal' não admite um sujeito real, portador de valores e posição social.

Essas opções ontológicas e epistemológicas são, nas palavras de Saffioti,

> indissoluvelmente vinculadas à concepção reconhecimento ou à concepção negação da natureza social dos agentes (...) O feminismo enquanto perspectiva político-científico explicita o caráter social dos sujeitos das relações de gênero, de classe e étnicas, ao contrário do positivismo, que descontextualiza tais agentes. (Saffioti, 1993: 148)

Da perspectiva da mútua constituição das identidades e da realidade social, a pesquisa – paradigmático ato consciente e legitimado de construção de conhecimento – é também um processo de re-constituição dos sujeitos cientistas e intelectuais que têm o poder do saber e que têm o direito de se pronunciar sobre a realidade.

Isto aponta uma questão que foi reconhecida, mas que recebeu pouca elaboração na construção conceitual de um espaço para o 'saber popular' na PA: é impossível abrir mão do nosso poder de significar, embora devamos relativizá-lo na interação com outros. No novo paradigma, precisamos discutir o uso do *self* na pesquisa (King, 1996), não em termos de um poder abstrato, mas incluindo nossa situação social, sua relação com nossa visão do mundo, nossa teoria e sua contribuição em transformar ou reproduzir o *status quo*. Isto implica a necessidade de "incorporar a auto-investigação crítica ao processo de construção da teoria" (Saffioti, 1993: 150).

Se, antes, o engajamento do intelectual foi percebido como opção, o novo paradigma indica que estamos todos, sempre, ativamente engajados na co-construção da realidade, conscientemente ou não. Nesse sentido, o termo 'pesquisa/ação' é redundante.

Pesquisa/Ação: um método pedagógico para abordar o vir-a-ser

A PA, como alternativa de construção do conhecimento, surgiu nos anos 60/70 a partir do compromisso de cientistas sociais e educadores com os setores populares. Preocupada com a dominação de uns sobre outros e com os efeitos materiais das ideologias, a PA aponta a delimitação hegemônica do 'sujeito do conhecimento' como ato político que exclui os sujeitos do cotidiano a partir da naturalização da sua condição de objeto, ocultando sua participação ativa na re-produção dessa situação.

Trinta anos mais tarde, Peter Reason identifica muitas variações atuais de pesquisa participativa, que ele nomeia "pesquisa do novo paradigma", por incorporar uma visão do mundo emergente, relacional e holista, em que os seres humanos são "co-criadores da sua realidade. Apesar da variação nas abordagens, todas as pesquisas participativas apontam a experiência vivida no cotidiano como âmbito de transformação através de um processo reflexivo e a inseparabilidade entre conhecimento e ação. Reason identifica a educação libertária de Paulo Freire como uma das fontes pioneiras deste tipo de proposta de construção do conhecimento (Reason, 1994).

Em uma exposição feita ainda em 1971, e publicada dez anos depois, Freire aponta a natureza da realidade concreta como problema político e ideológico, não apenas epistemológico ou pedagógico, que confronta educadores e cientistas sociais. Nesta perspectiva, argumenta que "a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade" (Freire, 1982: 35). A relação entre teoria e prática e entre sujeito e objeto é reformulada sob o entendimento de que a participação na produção do conhecimento e sua apropriação formam uma unidade indissolúvel: "no sentido aqui descrito, pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento" (Freire, 1982: 35). Aqui, a educação é identificada com a produção de uma nova consciência sobre a realidade

vivida, permitindo a quem era objeto do conhecimento se tornar protagonista "no ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade" (Freire, 1982: 36). O educador, nesta visão, deve ensinar a perguntar, com o objetivo último da transformação (Freire & Faúndez, 1985: 46).

Transição de Gênero: desnaturalização da auto-identidade feminina e desmonte da auto-identidade masculina?

Os estereótipos dos gêneros são um componente da ordem social dos significados, e os grupos de reflexão que deram origem ao movimento feminista são uma ilustração concreta do processo de contestação e re-constituição da auto-identidade. Nesses grupos, o compartilhamento coletivo das diversas experiências individuais permitiu o questionamento, a desnaturalização das identidades de gênero e sua caracterização como produto sociocientífico e político: os estereótipos naturalizados teriam a função ideológica de ocultar a construção social de homens e mulheres e a reprodução de uma hierarquia de gênero. A percepção de que a própria auto-identidade é coletivamente construída e, portanto, passível de transformação coletiva, foi expressa no lema 'o pessoal é político' e na nova auto-identidade política e científica de mulheres (Giffin, 1995, 1999).

Enquanto a institucionalização do feminismo na academia certamente representa uma nova repartição do poder do saber legitimado, a grande maioria dos homens, mulheres e crianças do mundo sofrem os efeitos nocivos da globalização neoliberal excludente, independente dos novos paradigmas e sujeitos do conhecimento.

Castro critica a desvinculação do feminismo hegemônico desse cenário mundial onde se aprofunda a exploração do trabalho feminino. Ao acompanhar uma tendência acadêmica fortemente influenciada por correntes pós-estruturalistas, discursos e narrativas tornam-se o campo privilegiado de embates teóricos e afastam-se crescentemente da análise crítica sobre as reais condições de vida da maioria das mulheres. Neste processo, as acaloradas discussões sobre a divisão sexual do trabalho, antes interligadas aos mecanismos de exploração de classe, praticamente desapareceram do cenário feminista acadêmico (Castro, 2000).

Entre as novas atividades das mulheres, sua participação maciça na força de trabalho remunerada e no controle da fecundidade são incontestáveis. No entanto, esses novos 'fatos' não encerram uma verdade universal. São mudanças que podem ser interpretadas ou significadas como 'vitórias' e 'conquistas', ou como novas exigências de sobrevivência que atualizam velhas desigualdades. Dado que a categoria 'mulher' não é homogênea, pode também ser as duas coisas ao mesmo tempo, para mulheres de diferentes situações sociais.

Seja como for, essas mudanças sugerem uma transição de gênero que – particularmente no contexto do desemprego crescentes que resulta das políticas neoliberais – compromete os velhos padrões de identidade de gênero que tiveram como base a idéia do homem provedor e da mulher-esposa-mãe situada no lar e 'naturalmente' encarregada da vida reprodutiva (Giffin, 2002). Essas identidades de gênero estão sendo transformadas pela dramática realidade imposta pelo capitalismo neoliberal, no qual homens são cada vez mais fragilizados como provedores e mulheres assumem cada vez mais os encargos da provisão de renda, que se sobrepõem aos encargos domésticos.

Enquanto a ideologia da 'nova mulher' propaga a possibilidade de significar positivamente as 'conquistas femininas' no mundo do trabalho, no Brasil, como em outros países, fala-se de uma 'crise do masculino' (Luz, 1987), e alguns homens começam a questionar e/ou estudar os estereótipos e ideologias de gênero masculino. Este 'sujeito e objeto emergente' recebe, atualmente, apoio de instituições nacionais e internacionais que se preocupam com saúde reprodutiva, incluindo sexualidade e DST/Aids, controle da fecundidade, gravidez na adolescência, aborto e violência doméstica. Após anos de feminilização dos assuntos da reprodução, a questão da identidade e da participação masculina nessas relações de gênero está sendo reconhecida como central (Giffin & Cavalcanti, 1999).

Para além das questões de gênero, os dados internacionais mostram que, junto às transformações na divisão sexual do trabalho e nas identidades masculinas e femininas, a feminilização da força de trabalho acompanha o empobrecimento da classe trabalhadora e o aumento das desigualdades de classe (Fernandez-Kelly & Wolf, 2001). Isto sugere a idéia, pouco explorada, de que as ideologias tradicionais de gênero e sua reformulação atual estão enredadas na reprodução das desigualdades entre classes sociais: o abismo crescente entre 'os que tem' e 'os que não têm'(Giffin, 2002, 2005).

Perante este quadro, o feminismo marxista conclui, mais uma vez, que precisamos de uma teoria que desmascare a reprodução sistêmica da exclusão, e precisamos de ação política junto aos despossuídos (Ebert, 1996; Simões Barbosa, 2001b). A transformação da consciência de si e da auto-identidade é o primeiro passo, necessário, mesmo se não suficiente (Giffin, 2006).

Gênero, Saúde e Vida Cotidiana

Nossos projetos se situam neste cenário conceitual e político e propõem partir do envolvimento crítico de homens e mulheres em processos de interrogação/problematização/desnaturalização das relações e identidades de gênero em assuntos da saúde reprodutiva. Nos grupos de reflexão de gênero, o estranhamento desses estereótipos levou os sujeitos sociais/de gênero – homens e mulheres, adultos e jovens – a problematizarem imagens ideologizadas que, quando relacionadas e confrontadas com a experiência no cotidiano, nem sempre se sustentavam.

Nesta proposta de 'ensinar a perguntar', trabalhamos com 'agentes sociais', ou seja, jovens de ambos os sexos que já desenvolviam alguma atividade social ou profissional em associações comunitárias, ONGs de ação social e serviços públicos de educação, saúde e segurança. Cada grupo se reunia semanalmente durante um período aproximado de seis meses.

A atuação da nossa equipe nesses grupos se caracteriza pela facilitação de processos reflexivos em torno de situações comuns do dia-a-dia dos participantes (Nesc/Ensp, 2001). As oficinas são, então, o espaço privilegiado para a promoção da re-apropriação da vivência pessoal e coletiva, nos moldes de práticas educativas desenvolvidas durante anos no âmbito do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism – Giffin, 1995).

Ao partir das identidades de gênero na saúde reprodutiva, outros temas – tais como sexualidade, família, trabalho e violência – são facilmente articulados para atuarem também como geradores de reflexão. Este conjunto de temas é apresentado ao grupo como proposta geral que, mediante uma atividade de 'levantamento temático', realizado já nas primeiras reuniões, adquire contornos mais específicos e pertinentes à realidade e interesses de cada grupo.

Os temas são abordados a partir de dinâmicas nas quais os(as) participantes são convidados(as) a atuar e a experimentar um espaço alternativo de

confiança, exposição e troca de experiências referentes às suas vidas. Dessa forma, uma seqüência de dinâmicas compõe uma oficina que, por sua vez, se estrutura a partir de um tema gerador. As dinâmicas, além de promoverem atividades lúdicas, de expressão artística, vivências corporais e dramatização diversas, contam com materiais de apoio que visam a instrumentalizar os participantes com dados e informações variados sobre o tema em questão. A vivência no projeto possibilita a apropriação, por parte dos participantes, desta metodologia reflexiva de trabalho em grupo e a sua utilização em futuras atuações nos seus espaços sociais/profissionais.

No nosso projeto, as vivências de gênero na esfera da saúde reprodutiva compõem um objeto abrangente de re-apropriação e de construção crítica, dinâmica e relacional, que articula os diversos contextos sociais onde homens e mulheres se inserem e atuam, de forma a questionar estereótipos dominantes. Os temas nos quais todo(as) têm experiência e podem falar, facilmente relacionam a esfera das relações afetivas mais íntimas, dentro e fora da família, às questões da esfera das políticas públicas de saúde, educação, trabalho e segurança, âmbito da cidadania.

Nos grupos dos homens, por exemplo, foi possível perceber como estereótipos do 'homem forte e dominador' favorecem situações de conflitos com outros homens, mulheres e crianças – algumas delas com desfechos violentos para consigo próprios – e atuam também para dificultar a busca de cuidados com a saúde. Em contrapartida, manter essas ideologias pode representar vantagens para o empregador que, desta forma, conta com um trabalhador que suporta tarefas pesadas e condições de trabalho insalubres, sem, por exemplo, reivindicar equipamentos de segurança adequados.

Os estereótipos femininos que caracterizam as mulheres como sexualmente passivas podem interferir no uso da camisinha ou nas discussões sobre métodos contraceptivos. Nos grupos de jovens, embora velhos estereótipos sejam em geral menos aceitos, parecem ainda dar impulso à sua negação: por exemplo, a pressão social sobre a sexualidade agora parece tomar a forma do imperativo de ser 'sexualmente ativa' desde cedo, independente das condições afetivas e materiais dos atores.

Para o estabelecimento de uma comunicação de qualidade dentro do grupo, elabora-se um 'Contrato de convivência', no qual cada um dos participantes pode falar sobre os valores que consideram importantes para um bom convívio grupal. O desenvolvimento das oficinas é baseado no levanta-

mento das expectativas dos jovens, nos relatos de fatos recentes ocorridos com a população jovem da comunidade e nas experiências dos dirigentes comunitários com quem dialogamos.

No trabalho com jovens, especificamente, reforçamos uma abordagem e uma linguagem calcadas nos sentidos e no lúdico, incluindo os campos da cultura, da arte e das expressões criativas. Os trabalhos corporais facilitam não só a interação dos jovens como também a expressão de sensações e sentimentos. A imaginação, o pensamento, as sensações são trabalhados na manifestação de diversas formas de expressão: desenho, recorte e colagem, som, movimento, expressão corporal, dramatização etc. A utilização de jogos teatrais e exercícios corporais é o recurso mais eficaz para lidar com as diversas formas de expressão que surgem nos grupos, na construção de pontes entre o saber formal e o saber prático e na elaboração coletiva de valores éticos que fortalecem a noção e o sentimento de pertencimento social e cidadania.

Revelam-se, nestes grupos, talentosos(as) bailarinos(as) de *street dance* e geniais desenhistas/chargistas, poetas e músicos. Muitos desenhos e outras produções realizados demonstram um agudo senso crítico sobre uma sociedade que, apesar dos discursos em torno da cidadania, não reserva as mesmas possibilidades para todos(as).

Em uma das primeiras oficinas de jovens, na dinâmica de apresentação, foi proposto que cada um se apresentasse ao grupo mencionando uma qualidade que iniciasse com a letra inicial do seu nome. Apesar da vivacidade e entusiasmo com que os jovens aderiram ao convite, um dos participantes perguntou: "Não pode ser um defeito?", e ao longo da atividade de apresentação, pôde-se ouvir: "Davi: defeituoso"; "Ivan: ignorante" etc.

Este fato revelou a necessidade de trabalhar em profundidade o reforço à auto-estima e à autopercepção, questionando a discriminação social que os moradores de favela sofrem, tema emergente da maior importância para estes jovens. Surgiu, posteriormente, a criação de um esquete teatral que resgatou a positividade da Maré e, com isso, a auto-estima dos seus moradores.

Com a dinâmica do 'Crachá de Gênero' e a construção do painel 'O Mundo do Homem/O Mundo da Mulher', que levantam o perfil dos estereótipos masculino/feminino, abrimos os debates sobre as relações de gênero.

Observamos que, além da participação masculina neste debate ser mais reduzida, seu discurso tende a ser abafado pela veemência das colocações

das moças em relação às diversas questões. Constatou-se que o paradigma da masculinidade tradicional, no qual o homem é o grande provedor e autoridade na família, embora ainda exerça grande influência no imaginário, tende a ser confrontado com uma nova realidade na qual a mulher vem ocupando espaços que até então não lhe cabiam. Enquanto as moças denotam uma vivacidade surpreendente perante os desafios colocados no cotidiano, os rapazes parecem menos confiantes diante da nova situação que se apresenta e para a qual não se sentem preparados:

> *A maioria das mulheres só quer saber do cara se ele tiver grana.*
>
> *Hoje em dia, são as mulheres que seguram a onda da família. Vocês homens não dão conta nem de vocês mesmos.*
>
> *Todo homem trai. Se ele trai, eu apronto com ele.*
>
> *Não concordo. Eu não ficaria com um homem que não me respeitasse.*

Uma dramatização explorou as dificuldades encontradas pelas mulheres para negociar com seus parceiros o uso da camisinha. Nessa negociação, as mulheres encontraram como único argumento a sedução (são elas que usam a sedução), e, na maioria dos casos, terminaram por submeter-se à vontade masculina. Na discussão que se seguiu à dramatização, ficou claro para o grupo que, mesmo em tratando-se de uma encenação, era difícil para as mulheres dar um novo contorno à situação que garantisse sua saúde. Houve consenso entre meninos e meninas de que a responsabilidade pela prevenção é de ambas as partes, embora se perceba que, na prática, isso não ocorre, ainda ficando a responsabilidade maior a cargo das mulheres. Articula-se sexo e posto de saúde:

> *Às vezes rola o clima, a menina dá mole, e nem dá tempo de pensar em mais nada. Vai assim mesmo...*
>
> *A gente tenta, mas os caras não aceitam. Sei de muitas meninas que transam sem camisinha prá não perder o namorado.*
>
> *Se eu disser prá ele usar, ele vai achar que eu ando aprontando...*
>
> *Acho que todo mundo sabe da coisa, mais isso não garante nada, porque a gente sempre acha que, com a gente, não vai acontecer nada.*
>
> *Não é só usar, também tem que ler as instruções, senão arrebenta. Comigo já aconteceu, e eu quase pirei.*

Teve uma vez que a camisinha estourou. Eu fiquei apavorado. E não tinha coragem de falar com ninguém. Morria de medo e vergonha de ir fazer o exame.

Camisinha custa dinheiro, e tem cara que fica sem graça de pedir no Posto de Saúde.

Em outro grupo, a leitura do livro de depoimentos *Palavra de Homem* (Lopes *et al*., 2001), livro-falado, resultante de nosso projeto anterior,[2] reforçou o interesse e a curiosidade dos participantes em relação à questão diferenciada dos cuidados com a saúde no que diz respeito aos gêneros. Vários temas foram elencados e debatidos a partir daí, tais como paternidade e filiação, sexualidade, relações de gênero, violência doméstica e políticas de saúde.

Em uma das dramatizações, foi apresentada a situação de um homem que, por ter demorado a aceitar que estava doente e que precisava procurar tratamento médico, termina por morrer. Observe-se que a encenação denunciava a precariedade de atendimento nos serviços públicos, principalmente para os homens. Tratava-se de uma situação real, vivida pelo pai de uma participante, o que muito mobilizou o grupo.

A apresentação foi seguida de um caloroso debate, no qual os jovens puderam perceber a existência de uma lacuna no que se refere aos programas de saúde voltados para a população masculina. Nesse debate, a equipe procurou levantar a reflexão sobre como as lutas dos movimentos das mulheres, no decorrer das últimas décadas, havia garantido um espaço onde a mulher passou a merecer uma atenção especial por parte das políticas públicas de saúde, mesmo que distante do ideal:

Tem muito mais revista com informações sobre saúde para mulher do que para homem.

Os homens parecem que tem vergonha de dizer que está doente.

É mais fácil prá mulher falar de suas dores.

Eu mesmo nunca procurei o Posto de saúde. Só tem mulher lá.

[2] Projeto "Homens, saúde e vida cotidiana" (Nesc/UFRJ e Ensp/Fiocruz, apoio Fundação Ford e Fundação Mac Arthur), desenvolvido entre 1998 e 2001.

Gênero, Sexualidade e Tráfico de Drogas

Na Maré, assim como na cidade do Rio em geral, o cotidiano é rodeado pelo medo da violência, importante tema emergente nos grupos. As freqüentes brigas entre facções rivais ligadas ao tráfico de drogas e as invasões policiais constantemente retiram o sono e a paz dos moradores, negando-lhes o direito de cidadania mais elementar: a liberdade de ir e vir. Em mais que uma ocasião, membros da equipe viram-se encurralados em meio a confrontos armados entre traficantes e a polícia, passando por momentos de verdadeiro terror.

Por várias vezes, as oficinas foram desenvolvidas ao som dos tiros trocados entre a polícia e os bandidos, a poucos metros de onde estávamos. Fomos levados a cancelar ou deslocar reuniões em função de tiroteios, presença ostensiva de jovens armados pelas ruas, placas de aviso sobre limites no trânsito de pessoas entre as localidades, ou o comércio fechado por ordem dos chefes locais do tráfico, que acabaram por intimidar ou, às vezes, impossibilitar o acesso aos locais das oficinas.

Inicialmente, pudemos verificar, nos meninos, maior receio quanto a estarem nos locais combinados, devido à impossibilidade de cruzar estas 'fronteiras invisíveis'. Com o passar do tempo, constatamos que, enquanto as meninas se ressentiam da violência sexual, do apelo glamuroso das drogas e do poder, os meninos reclamavam do cerceamento de sua liberdade de ir e vir provocado pelos verdadeiros muros invisíveis implantados pelo poder paralelo e pelo risco da perda da própria vida para quem ousasse ultrapassá-los, fato que já estavam acostumados a testemunhar.

À medida que as taxas de mortalidade masculina atestam, dramaticamente, o peso real desta ameaça para a sobrevivência dos jovens brasileiros, o poder armado parece reforçar e atualizar uma masculinidade baseada na força bruta e na 'posse' sexual de várias mulheres. A unanimidade apareceu em uma questão: as dificuldades que qualquer jovem, homem ou mulher, enfrenta para se desvencilhar do envolvimento com o narcotráfico, exemplo de uma perversa igualdade de gênero que vem cooptando milhares de jovens que têm, assim, seu projeto de futuro 'cassado' (Castel, s.d.).

A questão do tráfico, além de uma preocupação constante devido ao risco que a situação oferece, constituiu-se também em um dado gerador de situações, no mínimo, estranhas, que permearam todo o transcurso do

trabalho. Os indivíduos nela envolvidos, em determinados momentos, apareceram como verdadeiros atores coadjuvantes da PA.

Na primeira oficina de um dos grupos em um posto de saúde, fomos surpreendidos, ao final do trabalho, com a chegada de um indivíduo que se dizia vigia do prédio, fato que não foi confirmado. Este homem inicialmente abordou a equipe com uma atitude ostensivamente ameaçadora, mas, após as explicações sobre o projeto, foi estabelecido um clima favorável que nos permitiu atuar de forma tranqüila.

Algumas vezes, chegamos a contar com a presença de pessoas, inicialmente não identificadas, que participaram de oficinas como 'ouvintes', mas que, na verdade, atuavam como 'olheiros' para os chefes locais do tráfico. Em uma dessas ocasiões, o visitante mostrou-se tão envolvido com o trabalho que vinha sendo feito que se ofereceu para providenciar detalhes de infra-estrutura que o grupo precisava resolver. Esse oferecimento, entretanto, ficou na promessa.

Mais adiante, vários participantes foram questionados sobre o teor dos encontros e atividades promovidos pelo projeto:

> *Eu ia passando, quando o sujeito me gritou de cima da laje: E aí, quando é que vai ter mais camisinha para o pessoal da 'firma'?*
>
> *Outro dia, um deles me abordou dizendo que tinha visto nossa peça e que tinha gostado. Ele falou que dá a maior força pro nosso trabalho. Que tem mais é que ensinar os jovens pra eles não caírem no tráfico. Eles mesmos não gostam do que fazem, e não querem isso prá família deles.*

A possibilidade de incorporação de adolescentes que se encontram envolvidos com o tráfico foi colocada, de forma veemente, por integrantes de um dos grupos, com relatos sobre a conduta de risco de muitos jovens conhecidos, bem como depoimentos pessoais que mostram as tênues e fortuitas fronteiras entre o 'lado de lá' e o 'lado de cá':

> *Eu também estava nessa até bem pouco tempo atrás, suja pelas ruas, gritando palavrão, fazendo onda na frente da boca – eu achava o máximo e gostava que as outras me vissem e pensassem que eu era do bonde. Se eu consegui entender que aquilo tudo não tava com nada, porque essas meninas que estão por aí não podem conseguir? E eu quero muito ajudar...*

É frustrante admitir que tivemos perdas no decorrer do processo, algumas em virtude de questões básicas, como a necessidade de buscar emprego para ajudar na renda familiar, a falta de apoio familiar a este tipo de engajamento ou mesmo a falta de identificação ou comprometimento com a proposta. Entretanto, nenhum dos motivos que definiram o afastamento de alguns participantes foi mais marcante do que vê-los sendo cooptados pelo esquema do narcotráfico, fato que fomos obrigados a assistir impotentes e que gerou, na equipe, um doloroso sentimento de perda. Dentre esses afastamentos, os grupos nos reportaram que pelo menos três ex-participantes estão seguramente envolvidos com o tráfico. Entretanto, a partir de algumas evidências, pode-se supor que esse número seja um pouco maior.

> *O Fulano não está mais vindo para o Projeto. Acho que ele mudou de turma. Problema de dinheiro. A família tá passando apertado. Acho que ele não segurou a onda. Eu tenho visto ele com os 'caras' na calçada.*

Além das oficinas, realizamos breves levantamentos em torno de temas discutidos e outras questões escolhidas pelos participantes. Este ato de saída do grupo para o campo social próximo favorece a ampliação de conhecimentos sobre as questões priorizadas pelo grupo e funciona como um exercício de expansão da capacidade de ver o mundo à sua volta e de perceber os espaços em que possam estar atuando a partir de uma visão crítica e solidária. As interações que ocorrem durante o levantamento favorecem uma possível mobilização dos respondentes para desdobramentos ou discussões futuras.

Vivências Pessoais, Impactos Coletivos

Ao longo dos seis meses de trabalho com cada grupo, após experimentarem um espaço alternativo e solidário, de confiança e reflexão, mudanças se fazem sentir na vida dos participantes, segundo eles próprios percebem e relatam.

> *Naquela hora, durante o exercício de sensibilização, que você mandou levar a mão ao coração, alguma coisa mexeu diferente dentro de mim. Veio na minha mente aquelas meninas que passam grávidas na minha*

> *porta. Eu lembro como era a minha cabeça quando fiquei grávida. Eu não sabia pensar. Só sentir. Era muita confusão. Eu sabia de tudo, mas o problema era as coisas que eu sentia, que eu não entendia, não sabia nem como explicar e como é que eu ia falar disso? Falar disso com quem? Agora, quando a gente faz reflexão aqui no grupo, que a gente fala e escuta as histórias dos outros, é que eu começo a entender melhor como eu era antes e posso entender como essas meninas pensam, e aí aumenta a minha vontade de fazer alguma coisa.*

As reflexões coletivas em torno de diferentes pontos de vista, desencadeadas pelas vivências e levantamentos, favorecem a comunicação no intercâmbio de experiências dentro do grupo: saber ouvir, falar, defender posições e buscar consensos foram alguns dos ganhos apontados pelos(as) jovens que, segundo eles, tendem a ser reproduzidos no convívio familiar e comunitário.

Nossa experiência nos permite afirmar que, neste momento da história, homens e mulheres, de classes, gerações e grupos sociais diferentes, estão se mostrando com vontade de 'abrir o jogo' e questionar os velhos padrões. Nessa articulação entre individual e coletivo, pessoal e político, conhecimento e ação, a PA que deflagra um processo reflexivo a partir da problematização das identidades de gênero na saúde reprodutiva pode estar formulando uma nova e relevante proposta para uma nova inserção de sujeitos do cotidiano – homens, mulheres, adultos e jovens – na esfera da saúde reprodutiva e na vida comunitária e social mais ampla.

No caso dos jovens, contamos também com a 'mania' de serem felizes e não perderem a esperança de que 'um outro mundo é possível'. Em suas palavras,

> *Somos esperançosos e espero que a gente nunca perca a esperança.*
>
> *Temos que ter fé, porque o pouco que a gente faz pode ser muito.*

Referências

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality*. New York: Anchor, 1967.

CAPRA, F. O *Ponto de Mutação: a cultura, a sociedade e a ciência emergente*. São Paulo: Imago, 1982.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. *Saúde e Loucura,* (4): 21-48, s.d.

CASTRO, M. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, (11): 98-108, 2000.

CODE, L. *What Can She Know? Feminist theory and the construction of knowledge*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

EBERT, T. *Ludic Feminism and After*. Ann Arbor: Michigan Press, 1996.

FERNANDEZ-KELLY, P. & WOLF, D. A dialogue on globalization. *Signs*, 25(4): 1.243-1.258, 2001.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, C. (Org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FREIRE, P. & FAÚNDEZ, A. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GIFFIN, K. Estudos de gênero e saúde coletiva: teoria e prática. *Saúde em Debate*, 46: 29-36, 1995.

GIFFIN, K. Corpo e conhecimento na saúde sexual. In: GIFFIN, K. & COSTA, S. (Orgs.) *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, supl.: 103-112, 2002.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 47-58, 2005.

GIFFIN, K. Produção do conhecimento em um mundo 'problemático': contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Estudos Feministas*, 14(3): 635-654, 2006.

GIFFIN, K. & CAVALCANTI, C. Homens e reprodução. *Estudos Feministas*, 7(1/2): 53-71, 1999.

HAGUETTE, T. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

KING, E. The use of the self in qualitative research. In: RICHARDSON, J. (Ed.) *Handbook of Qualitative Research Methods for Psychology and the Social Sciences*. Leicester: BPS, 1996.

KOSIK, K. *Dialético do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOPES, A. *et al. Palavra de Homem*. Rio de Janeiro: Nesc/UFRJ, Ensp/Fiocruz, 2001.

LUZ, M. Identidade masculina-feminina na sociedade brasileira atual: crise nas representações. In: DA POIAN, C. (Org.) *Homem, Mulher: abordagens psicoanalíticas e sociais*. Rio de Janeiro: Taurus, 1987.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA (NESC/UFRJ) & ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (ENSP/FIOCRUZ). *O Facilitador*. Rio de Janeiro: Nesc/Ensp, 2001.

REASON, P. Three approaches to qualitative inquiry. In: DENZIN, N. (Ed.) *Handbook of Qualitative Research*. Sage: Thousand Oaks, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORÃES SILVA, M. A. (Org.) *Mulher em Seis Tempos*. Araraquara: Editora Unesp, 1993.

SANTOS, B. *Um Discurso sobre a Ciência.* Lisboa: Afrontamento, 1994.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia – o encontro desfetichizador. In: SPINK, M. J. (Org.) O *Conhecimento no Cotidiano.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

SIMÕES BARBOSA, R. Educação e saúde reprodutiva: análise preliminar de uma experiência numa comunidade favelada do Rio de Janeiro. In: SILVA, D. P. M. (Org.) *Sexualidade em Diferentes Enfoques: uma experiência de capacitação no campo da saúde reprodutiva*. Niterói/Muiraquitã: Pegge/Uerj, 2001a.

SIMÕES BARBOSA, R. H. *Mulheres, reprodução e Aids: as tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes HIV-Positivas*, 2001b. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz.

SMITH, D. *The Everyday World as Problematic.* Boston, Northeastern: University Press, 1987.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VALLADARES, D.; SANCHES, S. & GIFFIN, K. *Mulheres, Participação e Saúde.* Rio de Janeiro: Flacso, Unicef, CNDM, 1987.

4

Almanaque da Dengue: conhecimento, informação e narrativas de saúde

Regina Maria Marteleto
Cátia Guimarães
Nanci Gonçalves da Nóbrega

O homem tudo poderia ignorar, sem risco de perecer,
exceto o mês em que se semeia o trigo.
Eça de Queiroz

O que É e para que Serve um Almanaque?

Serviria, como afirma Eça de Queiroz, para assegurar um mínimo de memória que qualificaria a continuação da vida? Se assim for, um almanaque servirá, certamente, como o mais conveniente suporte para comportar um texto que pretende retratar as resistências do cotidiano comunitário que não apaga de seus modos de fazer, ser e conviver, uma memória de saberes acumulados.

Serviria, assim, como registro do tempo, seja ele cronológico ou de uma outra categoria mais densa, mais difusa, mais intensa? Se assim for, um almanaque servirá como suporte e bússola, pois registra e indica caminhos "que a Humanidade necessita saber, e constantemente rememorar, para que a sua existência (...) se mantenha, se regularize, e se perpetue" (Queiroz, 2000: 1716). Caminhos pensados e nascidos do entrelace das ações e reflexões acadêmicas e populares.

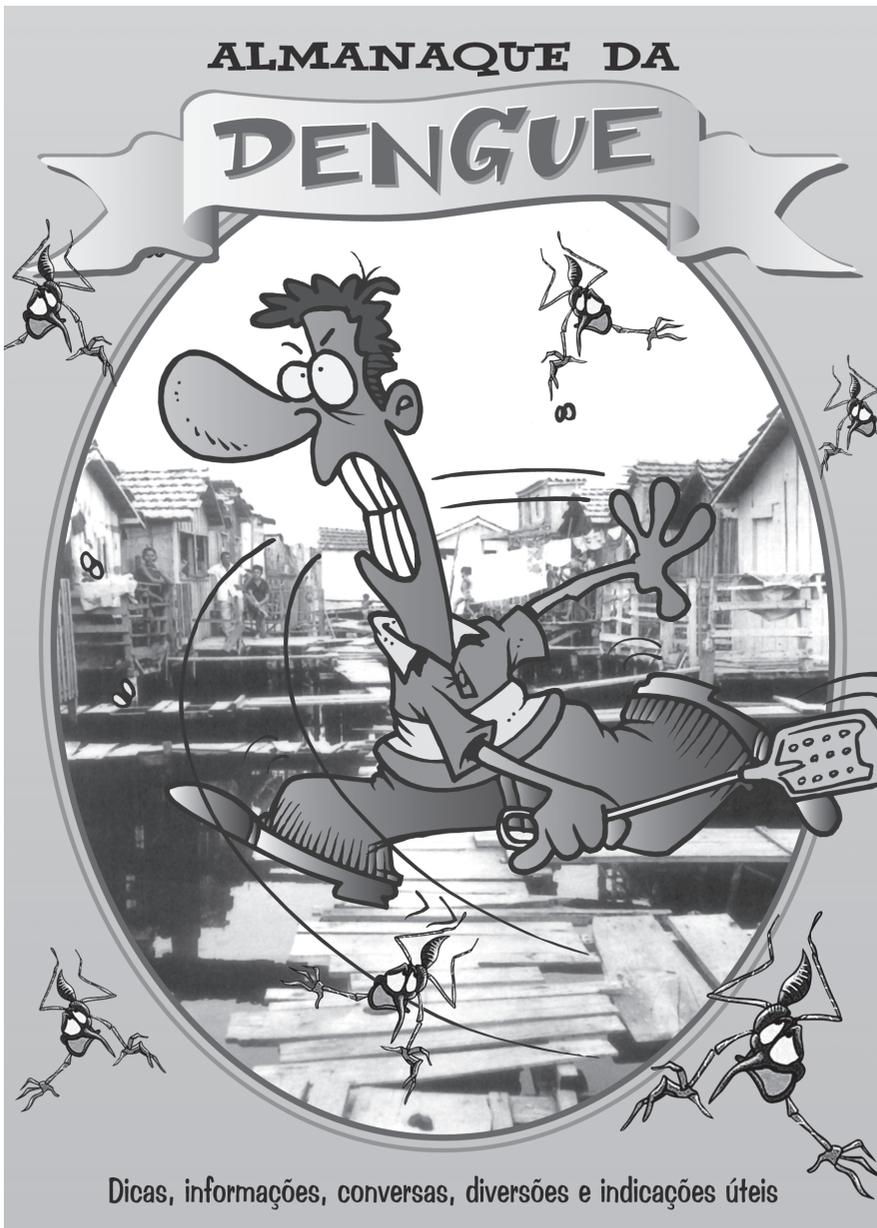
Como e Por que um Almanaque?

Durante os anos de 2001 a 2003, o grupo de pesquisa Antropologia da Informação, então ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ibict/MCT-ECO/UFRJ) estudou, de modo interativo e participante, o movimento da informação e do conhecimento nas redes sociais que se organizam em torno das questões de educação popular e saúde, na região dos subúrbios da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro. Seguindo o foco principal do grupo de pesquisa, procurou-se interpretar, organizar e sistematizar as informações produzidas nas ações e representações das pessoas envolvidas nas redes sociais, recuperando e conservando seus elementos narrativos, contextuais, políticos e históricos.

Na pesquisa que originou este texto,[1] o foco empírico foi direcionado para a epidemia da dengue do verão do ano de 2002, seus antecedentes e resultantes na ótica da população, da mídia, do poder público e da Academia. Apresenta-se aqui uma discussão sobre o caminho e os fundamentos teóricos e metodológicos empregados na construção do *Almanaque da Dengue* experimento de informação que, como produto da pesquisa, procurou materializar seus intentos teórico-prático-metodológicos.

O almanaque foi escolhido como modelo e formato para esse experimento por representar um gênero de narrativa e de representação informacional que se aproxima de uma enciclopédia popular, mesclando diferentes tipos de informação, conhecimento e discurso. Empregaram-se os conceitos de 'redes sociais', como uma categoria para melhor compreender grupos específicos da sociedade, e de 'hipertexto', como um modelo rizomático de organização, produção e leitura das informações para chegar ao almanaque, um hipertexto popular que remete tanto à informação enciclopédica ou especializada quanto às tradições e às narrativas populares.

[1] Pesquisa interdisciplinar e interinstitucional "Gestão do conhecimento e da informação na intervenção social: as redes de movimentos sociais no campo da educação popular e saúde" desenvolvida em parceria pelo grupo de pesquisa Antropologia da Informação, coordenado por Regina Maria Marteleto, e o Núcleo de Estudos Locais em Saúde (Elos/Ensp/Fiocruz), coordenado por Eduardo Navarro Stotz, com financiamento do CNPq. Desde esse tempo até agora, o *Almanaque da Dengue*, em formato impresso, serviu para a realização de 'oficinas de leitura e apropriação', para ser reconstruído por outros leitores, e multiplicadas as suas leituras e usos. Estudam-se ainda os meios e técnicas para a sua formatação eletrônica e alojamento nos espaços da web, em busca de outras apropriações, diálogos e invenções.

Figura 1 – Capa do *Almanaque da Dengue*

Fonte: Marteleto, Nóbrega & Guimarães, 2004.

A epidemia de dengue foi considerada tema principal por tratar-se de um problema de saúde pública cíclico e contemporâneo que faz parte da realidade de toda a população do Rio de Janeiro, desde os últimos anos. Seus personagens, fatos, histórias, informações foram extraídos do banco de dados do grupo de pesquisa Antropologia da Informação que já há alguns anos estuda as questões de informação e saúde nas comunidades da Leopoldina, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, cuja população diagnosticou a primeira epidemia de dengue do estado, em 1986, e alertou especialistas e técnicos de saúde que trabalhavam na região.

Informação, Narrativa e Caminhos do Conhecimento

No presente capítulo interessa discutir, primeiramente, as composições e oposições possíveis das idéias de narrativa e informação, que indicarão os caminhos para chegar aos almanaques e, mais especificamente, ao *Almanaque da Dengue*.

No início, os estudos sobre narrativas apareciam mais comumente nas reflexões da literatura. Entretanto, contemporaneamente, a questão da narratividade aparece em trabalhos de várias áreas, como a história, o cinema, dentre outras. Peter Burke, por exemplo, propõe uma síntese entre narrativa e informação para o bem do conhecimento, lembrando que as discussões sobre os elos e tensões entre os dois conceitos se acentuaram na década de 1960, e que o debate não está preocupado com a questão de escrever ou não escrever a narrativa, mas com o problema do tipo de narrativa a ser escrita. Lembrando o conceito de 'descrição densa', elaborado pelo antropólogo Clifford Geertz, esclarece que a tendência são as micronarrativas, pois oferecem "a narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas" (Burke, 1997: 341).

De qualquer forma, muitos têm sido os estudos na tentativa de responder à pergunta: "ler a história como literatura, ver na literatura a história se escrevendo, isto é possível?" Aos trabalhos de pensadores vários, entre os quais os conhecidos de Michel De Certeau (*A Invenção do Cotidiano*), Paul Ricoeur (*Tempo e Narrativa*), Michel Foucault (*A Ordem do Discurso*, entre outros) e o próprio Geertz (*Interpretação das Culturas*), somam-se os de Hayden White e Domenick Lacapra, estudiosos da história intelectual que preten-

dem unir a historiografia e o criticismo literário. Ao abordar aspectos da interpretação e da retórica como seu veio principal, ressaltam a dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica, pois, na história intelectual, a premissa geral é de que as estruturas de pensamento e significado simbólico são parte integrante de tudo o que se conhece como história (Hunt, 1995).

Mas é principalmente em Walter Benjamin que se encontram subsídios relevantes para pensar a questão das narrativas, aprofundando o estudo sobre o narrador. É de sua autoria a clássica diferença entre narrador e informante: a palavra do primeiro permanece enquanto a do segundo se esvai.

Com seu conhecido sentimento de melancolia e nostalgia, no ensaio "O narrador", Benjamin (1994b: 197-221) comenta a obra de Leskov, escritor russo, para, por meio do escrito, falar do contador de histórias, que para ele estaria em extinção por conta do empobrecimento da experiência e o declínio da narração tradicional. Os laços entre experiência e narrativa são muito fortes, uma vez que todos os narradores se alimentaram da experiência transmitida de pessoa a pessoa, e não é segredo que, dentre as narrativas escritas, as melhores são as mais parecidas às histórias orais transmitidas pelo grande número de narradores anônimos.

Neste ensaio, Benjamin lembra os dois tipos ideais de narradores: o de longe, o viajante; o de perto, o camponês do próprio lugar, pois o narrador em uma dada comunidade ou é alguém com forte ligação com o mundo circundante, ou quem está enraizado em seu próprio meio – os sujeitos que transmitem a experiência da tradição, refazendo os laços com a comunidade. Nessa oportunidade de resgatar experiências estariam os vestígios da comunicabilidade. Para o autor, as noções de experiência e comunicação traduzem a idéia de transmissão, ou mais, de compartilhamento, de uma mensagem.

Assim, dentre os anônimos narradores, Benjamin destaca o agricultor sedentário, que, permanecendo em seu país, trata de sobreviver e aprender as histórias e tradições locais; e o marinheiro empenhado em seu comércio, que, viajando, muito tinha a contar. Estes, representando os arquétipos da narração, iam, ainda, à oficina medieval na qual conviviam o mestre, sedentário, e o aprendiz errante – a convivência, portanto, do saber do passado com o saber das terras distantes – e, embalados pelo ritmo cadenciado do trabalho artesanal, tinham aí um ambiente propício para a narração.

A relação entre o trabalho artesanal e a arte de contar foi compreendida pelo próprio Nicolai Leskov que equiparava a arte de narrar a um ofício manual, idéia que Benjamin retomou ao afirmar que o narrador imprime seu sinal no ouvinte como a mão do oleiro no vaso de argila (Benjamim, 1994b). Assim é que o declínio desse ambiente não deixará de influenciar o destino do narrador e da narração. Mas, de novo, paradoxalmente, enquanto é expulsa gradativamente da esfera do discurso vivo, a narrativa ocasiona beleza ao que está em desaparecimento, pois tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas.

Em seu conto "O lenço", Benjamin narra a história do capitão O., o primeiro e talvez o último narrador que ele encontrou em sua vida. Ao lembrar sua amizade e suas conversas com o capitão, reflete sobre a narrativa:

> Como eu acabei de dizer, com efeito, a arte da narração está se perdendo. E, lembrando as longas horas passadas com o capitão O., passeando ao longo da praia, sem nada para fazer a não ser deixar nossos olhares vagarem em direção ao largo, eu compreendia também que aquele que nunca sente tédio não saberia ser um narrador. Ora, o tédio não tem mais lugar nas nossas vidas. As atividades que estavam associadas ao tédio definham. E se o dom da narração se perde, é também porque não existem mais pessoas que tecem, fiam, esfregam, fazem múltiplos trabalhos com as mãos, enquanto te escutam. Em uma palavra: as histórias só florescem onde existe trabalho, ordem e subordinação... Narrar, com efeito, não é somente uma arte; é, mais ainda, uma dignidade, quando não é, como no Oriente, uma função. Essa arte desemboca sobre uma sabedoria, ao mesmo tempo em que a sabedoria, inversamente, se manifesta freqüentemente como narração. O narrador é então freqüentemente alguém que dá bons conselhos. E, para obter dele um conselho, é necessário fazer-lhe um relato. Mas nós, nossas preocupações, nós só sabemos expressá-las por gemidos, por lamentações; não sabemos contá-las. (Benjamin, 2001: 60)

O empobrecimento da experiência no mundo moderno é tema retomado pelo autor em parábolas, conselhos, narrativas. Em seu ensaio "Experiência e pobreza" (1994), conta uma parábola sobre um velho pai que, no seu leito de morte, revela a seus descendentes que um tesouro estava escondido no vinhedo da família. À procura de tal tesouro, os filhos cavam inces-

santemente, mas nada encontram, até que chega o outono e com ele produtivos vinhedos. Só então os filhos percebem o que seu pai quisera dizer: a felicidade é fruto do trabalho (Benjamim, 1994a). O que o pai lhes transmitiu, mais que tudo, foi uma certa experiência. Contraposta à vivência privada, particular, a experiência é partilhada por uma coletividade e como tal se acumula, se prolonga, se desdobra. Assim, o narrador se configura como conselheiro, e, portanto, como sábio.

Mas a narração e a sabedoria estariam em extinção. Um culpado? Por exemplo, o romance, onde o indivíduo fica isolado, essencialmente vinculado ao livro (o autor destaca a separação entre o romance, baseado na lembrança individual, e a narração, baseada na memória coletiva.) Outro culpado? A imprensa. No novo mundo que surgiu em substituição à oficina medieval, essas formas encontraram terreno fértil para desenvolvimento. Sinal da decadência da narrativa, o romance não está associado à tradição oral, não aconselha seus leitores nem tampouco recebe conselhos. O romance está associado à burguesia ascendente. E, com a consolidação desta, destacou-se uma forma de comunicação – a informação –, tão estranha à narrativa quanto o próprio romance, mas muito mais perigosa, segundo Benjamin.

Benjamin também identifica uma relação entre o declínio da narrativa tradicional e a expansão da imprensa, nova forma de comunicação. Na narração, o acontecido penetra na vida do relator e é oferecido aos ouvintes como experiência, sendo o narrador uma espécie de conselheiro de seu ouvinte. O objetivo da informação é o oposto: a informação jornalística tem seus parâmetros na novidade e na brevidade, e, sobretudo, na falta de qualquer conexão entre uma notícia e outra. Já o narrador, conforme Benjamin, é alguém capaz de fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. E é a busca da sabedoria, pelo conselho útil, capaz de enriquecer a vida, que faz o ouvinte procurar se apoderar daquilo que está contido na narração.

Para o autor, a informação, nova forma de comunicação, aspira à verificação imediata, produzindo, portanto, a ruína da narrativa, que necessita de um tempo largo. Informação, novidade; narração, longevidade. O historiador explica, o narrador conta, transmite a memória individual e coletiva. Na narrativa, o ouvinte é cúmplice, acompanha, compartilha. Desta maneira, o grande narrador tem suas raízes no popular, que é um acervo de experiências.

A Informação se Aproxima da Narrativa: a escuta, a observação, o olhar local

As categorias revistas por Benjamin, tais como a experiência, a sabedoria, a marca do narrador, a oralidade, o dom de ouvir, a observação, a capacidade de narrar e a figura do narrador, marcam a dimensão pragmática das narrativas, não como resposta a uma pergunta, mas como uma proposta: "o conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria" (Benjamin, 1994b: 200).

De igual modo, na modernidade, as vivências e narrativas dos indivíduos estariam norteadas pela busca do sentido, a partir da memória coletiva comunitária ou do entendimento da experiência. O retorno das imagens do passado significaria um despertar, uma atualização e um compartilhamento do presente, livrando os sujeitos de uma experiência empobrecida.

Para Benjamin, portanto, o desaparecimento da arte de narrar está estreitamente vinculado à perda da faculdade que sempre sustentou e alimentou todas as narrativas: a de intercambiar experiências. O homem moderno, para ele, é pobre em experiências comunitárias. No mundo moderno não haveria mais a possibilidade de um narrador, já que não existiria mais a possibilidade da experiência em fato. Porém, essa experiência pode ser viabilizada pela linguagem, pelo imaginário. Assim, pois, o resgate da narrativa como instrumento do saber humano, caminho para o desvelamento do cotidiano, a troca de experiências vividas. Narrar seria uma forma artesanal de comunicação humana.

Em seu artigo de 1995, releitura de sua dissertação de mestrado, Teixeira (1995) relaciona informação e narração na contemporaneidade, enfocando o campo da produção cultural e os sujeitos sociais como agentes históricos e comunicativos. Depois esboça um novo desenho de pesquisa que aborda a cidade como território de aprendizagem e de comunicação, pois na contemporaneidade os espaços de interlocução estariam destruídos. Em sintonia com as leituras de Benjamin, a autora discorre sobre o tempo no processo de comunicação da modernidade: é um tempo estreito, curto, corrido – o mesmo da informação. Para a modificação desta situação, é necessário pensar sobre nós mesmos – os pesquisadores oficiais – como agentes comunicativos, e, pois, interlocutores e intérpretes – e não só emissores e receptores –, atores de nossa própria comunicação (Teixeira, 1995).

Enquanto uns se perguntam se ainda é possível, no mundo de hoje, que pessoas possam ter interesse pelos contos da tradição oral e qual o significado profundo desses contos, dessas 'narrativas fundantes', outros afirmam a importância de revitalizar a capacidade de fabular, mergulhar na atmosfera das narrativas da tradição, para melhor compreender as próprias lembranças de histórias contadas, ouvidas e lidas na infância. Sobretudo pela crença de que, recuperando o passado, compreendendo-o, é possível escrever uma outra história, mais conscientemente vivida e pensada. A oportunidade de (re)simbolizar um tempo aparentemente esquecido na memória é importante para que se perceba o quanto as narrativas da tradição – criações populares – ainda nos falam, de uma forma simbólica ou realista, da vida e da própria condição humana.

Almanaques: uma conversa entre as informações da ciência e as narrativas populares

Almanaques são publicações anuais generalistas e utilitárias que, por norma, incluem um calendário completo com referência a assuntos recreativos, humorísticos, religiosos, científicos, literários e informativos. A provável origem etimológica do termo remonta ao grego *almenikhiaká*, estando sempre ligado ao interesse pela astrologia; em latim medieval registra-se *almanac*, que deriva do árabe *al-manakh*, 'o calendário'. A informação contida em um almanaque é de caráter enciclopédico, 'útil para toda a gente', não procurando aprofundar os assuntos. É um tipo de publicação utilizada em áreas específicas, contribuindo para uma grande variedade editorial. Distinguem-se, por exemplo, os almanaques astronômicos, os naúticos, os agrícolas, com previsões meteorológicas, os gastronômicos, os de farmácia (Almanaque, 2007).

Os almanaques reúnem uma mistura de diferentes saberes utilizados para informar e contar histórias. Embora tidos pelo senso comum como instrumento popular, podem conter, por definição, textos de cientistas, escritores e intelectuais de um modo geral. O adjetivo 'popular' deve-se mais, então, ao público a que os almanaques foram tradicionalmente destinados. Por exemplo, na França, a partir do século XV, eles eram distribuídos por vendedores ambulantes – os *colporteurs*. Ainda assim, ao longo da

história, sempre houve algumas publicações nesse estilo feitas especificamente para comerciantes, militares, clero, nobres e ministros.

O almanaque nasce marcado por um tipo de organização ligada à passagem do tempo, especificando meses, fases da lua e horóscopo, falando de astrologia. Os modelos mais simples eram um pequeno calendário ilustrado com imagens, figuras e signos. Acredita-se, por isso, que o estilo almanaque pode ser a extensão de um calendário que precisava conter mais informações.

Os almanaques caracterizam-se pela alta tiragem de suas edições e a interação com o leitor, esta última observada, principalmente, na valorização das cartas dos leitores, linguagem de fácil compreensão e diversidade de assuntos. Ao longo do tempo, o que marca a relação dos almanaques com a sua época são as mudanças tipográficas e não os temas, mantidos praticamente os mesmos desde o século XVII. São eles, principalmente: tempo, previsão, eclipses, fases da lua, calendários, festas religiosas, signos astrológicos, anedotas, fábulas, contos, conselhos para viver bem, fatos estranhos e admiráveis da natureza (inundações e tremores de terra, por exemplo), saúde, conselhos culinários, divertimentos, religião, vida-morte, corpo-alma, orações, provérbios, História (Park, 1999: 59). Trata-se de um emaranhado de informações demonstrando uma

> aparentemente estranha conexão de códigos, linguagens, cifras. Jogo, divertimento, informação pragmática, articulação de antigas crenças e ritos, e ainda a inserção de novos dados que podem parecer corpos estranhos, mas que são exatamente aquilo que faz a especificidade do almanaque, equilíbrio entre um conjunto estabilizado e a inserção do novo. (Ferreira, 2001: 19)

Nos seus mais diversos tipos, nos diferentes momentos históricos, pode-se identificar, como ponto central da cultura do almanaque, um tipo de leitura que busca a relação saber-mundo, representando um marco na passagem de uma sociedade da oralidade para uma sociedade da escrita.

> Síntese entre culturas e influências diferentes, talvez o que melhor defina o almanaque seja a passagem da vida ordenada ainda na oralidade e a sua recuperação na escrita. Objeto de leitura de aprendizes-leitores, transpõe os elementos do mundo oral no mundo escrito. (Park, 1999: 50)

Como será mostrado mais adiante em relação ao Brasil, o almanaque acompanhou a consolidação de uma sociedade baseada na escrita que vai

gerar novas formas de administrar o tempo, valorizar como nunca antes o conceito de utilidade e incentivar o progresso, principalmente através da saúde, da educação ('instrução') e da integração nacional.

Saúde como tema e educação como objetivo estão presentes, de fato, na própria concepção dos almanaques. Aliando essas características, esses livretos tornaram-se objetos de ajuda na recuperação dos doentes, pelo riso e divertimento. Tornam-se, ao mesmo tempo, meio de instrução sobre a natureza como um todo, um tipo de manual prático de sobrevivência, que mistura conhecimento científico com crendices e saberes populares, sem nunca abandonar a astrologia. Juntos, esses dois aspectos abrem espaço para os almanaques de farmácia, que tanto se desenvolveram no Brasil.

Almanaques no Brasil

O Brasil editava, no século XVIII, o *Almanach Histórico do Rio de Janeiro*, de Duarte Neves. Ao longo dos séculos XIX e XX, foram criados muitos outros almanaques para as cidades, que continham informações de interesse prático, hoje consideradas de serviço, como horários de transporte e tarifas. Existiam ainda almanaques religiosos e literários, estes destinados às senhoras.

Em 1899, foi lançado, em Portugal, o *Almanaque Bertrand*, distribuído também no Brasil. Volumoso e com caráter mais científico – embora não abandonasse o religioso, o literário e mesmo as anedotas – possuía credibilidade pelo prestígio dos autores dos seus textos.

Da tendência francesa de divulgar medicamentos nos almanaques, nasceram, em Portugal, os 'almanaques de farmácia', que se propagaram e se popularizaram muito no Brasil. O primeiro deles, modelo para os seguintes, foi o *Pharol da Medicina*, lançado em 1887, patrocinado pela Drogaria Granado do Rio de Janeiro, com cerca de 50 páginas e tiragem inicial de 100 mil exemplares. Segundo Meyer (2001), o almanaque de farmácia tinha uma forma – texto, formato, número de páginas – intencionalmente popular e funcionava para os leitores como um livro que informava, distraía e que podia facilmente ser levado de um lado para outro, aliando lazer e utilidade. Neles, a ciência é divulgada como um tipo de ciência caseira ou lúdica.

Nesse momento de popularização dos almanaques no Brasil, ocorrido na virada do século XIX para o século XX, o país passava por um

processo de modernização influenciado por idéias de civilização e progresso, que se fundamentavam em práticas de saúde – como medicina social e sanitária, saneamento básico e educação – orientadas por conceitos, como ordem, organização e trabalho. É nesse contexto de "medicalização do espaço urbano" (Park, 1999: 77) que se desenvolvem os almanaques de farmácia no Brasil.

Casa Nova assim define o almanaque de farmácia:

> Seu papel, sua função se confundem com ele mesmo. Almanaque, cômputo, conto, memória. Computar fatos, acontecimentos da História e da Ciência. Possibilitar à carência de conhecimento uma gota, um respingo do conhecimento maior, inacessível. Ao lado disso, distrair e também ensinar aos homens uma ciência do bem viver ou melhor viver. Prescrições e regras de vida para todos. Filosofia que se adere ao modo de ser popular. Leitura popular: ideal do século XVIII, dos iluminados da Razão e do espírito enciclopédico popular. (Casa Nova, 1996: 23)

Os almanaques de farmácia dividiam seu conteúdo em poesias, pequenos textos informativos e gravuras. Utilizavam-se também de conselhos, lembretes, normas e previsão – conselhos para fazer negócios por escrito e não oralmente, dez regras que fazem uma boa esposa, orientação cívica sobre o voto, regras para viver bem. Em geral os almanaques têm como fontes de informação principais os jornais e revistas de grande circulação.

Em 1920 surge um dos mais importantes almanaques brasileiros, pela sua popularidade e influência, colaborando para o processo de integração e progresso nacional. Elaborado e ilustrado por Monteiro Lobato, a primeira edição do *Almanaque Biotônico Fontoura*, com seu personagem Jeca Tatu, teve 50 mil exemplares, tiragem que, até a década de 1970, alcançou três milhões e meio de exemplares. Isso faz com que Park o classifique como "a primeira peça publicitária de comunicação de massa" (Park, 1999: 108).

Jeca Tatu, personagem que tomou conta do imaginário nacional, passeava por todas as suas seções de informação e divertimento, ajudando a reforçar as muitas idéias que se vendiam naquele momento de mudança, principalmente a importância do binômio 'saúde e instrução'. Segundo a autora, Jeca

> nasce da pena de Lobato em comunhão ao que ocorre no país, em termos de medicina social, medicina sanitária, trabalhos de sanea-

> mento básico e reurbanização. Tratam-se das idéias de Progresso e Civilização que marcam as décadas iniciais do século XX no Brasil. (Park, 1999: 121)

Para Meyer, "o Jeca é testemunha da violência, da feiúra, da pobreza, do físico popular. Observando a fisionomia do Jeca, história social e história natural se cruzam" (2001: 133). Reforçam-se naquele período os discursos medicalizantes, e o saber científico passa a ser representado pelo médico, responsável por desmentir as crendices e simpatias que faziam parte do universo popular.

> Mostra-se o homem (camponês) triste e doente e, logo em seguida, aconselha-se o uso do Biotônico Fontoura. Mostra-se uma mulher doente e, em seguida, o que ela deve fazer para ser saudável e bela. O exemplo funda a regra, a ilustração desempenha o papel de reforçar a adesão à regra conhecida e admitida pelo leitor, pela sociedade. Tomando Biotônico Fontoura ou Saúde da Mulher ter-se-á Saúde e Felicidade. (Meyer, 2001: 130)

É ainda a autora a dizer que entre as décadas de 1930 e 1950, a economia brasileira se desloca do campo para a cidade, e o almanaque não só acompanha essa mudança como exerce um papel fundamental na difusão de imagens e valores urbanos, com destaque para o discurso em favor das campanhas de higienização (Meyer, 2001: 131).

Entretanto, tais mudanças não fazem com que o almanaque perca suas características principais, como a preocupação com o tempo – muito adequada, aliás, à sociedade que se formava – e a mistura de conhecimentos científicos e populares. Um bom exemplo é o *Almanaque Iza,* publicado pelo laboratório Kraemer:

> A previsão do tempo baseada nos conhecimentos populares dos habitantes do campo aparece no 'Almanaque Iza' para o ano de 1959. Baseando-se em 'observações' da natureza, pode-se prever o tempo. Evidencia-se a construção de um conhecimento baseado, em princípio, na capacidade de observação que os habitantes do campo, vivendo em contato com a natureza, possuem. Porém, o conhecimento científico, resultante do uso de aparelhos mediadores, está também presente (...). (Park, 1999: 91)

Em 1974, a Editora Abril lançou o *Almanaque Abril.* Foram lançados em seguida, *O Mundo Hoje*, o *Almanaque Mundial* e o *Almanaque de Seleções.* Tais almanaques assemelham-se mais a uma enciclopédia, com papel de

pior qualidade. Possuem mais páginas – o *Abril* chega a 800 –, mas trabalham com um número restrito de temas. Em geral, são volumosos, limitam seus temas por desconhecimento da realidade dos leitores e suas práticas e prezam, como nunca, a utilidade, o que os coloca muitas vezes na posição de instrumento para trabalhos de escola e relatórios empresariais. Como resume Park: "O mundo torna-se sério e científico e o almanaque atual também" (1999: 199).

Há ainda quem veja nas características do almanaque algo que o aproxima das novas tecnologias que marcam o mundo atual. Já existem, inclusive, sítios na internet que se classificam como almanaques. Um pressuposto da pesquisa, cujo recorte aqui se relata, é o de que os almanaques, com sua forma de organização não-linear, são os precursores, em formato impresso, daquilo que se conhece hoje por hipertexto.

Ferreira explica essa relação, mostrando que o almanaque pode se apropriar das novas tecnologias de comunicação:

> O almanaque comporta e nos traz sempre a idéia de uma grande modernidade. Até no modo de se conjugarem os fragmentos e mais palavra-imagem-idéia, apesar de seu assentamento em tradições já arcaicas ou arcaizantes. Considerando nossos tempos de conquistas de outras linguagens como a da internet, não nos seria difícil associar esta operação de linguagem a uma espécie de matriz virtual que se atualiza ou que se *linka*, cada vez que determinado segmento de informação se faz necessário. E o digo, tanto quanto ao processo de formação, seleção de assuntos, organização e edição de certos almanaques, mas também quanto ao tipo de leitura que ele suscita, o uso que dele podem fazer leitores e consulentes, a deslocação de funções que os vários itens possibilitam. (2001: 20)

De fato, pelas marcações de leitura, remetimentos, citações, os almanaques configuram-se como obras de referência que endereçam para outros elos de leitura e consulta, e não como uma obra que se lê em seqüência linear, de uma sentada. Consultam-se os almanaques para obter informações e endereçamentos para, provavelmente, futuros aprofundamentos, de acordo com os interesses do leitor. Essas características aproximam o formato enciclopédico do almanaque dos hipertextos modernos, que provêm interações de leitura e de apropriação de sentidos aos seus leitores e usuários por meio de múltiplas configurações de sentidos.

O *Almanaque da Dengue*

O *Almanaque da Dengue* foi construído como um hipertexto popular, baseando-se também nessa associação de funções do almanaque com as novas tecnologias de comunicação e informação. A idéia que embasa sua elaboração é a de que o hipertexto – e, nesse caso, o almanaque –, como forma de organização de informações, permite representar de modo mais adequado os diálogos e as tensões entre o conhecimento científico, as informações veiculadas pelas mídias de massa, o saber técnico, o político e aquele produzido pela sociedade. Tratou-se, portanto, da construção de um experimento que busca representar a construção compartilhada do conhecimento na saúde.

Partindo desses princípios, pode-se dizer que, se a história dos almanaques no Brasil remete, em muitas ocasiões, a uma idéia de educação pela instrução, verticalizada e unidirecional, como já foi apresentado, o *Almanaque da Dengue* não busca ensinar ou fornecer um conhecimento pronto sobre saúde, mas representar o quadro científico-epidemiológico, midiático, político e social da incidência dessa doença tanto pela ótica científica quanto pela popular.

Um ponto que diferencia esse experimento do formato conhecido dos almanaques é a escolha do tema. Tradicionalmente, os almanaques são pluritemáticos, falam sobre muitos assuntos. O *Almanaque da Dengue* é monotemático e constrói uma representação informacional pluridimensional sobre a dengue, integrando as suas dimensões biológicas, sociais, culturais, políticas, econômicas por meio de uma diversidade de vozes, discursos, vivências e tipos de conhecimentos.

Figura 2 – Página onze do *Almanaque da Dengue*

– 11 –

- S I N T O M A S -

Os sintomas da dengue são variados. Uma pessoa pode suspeitar de estar com dengue quando tem febre alta seguida de um ou mais dos seguintes sintomas: dores por todo o corpo, dor de cabeça, falta de apetite, dor no fundo dos olhos, náuseas, vômito, coceira pelo corpo e pequenas manchas na pele. As pessoas podem ainda se queixar de fortes dores na barriga e fraqueza. Além dos sintomas gerais, podem ter pequenos sangramentos pelo nariz, gengivas, estômago, intestino, bexiga e útero – o que demonstra que a pessoa está com a forma mais grave da doença, a dengue hemorrágica.

Na forma mais comum da doença, esses sintomas começam a aparecer de três a 15 dias depois da picada do *Aedes aegypt*. Na dengue hemorrágica, os primeiros sintomas são muito parecidos com os da dengue clássica, mas poucos dias depois, o estado de saúde se agrava, provocando sintomas como suores, palidez, agitação ou letargia, pés e mãos frias, dor de garganta, pulso fraco, queda de pressão e dores abdominais mais fortes.

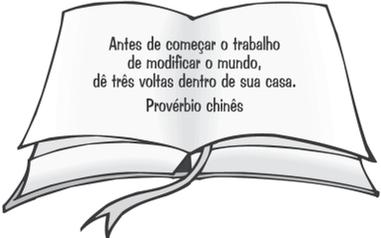
A gravidade da dengue depende do tipo de vírus que ataca e da capacidade imunológica de cada um. Mas a dengue hemorrágica é um tipo diferente de dengue, muito mais grave, que pode matar em até 24 horas. Por isso, ao identificar esses sintomas, procure logo um serviço de saúde.

OUTRAS DOENÇAS TAMBÉM PODEM APRESENTAR ESSES SINTOMAS. POR ISSO, É PRECISO PRESTAR ATENÇÃO. QUANDO VOCÊ SUSPEITAR, PROCURE LOGO UM SERVIÇO DE SAÚDE.

Letargia: *sono exagerado, cansaço, prostração.*

Capacidade imunológica: *capacidade de cada pessoa de ficar imune, livre de uma determinada doença.*

Antes de começar o trabalho de modificar o mundo, dê três voltas dentro de sua casa.

Provérbio chinês

Fonte: Marteleto, Nóbrega & Guimarães, 2004: 11.

Nessa busca pela representação de diferentes vozes e saberes, tornou-se clara a tensão e a associação entre narrativa e informação, com foco na informação local e suas leituras plurais sobre os condicionantes da doença e suas causas.

Um experimento de informação como o *Almanaque da Dengue* tem como objetivo maior apontar caminhos metodológicos para a criação de canais de comunicação em saúde mais eficazes, que valorizem a informação local e levem em conta, além do conhecimento técnico produzido na academia e nas esferas governamentais, a experiência e o conhecimento produzido pelas pessoas que vivenciam os problemas.

A Construção Compartilhada do *Almanaque da Dengue*

Na busca por representar o discurso das diversas esferas envolvidas em uma questão de saúde pública, a epidemia de dengue é apresentada com base em definições técnicas, descrição de estratégias políticas, do sofrimento de quem contraiu a doença, da experiência de quem lidou com a epidemia pelo lado do profissional de saúde e do ponto de vista da população, que recebe informações vindas de diferentes fontes.

Sobretudo seguindo a tendência identificada nas falas dos informantes, o almanaque procurou ser um instrumento informacional capaz de contextualizar a epidemia, destacando-a como um problema que passa por questões como meio ambiente, saneamento básico, condições de vida da população, prioridades de aplicação de recursos, necessidade de ação preventiva e limite entre as responsabilidades do governo e da sociedade.

Durante os testes de leitura, revisão e correção das informações realizados com especialistas da Ensp/Fiocruz e lideranças populares e representantes de associações e organizações não governamentais das comunidades da região da Leopoldina a que o *Almanaque da Dengue* foi submetido, ficou visível a necessidade de algumas mudanças de linguagem, tendo sido substituídas algumas expressões por outras mais adequadas. Foi apontado ainda que o experimento continha alguns blocos de texto muito extensos, o que poderia prejudicar a leitura, e que o almanaque deveria conter ainda mais falas da população. Outro aspecto mais geral apontado por especialistas durante os testes foi a necessidade de se discutir, no almanaque, as 'condi-

ções de receptividade' da dengue, que apontam para uma responsabilidade maior do poder público com os verdadeiros criadouros de mosquitos, que ficam em locais públicos ou abandonados e não nas residências, como focado em muitas das campanhas informativas sobre a dengue.

A versão final foi dividida em blocos temáticos que conduzem as narrativas e discursividades sobre a dengue. O experimento é aberto por um diálogo entre três personagens que trocam idéias sobre a doença dos pontos de vista popular e científico. Em seguida, são apresentados dados técnicos sobre a enfermidade. Esse conteúdo é interrompido por falas da população, que lembram ao leitor que a dengue tem aspectos, políticos, econômicos, sociais, que vão além da sua definição biológica. Outros blocos são compostos por uma discussão mais ampla sobre o que é preciso (e o que não é) para controlar a dengue; os sintomas; as associações entre a dengue e problemas como a fome e a desigualdade social; os aspectos biológicos da doença e sua história no Brasil e no mundo; vacinas e possibilidades de erradicação do mosquito transmissor; movimentos sociais e solidariedade; história da dengue na Leopoldina; jogos, brincadeiras e piadas; informações sobre a dengue hemorrágica; dicas de prevenção; relação população, mídia e poder público; além dos componentes dos almanaques em geral, como referências astrológicas, por exemplo.

O diálogo continuado com a população, que é produtora e consumidora de um produto de informação como o *Almanaque da Dengue*, mostrou-se fundamental ao longo do processo de pesquisa e na elaboração final do experimento. Enfatiza-se a importância dessa forma de construção compartilhada do conhecimento para fornecer elementos técnicos e também vivenciais na formulação e implantação de políticas públicas no setor da saúde, a partir de uma leitura pluridimensional das questões tais quais vivenciadas e narradas pela população.

O Método de Construção: relato de uma experiência

A construção do almanaque requereu, em primeiro lugar, uma longa pesquisa sobre esse tipo de publicação. Essa pesquisa foi feita em publicações, *sites* da internet e diretamente no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, para leitura e manuseio de obras antigas nesse formato. O obje-

tivo dessa pesquisa mais profunda foi, primeiro, garantir que o almanaque fosse mesmo um instrumento apropriado para a representação das diferentes vozes e dos diferentes tipos de informação e conhecimento que circulam pelo universo estudado, e, em seguida, fornecer subsídios para a confecção do próprio almanaque, para que ficasse adequado à realidade e às necessidades do público a quem ele se destina.

O passo seguinte foi ler e categorizar as falas dos sujeitos em entrevistas realizadas com lideranças populares, especialistas de saúde pública, assim como depoimentos com pessoas que contraíram dengue. Paralelamente, foi feita uma ampla pesquisa sobre os aspectos técnicos, científicos e políticos da dengue, em *sites*, livros e documentos coletados durante o projeto. Outras fontes de dados para a elaboração do conteúdo do almanaque foram entrevistas, documentos, imagens em fotos e vídeos que constam do banco de dados da pesquisa. As entrevistas diretamente relacionadas à questão da dengue seguiram o seguinte roteiro:

- roteiro para a população: foi centrado na questão do acesso, da disseminação e da eficácia da informação, tendo como recorte a mais recente epidemia de dengue (acontecida no período entre 2001-2002), e abria espaço para a memória e as narrativas da população e a comparação com epidemias anteriores. Buscou-se ainda conhecer as fontes de informação mais utilizadas para obter informações sobre a dengue e quais as mais confiáveis;

- roteiro para especialistas: a dengue no contexto da saúde pública – informações técnicas sobre a doença e o mosquito transmissor; suas formas de transmissão, prevenção; políticas públicas para conter as sucessivas epidemias; a informação como um instrumento no combate à dengue; a dengue como um problema de saúde pública no Rio de Janeiro e, mais especificamente, na Leopoldina – epidemias anteriores; a dengue no contexto da organização dos movimentos populares em saúde; a participação da população na identificação das epidemias; as epidemias e o movimento popular ao longo do tempo. Essas entrevistas tiveram roteiros diferentes entre si, dependendo do conhecimento técnico do entrevistado sobre a dengue, a ocorrência histórica das epidemias e sua aproximação maior ou menor com os movimentos sociais;

- roteiro para coleta de depoimentos de pessoas que contraíram dengue com o objetivo de ouvir e registrar o relato da experiência pessoal: o início dos sintomas; a identificação da doença; a procura pelo posto de

saúde; os cuidados; a reincidência ou não da doença; a dengue nos arredores (família e vizinhos); o atendimento recebido nos serviços de saúde.

Para orientar a organização desse material de forma a compor um todo coerente, foram selecionados alguns fios condutores do conteúdo, representados pelas falas dos personagens inseridos nos movimentos sociais da região da Leopoldina, lugar de ambientação empírica da pesquisa. Assim, por exemplo, a agente de saúde Creusa da Costa Veríssimo, a dona Creusa, moradora da comunidade da Merendiba, uma das componentes do Grupo Sementinha e participante dos movimentos sociais da Leopoldina, é a personagem que, no *Almanaque da Dengue*, é a geradora do fio narrativo inicial. Victor Valla, pesquisador da Ensp/Fiocruz e participante histórico nas práticas de intervenção social em saúde nessa região, foi considerado o gerador do fio da sapiência. Outros personagens orientadores foram os moradores das comunidades, os especialistas e autoridades governamentais, além das informações sobre a dengue veiculadas nos grandes jornais da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Página três do *Almanaque da Dengue*

– 3 –

Regina Marteleto é coordenadora geral do Grupo de Pesquisa.

Creusa da Costa Veríssimo, a Dona Creusa, é agente de saúde da zona da Leopoldina e uma das responsáveis pelo Grupo Sementinha.

José Wellington é pesquisador do Nucleo de EStudos Locais, da ENSP, Fiocruz.

REGINA: – A SENHORA TEVE DENGUE?

D. CREUSA: – NÃO. TIVE FOI MUITA SORTE. MUITA GENTE DA COMUNIDADE TAMBÉM NÃO TEVE.

WELLINGTON: – HÁ CASOS EM QUE A PESSOA É PICADA POR UM MOSQUITO QUE NÃO ESTÁ INFECTADO COM O VÍRUS DA DENGUE. ISSO É POSSÍVEL E, NESSE CASO, MESMO PICADA, A PESSOA NÃO FICA COM DENGUE.

REGINA: – MAS ISSO QUER DIZER QUE O MOSQUITO NÃO PICA MUITA GENTE?

WELLINGTON: – NÃO! ELE PICA MUITA GENTE SIM, MAS O EFEITO DO VÍRUS NAS PESSOAS É DIFERENTE. ISSO PORQUE TEM GENTE QUE TEM UMA RESISTÊNCIA NATURAL AO VÍRUS. OUTRAS JÁ CONTRAÍRAM DENGUE ANTERIORMENTE E TAMBÉM FICARAM RESISTENTES, IMUNES CONTRA UM OU MAIS TIPOS DE VÍRUS DA DENGUE. NESSES CASOS, MESMO SENDO PICADAS POR UM MOSQUITO INFECTADO, ELAS NÃO FICAM DOENTES.

Quando sonhamos sozinhos, é só um sonho. Quando sonhamos juntos é o começo de uma nova realidade.
Dom Hélder Câmara

Fonte: Marteleto, Nóbrega & Guimarães, 2004: 3.

Para que Servem os Almanaques nos Dias de Hoje? Para que Serve o *Almanaque da Dengue*?

Para fazer o *Almanaque da Dengue*, empregou-se um modo de olhar interpretativo ao se observar e compartilhar as práticas e as representações sociais dos sujeitos da pesquisa. Ao estudar de modo interpretativo e participante o espaço, o tempo da produção, organização, mediação e usos dos conhecimentos e informações sobre a dengue, indagou-se:

- Quais são as instituições autorizadas de produção desses conhecimentos e informações? Como organizam e legitimam seus discursos? Quem são seus atores ou porta-vozes?
- Do lado da população, de que forma acessam, apropriam-se e produzem informações sobre a dengue e seus condicionantes ambientais, sociais, políticos e econômicos, além dos modos de prevenir e cuidar da doença? Nos ciclos da epidemia, como se organizam as redes de contato e de mobilização de recursos entre a população? Como se dá a comunicação?
- Uma vez que o vírus não foi erradicado no país, que várias epidemias já aconteceram e poderão vir a acontecer, pergunta-se: a informação sobre a dengue gera memória? Quais são suas formas de registro, seus traços, na memória institucional e social? Quais são seus efeitos de sentido?

Orientados por essas questões, levou-se em conta três campos de produção de conhecimentos e de informações sobre a dengue:

- O campo institucional (ou da produção): o Estado e suas políticas e campanhas de saúde; a Academia ou campo científico; os sistemas oficiais de informação em saúde;
- O campo da mídia (ou das mediações técnicas, imagéticas, textuais): rádio, televisão, jornais, internet;
- O campo da sociedade civil (ou da recepção/mediação): os movimentos sociais, seus agentes, grupos, lideranças e organizações.

Nas palavras finais desse relato sobre o *Almanaque da Dengue* – uma construção de sentido, um produto de pesquisa, um experimento de informação –, são lembradas as reflexões de Michel Serres sobre como têm funcionado os espaços de produção do conhecimento nos dias de hoje, de altas tecnologias, inovações e ritmo acelerado das descobertas científicas. Assim reflete o filósofo:

> As instituições de cultura, de ensino ou de pesquisa, aquelas que vivem de mensagens, de imagens repetidas ou de impressos copiados, os grandes mamutes da Universidade, das mídias ou da edição, os ideocratas também, cercam-se de um amontoado de artifícios sólidos que impedem a invenção ou a quebram, a temem como o pior perigo. Os inventores lhes fazem medo... Quanto mais as instituições evoluem para o gigantismo, melhor se formam as condições contrárias ao exercício do pensamento. Quereis criar? Estareis em perigo.
>
> A invenção, ágil, rápida, sacode o ventre flácido do lento animal; sem dúvida, a invenção dirigida para a descoberta carrega consigo uma sutileza insuportável para as organizações inchadas, que só podem perseverar em seu ser sob a condição de consumir a redundância e proibir a liberdade de pensamento.
>
> Chama-se informação a uma quantidade proporcional à raridade. Exatamente científica, esta definição surpreende a quem vê a outra informação se expandir e difundir até a redundância. (Serres, 1991: 109)

Com o olhar orientado por reflexões como a citada anteriormente, após o encerramento do projeto de pesquisa, perguntou-se: o que fazer com esse experimento de informação? Para que serve um almanaque nas 'sociedades da informação', de perguntas ausentes e respostas rápidas e abundantes? Onde fundar espaços para as narrativas que 'constroem informações', presentes nas conversas do *Almanaque da Dengue*?

Algumas frentes foram abertas desde então, com os próprios personagens do *Almanaque*. Por exemplo: com uma líder comunitária que organizou o 'Teatro da Dengue' com jovens da sua comunidade; com agentes de educação e saúde da Secretaria Municipal de Saúde da cidade do Rio de Janeiro, e seus olhares críticos e engajados no que fazem; e com os olhares técnico-burocratas das autoridades superiores daquele mesmo espaço, que julgaram o *Almanaque da Dengue* 'ofensivo em relação às ações do poder público'.

Apesar e contra um fazer unidirecional e autoritário das ações e políticas de saúde e de informação, outros caminhos se abrem, como a edição eletrônica do *Almanaque* para povoar a internet e encontrar outros usos; ou os grupos de jovens que, a partir da leitura de um formato tradicional de comunicação e informação como o almanaque, o reinventam e inventam outros novos, com outras temáticas, questões, narrativas.

E assim, como as narrativas, o *Almanaque da Dengue* – hipertexto moderno para acolher olhares e dizeres múltiplos sobre o adoecimento – quer

abrir caminhos para contar, refletir, encontrar, ver o tempo passar, conviver, informar, conhecer, refletir, agir e mudar.

Referências

ALMANAQUE. In: CEIA, C. *E-Dicionário de Termos Literários.* Disponível em: <www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/almanaque.htm>. Acesso em: 2 abr. 2007.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas / 1. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas / 1. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

BENJAMIN, W. *Rastelli Raconte...et Autres Récits.* Paris: Éd. du Seuil, 2001.

BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CASA NOVA, V. *Lições de Almanaque: um estudo semiótico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

FERREIRA, J. C. Almanaque. In: MEYER, M. (Org.) *Do Almanak aos Almanaques.* São Paulo: Ateliê Editorial, Fundação Memorial da América Latina, 2001.

HUNT, L. *A Nova História Cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARTELETO, R. M.; NÓBREGA, N. G. & GUIMARÃES, C. C. *Almanaque da Dengue*. Rio de Janeiro: MCT/Ibict/Elos/Ensp/Fiocruz, 2004.

MEYER, M. *Do Almanak aos Almanaques*. São Paulo: Ateliê Editorial, Fundação Memorial da América Latina, 2001.

PARK, M. B. *Histórias e Leituras de Almanaques no Brasil.* São Paulo: Mercado das Letras, 1999.

QUEIROZ, E. Almanaque enciclopédico para 1896. In: QUEIROZ, E. de. *Obra Completa.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. (Biblioteca Luso-Brasileira. Série Portuguesa, v. 3)

SERRES, M. *Le Tiers Instruit.* Paris: Gallimard, 1991.

TEIXEIRA, C. H. Onde os intérpretes da informação? *Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Ibict/MCT-ECO/UFRJ*, 1(2): 37-44, 1995.

5

Semeando Idéias, Colhendo Aprendizagens: a sistematização de práticas sociais[1]

José Cláudio da Costa Barros

Até meados do século XX, as práticas do que hoje compreendemos como 'assistência social', nos países da América Latina, e, em especial, aquelas voltadas para crianças e adolescentes, desenvolviam-se sem a orientação de um referencial de metodologias estruturadas comprometidas com processos de transformação e desenvolvimento social, limitadas, em sua maioria, à mera ação caritativa e filantrópica. No Brasil, a assistência apenas se organiza como área de conhecimento a partir da década de 1940, com a criação das primeiras faculdades de serviço social, coincidindo com a instituição dos direitos trabalhistas e previdenciários e a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na era Vargas. Aos poucos, a ação, que era essencialmente voluntária e sem critérios, passa a ser alvo de um processo de regulamentação e de interferência do Estado, mas ainda marcado pelo assistencialismo e populismo de ações públicas e, no mais das vezes, com fins eleitorais.

Com a difusão do pensamento marxista e o crescimento dos movimentos revolucionários de esquerda na América Latina, novos referenciais teóricos passaram a questionar e a influenciar o pensamento de quem se

---

[1] As reflexões sobre sistematização de projetos sociais realizadas neste capítulo estão fundamentadas na experiência do autor em projetos desenvolvidos pela Fundação Abrinq, no período entre outubro de 2001 e maio de 2005. Também formaram subsídios para a pesquisa da tese de doutorado *Informação e Conhecimento nos Movimentos de Direitos da Infância – o caso dos conselhos deliberativos e paritários*, defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict/MCT), em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), em 2004.

preocupava em desenvolver alguma ação de promoção social no continente. Entretanto, apenas a partir da década de 1960, com as primeiras mobilizações dos movimentos de educação popular, baseados na filosofia educativa de Paulo Freire, no caso do Brasil, é que as práticas de promoção social passaram a ter acesso a referenciais metodológicos comprometidos com o desenvolvimento de uma consciência crítica de mundo e de localidade, e com o que seria consolidado mais tarde como 'direitos de cidadania'.

É no escopo dessa produção dos movimentos de educação popular que a 'sistematização das práticas sociais' surge como um processo metodológico de organização de aprendizagens, de consolidação e fortalecimento da experiência e do saber local, e de construção democrática do conhecimento.

A ditadura militar, com a repressão desencadeada para desestruturar qualquer movimento de organização popular, impediu, no Brasil, que a prática da sistematização se difundisse em larga escala. Apenas com a reabertura democrática e a reestruturação dos movimentos a partir da década de 1980 é que os grupos de educação popular, em especial os de alfabetização de jovens e adultos e as creches comunitárias, resgataram a reflexão sobre os 'processos de sistematização'.

A Valorização do Conhecimento Local

Qualificar e aumentar o impacto dos resultados, romper com processos de conformismo social, promover o protagonismo de comunidades, estimulando a inclusão social com base na valorização da diversidade e da ação local, são alguns dos desafios que grande parte das práticas de intervenção social precisou enfrentar a partir da década de 1990.

Neste contexto, a sistematização ressurge como uma das estratégias que auxiliarão os movimentos sociais a encontrar, dentro de suas próprias práticas, respostas para romper com a lógica compensatória das políticas de Estado e para consolidar um novo modelo de ação social.

Com o fim da ditadura militar no Brasil, as políticas de caráter centralizador e massificador passam a ser questionadas pelos movimentos sociais, por não darem conta da diversidade regional, desconsiderando as especificidades locais, não apenas econômicas e geográficas, mas culturais e

sociais. A descentralização do atendimento e a municipalização estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 são fruto desta reflexão, que valoriza o agir e o saber locais, compreendidos como espaços onde o controle social, quando potencializado, demonstra-se mais eficaz do que as práticas centralizadoras até então desenvolvidas.

Em contrapartida, desejo de aumentar a escala de projetos para o devido impacto na realidade se torna cada vez mais frequente. Neste sentido, descartando toda e qualquer forma de projeto que homogeneize a realidade, a sistematização propõe identificar aprendizagens que possam ser disseminadas em contextos que, apesar de diversos, possuam afinidades. Desse modo, a sistematização não possui como produto uma 'receita' que possa ser aplicada passo a passo em qualquer realidade, mas um conjunto de aprendizagens, organizado em forma de conhecimento, que permita a realidades diferentes adequá-lo aos seus contextos.

O Conhecimento no Campo das Práticas Sociais: a construção do 'terceiro conhecimento'

Além da valorização do conhecimento local, outra característica importante da sistematização é a explicitação do conhecimento prático. Partindo da necessidade de avançar para além dos referenciais teóricos trabalhados pelos movimentos de esquerda nos seus processos de capacitação de lideranças e de conscientização crítica da realidade,[2] que marcaram a década de 1960, no Brasil, a sistematização deixa de privilegiar estruturas teóricas de pensamento externas às experiências, para priorizar a construção coletiva de conhecimento com base na reflexão sobre a prática. Consiste no resgate e no levantamento das aprendizagens produzidas no decorrer da experiência vivida e na sua organização em sistemas de conhecimento capazes de retroalimentar a prática social e de influenciar outras iniciativas.

O grande diferencial desse processo em relação a outros é que o levantamento das informações e grande parte de sua organização e análise são

[2] Um dos principais eixos da ação dos movimentos de educação popular – originários dos segmentos universitários e da Igreja Progressista, do movimento operário e dos partidos de esquerda da década de 1960 – foi a formação de lideranças por meio de uma forte ação junto às bases populares. O principal objetivo era a consolidação de uma consciência crítica sobre as relações de mundo, evidenciando o conflito de classes na relação entre Estado e capital.

realizados pelos próprios sujeitos da experiência, como autores de conhecimentos construídos de forma compartilhada. Neste sentido, o processo de sistematização permite o 'empoderamento' daqueles que atuam no âmbito local e específico, não somente pelo acesso à informação e ao conhecimento formal, mas também pelo reconhecimento dos atores da prática como autores dos conhecimentos produzidos. As falas, interpretações e autorias de cada um dos atores são valorizadas em suas expressões individuais e coletivas.

De acordo com Jara, um dos mais expressivos pensadores dos eixos teórico-práticos dos procedimentos da sistematização de projetos sociais, existe um conflito que perpassa essa produção coletiva de conhecimentos, que é a relação entre os saberes científicos e não-científicos, ou empíricos:

> Temos que resolver dialeticamente a relação entre saber empírico e saber científico. Lamentavelmente, convivemos com um paradigma científico que não valoriza o conhecimento empírico, o saber local, e apenas põe ênfase no conhecimento acumulado, no saber constituído academicamente. É um erro. A sistematização de experiências é uma grande possibilidade para que se expressem, se desenvolvam e se divulguem os conhecimentos e saberes locais, que têm muito o que contribuir para o enriquecimento do pensamento científico. Isto também permitirá assumir mais criativamente nossos projetos, pois não teremos uma atitude passiva que se reduza a aplicar os conhecimentos e verdades que já existem, senão que estimularemos nossa capacidade de criar conhecimentos adequados à realidade que vivemos e suas particularidades. (Jara, 2001: 4-5)

Dois casos de experiências sociais que passaram por um processo de sistematização e publicação de suas aprendizagens merecem destaque. Primeiro, a experiência da Associação Lua Nova,[3] que em 2002 recebeu o Prêmio Criança da Fundação Abrinq. Criada em 2000, em Araiçoaba da Serra, no interior paulista, para acolher jovens mães e gestantes abandonadas por seus companheiros e famílias, sem lugar para residir com seus filhos pequenos, a Lua Nova tornou-se uma experiência exemplar, ao inovar no atendimento que passou a promover a autonomia destas jovens mulheres, sem subordiná-las a uma mera ação assistencialista. O trabalho pedagógico, associado a uma reflexão sobre gênero e a uma ação consistente no campo

[3] Disponível em: <www.fundabrinq.org.br>, seção "Biblioteca". Acesso em: 24 maio 2007.

da geração de renda, forneceu os elementos necessários para tornar a experiência uma referência na área. A sistematização e a publicação de suas aprendizagens contribuíram para que outras iniciativas de abrigos de mulheres revissem seus conceitos e repensassem suas práticas.

Um segundo caso foi a sistematização, desenvolvida conjuntamente por organizações do município de São Paulo, das experiências de atendimento a jovens em Liberdade Assistida[4] e a Fundação Abrinq, com a qual mantinham convênio. Foi uma sistematização coletiva, em que todas as organizações identificaram, com base em sua prática, as diretrizes para um bom atendimento a adolescentes autores de ato infracional. A publicação resultante desta sistematização tem sido material valioso para municípios que estão em processo de municipalização do atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto, não apenas em São Paulo, mas em outros estados do Brasil.

Neste sentido, a sistematização permite que o *locus* da produção de conhecimento deixe de se restringir às universidades para se inserir no campo das práticas sociais. Neste campo, diferentes olhares e sentidos passam a ser considerados, garantindo tanto a socialização quanto a produção de múltiplos conhecimentos. Peter Burke, em sua *História Social do Conhecimento*, afirma que tanto as universidades e instituições de pesquisa quanto as iniciativas de prática popular são responsáveis por uma pluralidade de saberes na sociedade, mas que apenas as formas dominantes, as acadêmicas, são reconhecidas. Nesta perspectiva, a prática é compreendida apenas como o local empírico do estudo e da observação, e não como um espaço onde existe a capacidade de reflexão e de produção de conhecimento próprio (Burke, 2003: 22).

Portanto, a sistematização não propõe uma reflexão positivista da realidade, na qual o científico se sobrepõe ao prático, e nem tão pouco há uma imposição da prática sobre a teoria. Trata-se de uma interação entre estes universos de organização do saber, resultando no que Marteleto, no decurso de suas pesquisas com redes de movimentos sociais que têm como foco de ação os processos de educação popular em saúde, denomina "terceiro conhecimento":

[4] "As histórias de Ana e Ivan". Disponível em: <www.fundabrinq.org.br>, seção "Biblioteca". Acesso em: 24 maio 2007.

> É um construto de ordem prática e simbólica que permite aos agentes uma destreza para lidar com questões práticas do cotidiano e, muito mais, um meio de valorização e fortalecimento dos elos de apoio social e de suas capacidades inventivas. Também é uma forma de construção de uma nova epistemologia pelo intercruzamento de saberes e práticas, que revela o lugar ético-político do conhecimento científico. (Marteleto, 2000: 88)

O conhecimento produzido pela sistematização, construído com base na prática, não é apenas um 'saber a mais' sobre a experiência. No decurso do seu desenvolvimento, constroem-se referenciais que permitam à prática em questão e a outras experiências cujos contextos e objetos de ação se assemelhem, alcançar estágios para 'tornar-se melhor e fazer melhor'. Para que isto ocorra, livre das impressões estereotipadas e, muitas vezes, mistificadas, que o senso comum fornece para as interpretações do dia-a-dia, faz-se necessário o confronto com o saber teórico, que assume o papel de criticar o que é considerado como 'normal' e 'comum'.

Berger e Luckmann consideram que esse conhecimento comum, criado pela vida cotidiana, é, por um lado, fundamentado por significações não explicitadas, que escapam ao olhar objetivo sobre a sociedade:

> O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem às suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. Antes, portanto, de empreendermos nossa principal tarefa devemos tentar esclarecer os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. A saber, as objetivações dos processos (e significações) subjetivos graças às quais é construído o mundo intersubjetivo do senso comum. (Berger & Luckmann, 2000: 36)

Por outro lado, a valorização do campo prático como espaço de produção de conhecimento permite uma nova compreensão epistemológica da realidade e abre espaço para que o campo do teórico se renove na medida em que o seu confronto com o prático lhe permite rever velhos conceitos e construir novos. O confronto entre teórico e prático leva a outros confrontos: entre o mundo objetivo e o subjetivo, entre o agir e o pensar, entre a razão e a emoção.

A análise dessas dualidades leva os agentes dos conflitos a considerar que os confrontos se operam por meio de relações dialéticas, nas quais um mundo existe em função do outro. Uma concepção dialética de mundo

permite compreender as ações, empreendidas em uma realidade social, como partes de uma rede de sentidos. Permite, ainda, perceber que as ações estão pautadas por princípios, idéias e filosofias de vida que se interiorizam no imaginário social e são resgatadas por uma memória que interfere nos encaminhamentos práticos, mas que, no entanto, não deixa clara a origem dos atos dos agentes coletivos. Boaventura Santos, em sua crítica à epistemologia positivista e caracterizando o que ele apresenta como paradigma emergente das ciências sociais, afirma que:

> A ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. (Santos, 2003: 89)

A sistematização, com base no confronto entre o teórico e o prático, abre espaços de interlocução, disputas e estranhamentos, motivando o florescimento de um saber subjetivo ao submergi-lo de sua dimensão tácita, revelando-o. Martinic, analisando a relação entre objetivo e subjetivo, apresenta a sistematização como uma alternativa às análises positivistas nas quais, segundo ele, é priorizada a identificação das estruturas objetivas que incidem sobre a ação. O autor compreende as experiências educativas, objetos da sistematização, como "um sistema de ação onde diferentes atores constroem e reproduzem sentidos a partir de seus próprios horizontes culturais e sociais" (Martinic, 2002: 2). Esses horizontes, segundo ele, não são levados em conta nas investigações positivistas, que utilizam categorias descritivas externas às experiências.

O Comprometimento com uma Nova Visão de Futuro

Aonde se pretende chegar com os projetos sociais? Que tipo de sociedade e de relações deseja-se construir? Essas questões conformam o primeiro momento da sistematização, quando é refletida a visão de futuro que

norteia as organizações, grupos ou projetos em questão e se identificam quais são os conceitos que orientam a prática desenvolvida. Verifica-se, então, o quanto os sujeitos coletivos são éticos em seus discursos e quanto os valores e princípios que anunciam defender estão realmente presentes em suas experiências e são compartilhados, com o mesmo entendimento, entre educadores, técnicos, direções e demais integrantes da iniciativa.

Ao se refletir sobre a visão e os conceitos institucionais, percebe-se o quanto as ações coletivas contribuem para uma missão transformadora, o que as diferencia de outras práticas. Jara lembra que, para dar início a esse processo, é fundamental pensar a experiência com base na realidade em que ela está inserida. Caso contrário, os sujeitos das ações e intervenções podem incorrer no erro de pensar e questionar tudo, menos a si mesmos.

Barnechea, Gonzalez e Morgan (1998) consideram três elementos centrais a serem observados no processo de reflexão construídos sob a perspectiva de uma concepção dialética de mundo para fundamentar as práticas de sistematização:

- A totalidade

A experiência social não é um corpo isolado da realidade. Ela faz parte de um todo, sendo influenciada e configurada por ele. Por exemplo, projetos desenvolvidos com meninos e meninas em situação de rua não podem ser lidos e refletidos sem que sejam considerados os diversos contextos que perpassam suas ações, tais como a violência social e doméstica, o cotidiano das populações de rua, o trabalho infantil e o uso de drogas. Estas e outras situações compõem o contexto que justifica a existência de determinados projetos e determina os tipos de desafios que fatalmente terão de enfrentar, indicando ações necessárias e tipos de conhecimentos a serem aprofundados e produzidos.

Contudo, a experiência em si mesma também é composta de partes que apenas podem ser compreendidas e analisadas no seu conjunto. O tipo de gestão adotada pela experiência, por exemplo, influenciará no perfil de educador escolhido e no tipo de metodologia a ser aplicada. Apesar de ser possível fazer recortes em estudos de experiências, não é possível fazê-lo sem considerar tais inter-relações.

- O processo histórico

Para Barnechea, Gonzalez e Morgan "a experiência deve ser lida como fruto da interação do homem com o ambiente que o cerca, cujas variáveis

se relacionam com contextos de outras épocas" (1998: 3). Assim, as construções simbólicas, estruturantes e legitimadoras da realidade social, possuem uma historicidade responsável por ter-lhes fornecido os sentidos e as intencionalidades.[5] Esse olhar histórico nos permite desnaturalizar situações já dadas como 'comuns' no dia-a-dia social e situá-las nas lógicas de disputa de poder, além de compreender por que algumas categorias de atores se destacam em determinados domínios de política e outras não, e porque algumas concepções se tornam hegemônicas e outras não. Dessa forma, o olhar histórico não é uma mera leitura de datas e fatos, mas uma análise das construções ideológicas que fizeram parte do processo. É a constatação e o questionamento das idéias hegemônicas, seus conceitos e suas penetrações sociais.

- O permanente movimento

A realidade social é cada vez mais dinâmica, os contextos mudam com grande agilidade e as relações se diversificam com uma velocidade que torna difícil mapeá-las. Os meios de comunicação transmitem informações de locais que sequer se imaginava existirem há menos de um século. A moda, as artes e a cultura renovam e revolucionam com estéticas que deixam de surpreender, pois o ato de inovar deixa de ser novidade. Dessa forma, as novas lógicas da globalização fazem com que o local se torne cada vez mais vulnerável às mudanças que ocorrem no macro mundo da política, da economia e da cultura, correndo-se o risco de nos tornarmos uma imensa massa homogênea controlada por um único pensamento e comando hegemônico político, econômico e cultural.

Nesta realidade dinâmica e culturalmente desafiadora, as práticas informacionais e comunicacionais possuem o importante papel de tanto fazer com que sentidos e conhecimentos circulem e se desenvolvam, simultaneamente, em diferentes contextos e de maneiras diversas, quanto de preservar na memória cultural valores e sentidos locais. As metodologias de estudos de

[5] Projetos que atuam com meninos e meninas em situação de rua lidam com o estigma da palavra 'menor', construído no decorrer da história das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. O termo, de caráter jurídico, assumiu com o tempo um valor depreciativo, contrapondo de um lado os 'menores', que são os filhos dos pobres, grande parte negros, e de outro as 'crianças e adolescentes', filhos das classes média e alta, portadores de direitos. Esta visão dicotômica naturaliza a compreensão de que, para crianças moradoras de favela, os 'menores', o tratamento é um, e, para crianças do condomínio das zonas nobres e caras da cidade, o tratamento é outro.

redes fornecem importantes instrumentais para análise dos aspetos dinâmicos das relações. Passa-se a investigar não apenas a mobilidade de informações e conhecimentos, mas como determinados conceitos se tornam rapidamente hegemônicos em específicas configurações de relações sociais.

As Hipóteses de Ação

Outra etapa da sistematização é a identificação das hipóteses que fundamentaram as primeiras decisões da experiência. Nesta fase, procura-se levantar a crença dos atores da experiência no momento do planejamento de suas ações, a qual lhes forneceu o formato atual. No processo de sistematização, essas hipóteses são explicitadas no sentido de serem criticadas, reafirmadas ou contestadas pela própria experiência, ou de se construírem novas hipóteses.

As hipóteses nem sempre estão evidentes e explícitas no processo de planejamento da experiência. É um trabalho arqueológico que ajuda a levantar e a deixar claro quais são os fundamentos e conceitos que estão por detrás das ações apreendidas e dos resultados obtidos.

> Todas as ações, posto que pressupõem intenções, estão situadas dentro de marcos ou paradigmas conceituais que dependem da vida social. Isto implica que a teoria não é algo que se aplique mecanicamente à prática, pois já se encontra presente nela. Sem a teoria, a prática seria apenas uma conduta fortuita. (Barnechea, Gonzalez & Morgan, 1998: 5)

O conceito de *habitus*, desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1989), pode apoiar a reflexão sobre a sistematização das experiências e projetos sociais, pois leva a uma compreensão de sociedade na qual todos os atos dos sujeitos, sejam eles objetivos ou subjetivos, estão revestidos de uma intencionalidade construída historicamente, a qual determina as posições de cada um na imensa rede de relações que o mundo contemporâneo instituiu. O filósofo Michel Foucault (1987) já pressupunha a existência de um saber, no mundo das relações objetivas, que necessita ser explorado no sentido de se descobrirem suas fundamentações e construções ideológicas.

O papel da sistematização, então, é tornar visíveis processos e relações imperceptíveis ao olhar tácito da realidade. É revelar o que já existe, o que já foi produzido pela própria experiência, mas está escondido e que não pode ser percebido de maneira explícita por quem está no dia-a-dia da intervenção social.

> Muitas vezes se confunde sistematização com narração, descrição, relato do ocorrido. No melhor dos casos, pensa-se que se trata de reconstruir historicamente a experiência vivida. Apesar destes aspectos serem importantes, na realidade constituem apenas o ponto de partida para a chave da sistematização, que é interrogar a experiência para entender porque ocorreu o que ocorreu. Não apenas ver as etapas do que aconteceu, mas, fundamentalmente, entender por que foi possível passar de uma etapa para outra e o que explica as continuidades e descontinuidades para se aprender com o ocorrido. (Jara, 2001: 6)

Levando-se em conta a extensão das práticas de intervenção social e sua permanência ao longo dos anos pelos movimentos e ações de agentes e entidades no Brasil e nos demais países da América Latina, estima-se a riqueza cognitiva, simbólica e ideológica a ser extraída desse acervo por meio dos processos de sistematização.

O Produto da Sistematização

O campo da sistematização é o da experiência, que é parte do mundo social. A reflexão sobre a prática deverá considerar a comunidade onde está e é desenvolvida; o domínio da política ao qual ela se refere; os atores que nela atuam diretamente e aqueles para os quais ela é destinada; os sistemas simbólicos aos quais ela está vinculada; e o contexto social, histórico e geográfico ao qual pertence. São variáveis que justificam a experiência, que a tornam necessária e que fornecem seu formato e sua estrutura. Por isso, o produto da sistematização, apesar de apresentar referências e diretrizes que podem ser utilizadas fora da experiência, não se propõe a ser um modelo ou 'receita' que possa ser aplicado aleatoriamente a outras realidades. Para a sistematização, cada experiência é única, característica fornecida por sua própria realidade e pelas especificidades das relações que nela se processam. O produto da sistematização fornece, para a própria experiência e para outras, referências que podem auxiliar os seguintes aspectos:

- Revisão da prática

O conhecimento sistematizado permite criar parâmetros para avaliação do que foi feito e para a construção de novas metodologias, atividades e ações. Com base nas aprendizagens desenvolvidas, é possível rever instru-

mentos e práticas de gestão, avaliação, formação, planejamento, entre outras necessárias para intervenção na realidade social.

- Redefinição de futuro

O comprometimento com a transformação social implica uma visão de futuro tanto em relação à realidade que a experiência em questão deseja transformar quanto em relação à própria instituição. O processo de sistematização leva a experiência em pauta a rever aonde deseja chegar ou até aonde pode chegar com o tipo de prática que desenvolve. Neste sentido, são também revistos seus objetivos, metas e missões.

- Revisão do olhar

Os conceitos e visões de mundo que a experiência em pauta possui são aprofundados pela sistematização, permitindo-lhe compreender melhor seu campo e seus objetos de intervenção. Na área da infância e da adolescência, a compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos faz com que uma nova concepção socioeducativa seja adotada por programas e projetos de atendimento. Neste caso, é importante perceber que conceitos construídos tendo em vista uma intervenção social podem evoluir à medida que as realidades se transformem, pois são dinâmicas.

A Apropriação Coletiva de Conhecimentos

Um dos principais objetivos da sistematização é levantar aprendizagens que nem sempre são evidentes para determinada experiência. Muitas vezes, o ativismo pode dificultar a ocorrência de momentos profundos de reflexão compartilhada, de maneira que determinadas situações nunca são discutidas da forma necessária, permitindo que interpretações diferentes sobre um mesmo fato se cristalizem dentro da organização, interferindo nas relações, nas práticas e nos próprios resultados esperados.

Quando o levantamento e a discussão ocorrem de forma coletiva, as aprendizagens são fortalecidas e incorporadas na cultura organizacional de forma homogênea. As relações se fortalecem, pois passam a compreender melhor as ações, interagem entre si e se complementam umas às outras. Com isso, as equipes se sentem fortalecidas e mais preparadas para o trabalho, além de, principalmente, não se sentirem sozinhas.

Um dos grandes propósitos da sistematização é promover uma interação entre os sujeitos da experiência e o seu objeto de ação e de conhecimento, fornecendo-lhes instrumentais para reflexão e tomadas de decisão. Entre os pressupostos deste processo está o caráter participativo, que permite àquele que atua se sentir, tanto produtor de conhecimento quanto crítico e responsável pela condução de sua própria ação. Portanto, a sistematização é um processo que permite não apenas a produção, mas a apropriação coletiva de conhecimento.

> A sistematização se constitui em um fator de formação integral, promovida por nós mesmos, que permite nossa constituição em sujeitos críticos e criadores, desenvolvendo nossas capacidades para compreender, propor e atuar em todos os campos da vida econômica, social, política e cultural. Processos político-pedagógicos através dos quais se constroem diversas formas de protagonismo popular. (Jara, 2002: 6)

O processo da sistematização, mesmo que mediado por algum facilitador – seja ele da academia ou um consultor especializado – deve permitir a reflexão e a apropriação coletiva do conhecimento. Nas pesquisas científicas comandadas por agentes externos à experiência, muitas vezes o conhecimento produzido não é apropriado pelos agentes das experiências de estudo ou de intervenção, ficando restrito aos consultores, pesquisadores, ou disponível apenas em algum relatório ou publicação cuja linguagem nem sempre é acessível para os atores das experiências. Quando os próprios atores sociais participam do processo de coleta e análise de informação, o conhecimento a ser produzido, independente de resultar em uma publicação, já estará presente na memória e no espírito de todos os participantes da experiência, e estes passam a se sentir autores do conhecimento e com capacidade de utilizá-los. Assim, compreendemos a sistematização como um processo de democratização do saber, no qual os atores passam a conhecer mais sobre o que fazem e sobre conceitos teóricos desconhecidos, mas aplicáveis à sua realidade. Estas concepções passam a constituir novos referenciais e parâmetros para interpretação de suas experiências, de outras e da própria sociedade. Compreender os participantes da experiência como autores dos conhecimentos produzidos significa entender a sistematização como processo de aprimoramento das capacidades individuais daqueles que atuam na prática, com o propósito de produzir interpretações críticas de sua intervenção social e tomadas de decisão (Jara, 1998).

Neste sentido, a sistematização, mais do que uma proposta técnico-metodológica, representa a concepção de intervenção social que determinada experiência possui. Não apenas pelas descobertas proporcionadas pela investigação e pela análise, mas pela própria decisão dos atores da experiência em optar por processos participativos de construção de conhecimento. A decisão fortalece uma concepção ideológica na qual o ser comunitário é sujeito de direitos e co-participante da história social. Uma visão que é contrária à homogeneização do conhecimento, pois valoriza as especificidades locais e acredita na capacidade interpretativa dos atores sociais.

Referências

BARNECHEA, M. M.; GONZALEZ, E. & MORGAN, M. L. *La Produccion de Conocimientos en Sistematización,* 1998. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html>. Acesso em: 24 maio 2007.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, P. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

JARA, O. *El Aporte de la Sistematización a la Renovación Teórico-Práctica de los Movimientos Sociales*, 1998. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html >. Acesso em: 24 maio 2007.

JARA, O. *Dilemas y desafios de la sistematización de experiencias,* 2001. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html>. Acesso em: 24 maio 2007.

JARA, O. *El desafio político de aprender de nuestras practicas,* 2002. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem/biblio.html >. Acesso em: 24 maio 2007.

MARTELETO, R. M. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica*, 14(29):69-94, jul-dez. 2000.

MARTINIC, S. *El Objeto de la Sistematizacion y Sus Relaciones con la Evaluacion y la Investigacion*, 2002. Disponível em: <www.alforja.or.cr/sistem>. Acesso em: 24 maio 2007.

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.

PARTE III

Conhecimento e Práticas de Intervenção Socioculturais

6

Associativismo e Redes Sociais na Maré: do mutirão à cultura do encontro

José Wellington Gomes de Araújo
Sinésio Jefferson Andrade Silva
Eliana Souza Silva

O presente capítulo tem como objetivo refletir sobre as características do associativismo no complexo de bairros e favelas da Maré e a sua evolução política, à medida que algumas necessidades vão sendo supridas, pelo menos parcialmente, e problemas de outra ordem vão tomando o seu lugar. A solidariedade funda-se na tradição e na necessidade como estratégia de resolução de problemas, do mutirão rural à laje de concreto urbana. Antes, as necessidades primordiais eram o acesso e a qualidade da habitação, a pavimentação de ruas, o saneamento básico e serviços de saúde, sendo o veículo para as reivindicações as associações de moradores. Atualmente, despontam como problemas de primeira ordem a segurança, o emprego, a educação e a cultura, assim como a maior participação dos jovens, que querem encontrar-se e trocar idéias; querem voz e visibilidade. Nesse processo, as ONGs e outras redes sociais são os principais instrumentos de organização e mobilização. Há uma percepção política ampliada, para além das necessidades locais, e as demandas deslocam-se para as políticas públicas, principalmente as relacionadas com a juventude.

Considerações Teóricas sobre o Tema

Entendemos o associativismo como parte de uma reflexão sociológica sobre a relação entre indivíduo e sociedade.

Em 1939, Norbert Elias publicou um texto de nome sugestivo, *A Sociedade dos Indivíduos*, estabelecendo de antemão um distanciamento das concepções então predominantes na sociologia que, em dois campos opostos e inconciliáveis, enxergavam uma sociedade de indivíduos. Para uma destas vertentes, as "formações sócio-históricas" seriam abordadas como se tivessem sido concebidas e criadas por organismos ou indivíduos isolados, ou seja, seriam o resultado de um plano deliberado e racional. Em um sentido oposto, os indivíduos não desempenhariam nenhum papel e, com modelos conceituais extraídos da biologia, a sociedade seria concebida como uma entidade orgânica, supraindividual. Nos dois campos, o ser humano singular (o indivíduo) e a pluralidade das pessoas (a sociedade) são apresentados como entidades ontológicas diferenciadas (Elias, 1994).

Recusando o indivíduo e a sociedade como categorias fundadoras, Elias propõe um arcabouço básico de "funções interdependentes", que não seria criado por indivíduos particulares, mas resultado de um fluxo contínuo de associação entre as pessoas. Por nascimento, os indivíduos estariam inseridos em um "complexo funcional de estrutura bem definida", no qual sua liberdade de escolha seria limitada. E mesmo decisões e eleições majoritárias somente poderiam alterar essa estrutura dentro de limites estreitos. Elias ilustra o seu modelo supondo uma conversa entre dois parceiros, onde um fala e o outro retruca, sendo possível a modificação das idéias de cada um no decorrer da conversa:

> A característica específica desse tipo de processo, que podemos chamar de imagem reticular, é que, no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma idéias que não existiam antes (...). Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das idéias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. (Elias, 1994: 29)

Discutindo a formulação de Elias, Wanderley (1999) a desdobra em dois eixos teóricos principais. Primeiro: a visão da sociedade como um complexo funcional constituído por 'laços invisíveis' de propriedade, trabalho, instintivos e afetivos. Segundo: a especificação dos fenômenos sociais como de natureza reticular, nos quais as relações interpessoais seriam "passíveis de contínua reformulação" (Wanderley, 1999: 199).

A interdependência e o fluxo contínuo de interação entre as pessoas levaria à formação de grupos humanos, definidos como "qualquer forma-

ção social resultante da presença participativa de dois ou mais seres humanos". O grupo exerceria uma pressão sobre os indivíduos no sentido de que estes desempenhem favoravelmente a expectativa contida no papel social de cada um. Quanto à sua formação, esses grupos poderiam ser primários e secundários. No primeiro, os membros se conhecem e se comunicam face a face, como na família, onde a motivação principal seria afetiva e não utilitária. No segundo, as relações no trabalho, os membros seriam numerosos, e as posições assimétricas, essas relações sendo mediadas por uma burocracia. Mas, permeando as relações formais no trabalho, existiria também a formação de pequenos grupos com base em afinidades eletivas e que seriam o embrião da percepção e sentimento de classe social.

De outra forma, esses grupos poderiam ser classificados como espontâneos, quando os seus membros mantêm relações prioritariamente não utilitárias; e funcionais, quando os membros perseguem um objetivo comum (Ferrarotti, 1986). No presente capítulo, o termo associativismo aproxima-se dessas formações de grupos funcionais que definem e buscam um objetivo coletivo, tentando otimizar os seus resultados, mesmo dentro dos limites impostos pelo "complexo funcional de estrutura bem definida", no dizer de Elias (1994: 21).

No entanto, esse associativismo não se explica satisfatoriamente apenas pela lógica da resolução de problemas de forma coletiva, tanto que lugares com necessidades equivalentes podem ter intensidades associativas diversas, além do diferencial de classe social. O associativismo, portanto, está relacionado à tradição e à ideologia de cada grupamento humano, sendo permeado por valores e sentimentos de solidariedade e de pertencimento. Nesse caso, faz-se necessária a introdução do conceito de comunidade, ou comunitarismo, definido por Zygmunt Bauman como um sentimento ou "obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles". Essa característica definiria o comunitarismo como a "filosofia dos fracos" (Bauman, 2003: 56). O novo cosmopolitismo dos bem-sucedidos prescindiria da comunidade: eles ganham pouco com a sua rede de obrigações e têm muito a perder, uma vez que o sentimento comunitário opõe-se à ideologia do mérito, "fundamento social do privilégio". Para as elites, a comunidade está contradita à liberdade que, por sua vez, aproxima-se da privacidade. É claro que essas elites também se associam, mas apenas como comunidades estéticas em torno de

agremiações, festivais *pop*, moda ou mesmo vigilantes do peso. Em contrapartida, quando se tece uma rede de responsabilidades, haveria uma comunidade ética (Bauman, 2003: 57).

Outros autores, como Marília Sposito, mesmo sem abandonar o referencial de classe social, não discriminam negativamente o sentimento comunitário em torno de galeras, etnia, música, religião, futebol ou *hip-hop*. Estas seriam novas formas de sociabilidade, emergentes no movimento popular de base urbana principalmente a partir dos anos 70, implicando a entrada em cena de "novos atores, novas apropriações do espaço e novas imagens da conflitividade urbana" (Sposito, 1993: 162). As agremiações políticas tradicionais, partidos e sindicatos, estariam em crise principalmente pela sua relativa incapacidade de sensibilizar os setores jovens das classes trabalhadoras. Apesar disso, a propalada passividade das classes populares não passaria de uma visão elitista e autoritária porque a sociedade civil saberia reconhecer as suas demandas e os conflitos inerentes, orientando a luta pelos seus direitos. Para a autora, seria inegável a participação dos movimentos negro e feminista nas mudanças estruturais de setores como educação e saúde. O movimento feminista teria denunciado o tipo de interação sexual na escola, interferindo no cerne da atividade pedagógica, ao passo que o movimento negro teria trazido para a arena pública a discriminação racial subjacente na sociedade brasileira. O movimento social, de forma geral, projetaria as suas questões para o âmbito da esfera pública, transformando-as em pauta (Sposito, 1999).

A ação coletiva, no entanto, "não tem uma linguagem unívoca nem desvela, de imediato, todas as dimensões de sua prática" (Sposito, 1999). E o impacto multiforme dessas práticas difusas dificilmente poderia ser avaliado do ponto de vista de resultados imediatos. Ainda assim, o conceito de participação democrática teria-se enriquecido com os novos conteúdos de lutas trazidos pelo movimento social para além da tradicional democracia representativa. Isso poderia ser constatado pela participação da sociedade civil organizada, mesmo que de forma incipiente, na formulação, implantação e acompanhamento de políticas públicas sociais, como nos conselhos de saúde, de assistência, de educação e de direitos da criança e do adolescente.

Movimento social, no caso, seria um conceito analítico, não coincidindo necessariamente com as formas empíricas da ação coletiva. Esse conceito

compreenderia a ação coletiva orientada por um sentimento de solidariedade, a explicitação de um conflito e a determinação de romper com os limites estabelecidos (Sposito, 1999).

Nas questões referentes à sociabilidade, tomaria vulto o tema da juventude, principalmente quando se trata dos jovens filhos de trabalhadores de baixa renda. Se nos anos 60 a juventude seria vista como um problema relacionado à crise de valores e ao conflito de gerações, a partir dos anos 70 o problema da juventude estaria relacionado ao emprego e à entrada na vida ativa, de tal forma que quase teria transformado a juventude em categoria econômica (Sposito & Carrano, 2003).

O tema juventude, agora com maior visibilidade, traria novas indagações, ao mesmo tempo estruturando novas questões e proporcionando análises diversas. Na juventude (geralmente considerada dos 15 aos 24 anos de idade), os laços familiares se tornariam mais difusos, e a escola, que deveria transmitir os valores para a divisão social do trabalho, não cumpriria a sua função socializadora, sendo igualmente ineficaz na transmissão de conhecimentos. A juventude empobrecida buscaria trabalho em idade precoce premida tanto pela necessidade como pela busca de autonomia. As famílias, por sua vez, exerceriam uma pressão no sentido do emprego precoce, preocupadas com a subsistência e com a ocupação do tempo ocioso dos seus jovens, que poderia levá-los às atividades ilícitas. E, assim, essa condição juvenil seria de disponibilidade e de insegurança em relação ao seu futuro, condição esta que seria perpassada pela situação de classe social e pela determinação geracional (Sposito, 1993).

Mutirão e Tradição

No Brasil, o associativismo para a resolução de problemas pode ser representado pelo mutirão, tradição rural de auxílio gratuito que, entre si, se prestam os pequenos agricultores quando se reúnem todos os de uma redondeza para realizar um trabalho em prol de um só. O trabalho pode ser o preparo, plantio ou colheita de uma roça, a fabricação da farinha de mandioca ou a construção de uma casa, cabendo ao beneficiado as despesas com uma festa ou função (Ferreira, 1986). Esse termo tem origem tupi, *moti'rõ*, e então o trabalho coletivo tem também função simbólica, expressa

de forma ritualística, e que, apropriada pela tradição, implica festa, comemoração, congratulação.

A atualização dessa tradição configura-se perfeitamente na construção da laje de concreto no teto das casas de favelas e periferias urbanas. Ocorre que os trabalhadores de baixa renda são também os construtores de suas próprias moradias, que são levantadas aos poucos, na medida dos seus parcos proventos. As despesas cotidianas são cortadas ao extremo e essa pequena poupança é investida laboriosamente na construção, que ocupa os finais de semanas dos proprietários, que quase sempre são também os pedreiros. Levantadas as paredes, a casa está pronta para receber, no teto, a laje de concreto. Mas essa laje não pode ser construída por etapas, tendo de ser feita de uma só vez. Não dispondo de betoneiras, misturadores ou condutores do concreto, que viabilizariam a construção da laje no tempo de secagem do cimento, o construtor solitário solicita agora o luxuoso auxílio de seus amigos e companheiros. Então, em um belo sábado ou domingo de sol, o mutirão agiliza o processo de construção da laje. O trabalho é dividido entre os que misturam o cimento com a pedra britada e água, no chão, os que transportam essa argamassa para cima e os que a espalham cuidadosamente na grade de varas de ferro, batendo a laje. E, como todo esse processo, conforme reza a tradição, é também festivo, cabe ao dono do imóvel, terminado o trabalho, promover uma comemoração: um almoço lauto – mocotó, mão de vaca ou feijoada – acompanhado de libações alcoólicas.

Admiravelmente, é dessa forma que o trabalhador de baixa renda constrói o seu patrimônio imóvel. Quando se observa, no decorrer dos últimos dez anos, um bairro popular como a Maré, no Rio de Janeiro, é notável como áreas antes com uma paisagem predominante de barracos ou casas térreas, configuram-se agora com pequenos prédios de dois, três ou mais andares. Os andares extras são ocupados pelos filhos ou mesmo são alugados, aumentando a renda do proprietário. Essa mudança na paisagem denota um esforço de poupança e incorporação de trabalho vivo em bens que, no seu somatório, apresentam-se como um patrimônio coletivo, pequena riqueza aparentemente não justificável pelos baixíssimos níveis dos salários nacionais.

O mutirão urbano, convém lembrar, também é mobilizado para a realização de obras do interesse coletivo, como aterramento de áreas alagadiças, abertura de valas para escoamento e drenagem, e outras obras de

infraestrutura, principalmente quando o Estado se faz mais ausente. Portanto, esse mutirão confirma a permanência de um associativismo na população de baixa renda, que, embora voltado para a resolução de problemas individuais ou coletivos, também é a manifestação de uma cultura solidária e festiva, apesar de todas as dificuldades.

Associações de Moradores nas Favelas Cariocas

Dentre as diversas formas de associativismo, as mais institucionalizadas e abrangentes são certamente as associações de moradores (AMs). Dado à sua importância e para melhor entendê-las, é necessário traçar um pequeno esboço histórico, delineando o contexto do seu aparecimento, seu apogeu e declínio ou, pelo menos, suas limitações atuais. É o que apresentamos em seguida, referente ao município do Rio e, em algumas passagens, com ilustrações referentes à Maré. Mas, antes, convém verificar a acepção dicionarizada do termo favela: "conjunto de habitações populares que utilizam materiais improvisados em sua construção tosca, e onde residem pessoas de baixa renda" (Houaiss, 2001: 1315). Também muito do que é chamado de favela não condiz com esta definição.

Segundo Diniz, desde o final da década de 1940, no Rio, o processo crescente de formação de favelas era visto, oficialmente, como um problema social urbano.[1] A favela era um "território estranho à cidade", lugar onde moravam as "classes perigosas". Em 1947, por iniciativa da Igreja católica, criou-se a Fundação Leão XIII, que adentra as favelas com obras assistenciais, no intuito de "prevenir a infiltração comunista". Essa Fundação desempenhará um importante papel nas décadas seguintes, tentando acomodar os ânimos populares frente às intervenções autoritárias do Estado nas favelas do Rio.

Nos anos 60, o processo de favelização no Rio encontrava-se em franca expansão e, neste contexto, deu-se a intervenção autoritária e centralizadora do governo Lacerda, baseada em uma política de remoções de favelas de áreas valorizadas da cidade. Os moradores eram, então, persuadidos ou forçados a se mudar para conjuntos habitacionais provisórios (CHPs), nas áre-

[1] Anotações de José Wellington Gomes Araújo com base na conferência proferida por Diniz (2004).

as periféricas. Nesses CHPs, pretendia-se 'educar' a população para que pudessem ocupar as suas moradias definitivas, em conjuntos habitacionais construídos pela Cooperativa de Habitação Popular do Estado da Guanabara (Cohab).

Na passagem pelos CHPs, as pessoas, removidas de outros lugares e de suas redes sociais, deveriam aprender a "viver em uma casa de forma civilizada, usando equipamentos domésticos como instalações sanitárias e outros". Essa ação "civilizatória" ficou a cargo da Fundação Leão XIII, que mantinha um posto em cada CHP. Também havia sempre um posto policial que mantinha férrea disciplina, com horário determinado para a entrada e saída das pessoas no conjunto. Não se podia fazer melhorias ou mesmo a manutenção das habitações para não caracterizar uma permanência definitiva. E, se uma janela caía, assim ficava, pois não se podia "bater um prego na parede: as pessoas eram tuteladas". Isso, certamente, para que não se desvanecesse o caráter de moradia provisória nos CHPs, pois as pessoas iam criando novas redes sociais e laços com o lugar, às vezes, oferecendo resistência a uma nova remoção. Além disso, a habitação definitiva tinha de ser comprada da Cohab e muitos não podiam pagá-la (Diniz, 2004).

Mas as remoções e os conjuntos habitacionais não inibiram o processo de favelização, ao mesmo tempo em que os CHPs, de provisórios, tornaram-se permanentes, como Nova Holanda e Praia de Ramos, na Maré. No final dos anos 70, a política remocionista deu lugar a programas de urbanização das favelas, como o Promorar e o Projeto Rio, este último na Maré. Já no início da década seguinte, os gestores de políticas públicas para as favelas reconheciam a necessidade da participação dos moradores nesse processo urbanizador, e o apoio do poder estatal contribui para a aceleração do processo de formação das associações. Assim, as lutas por melhorias de infra-estrutura nas favelas, que já se realizavam coletivamente, terminaram por se expressar institucionalmente via AMs, tendo em vista a "possibilidade de acionar as redes de sociabilidade já existentes nas favelas" (Oliveira, 2000: 117). O ano de 1980, quando a maioria das associações de moradores foi criada, representou, então, um marco do movimento associativista no Rio de Janeiro.

A institucionalização das AMs como interlocutoras dos órgãos públicos contribuiu, por sua vez, para que essas fortalecessem seu poder de representação interna. Com isso, elas passaram a funcionar como instâncias de

reivindicações, além de instrumentos de 'legitimação' das relações econômicas entre os moradores e como canal para a resolução de conflitos. Isso ocorre, no primeiro caso, em relação ao registro das compras e vendas de imóveis realizadas com o aval das AMs, cabendo a estas fornecer documentos de reconhecimento das transações. No caso dos conflitos, cabe à associação tratar de problemas como desentendimentos entre vizinhos por razões de espaços, ocupação ilegal de áreas públicas e questões afins.

Outro aspecto característico da atuação das AMs desde sua criação é a representação de reivindicações que podem ser denominadas 'demandas de primeira geração': instalação e manutenção das redes de água, esgoto e eletricidade; pavimentação e manutenção de ruas e becos; além da oferta de escolas e postos de saúde. Em um segundo momento, as AMs começaram a prestar alguns serviços de assistência social, principalmente a oferta de bolsas de alimentos e a intermediação de programas nos campos da saúde, educação, desporto e lazer, em geral elaborados e financiados por organizações estatais ou não governamentais (Silva, 2003).

Na década de 1990, todavia, o aumento da presença do tráfico de drogas nas favelas e a repressão a ele dificultaram a mobilização política nas comunidades populares. Acresce a este tipo de dificuldade a intervenção oficial nessas comunidades, agora caracterizada por um "neo-clientelismo, com a presença e ausência seletiva do Estado" (Oliveira, 2000: 121). Presença principalmente do aparato policial em guerra contra o tráfico, o que se configura, em última instância, como "violência e repressão contínua contra as classes populares" (Oliveira, 2000: 121). Dessa forma, as AMs encontram-se, agora, em maior ou menor grau, e, salvo raríssimas exceções, como reféns do tráfico ou cooptadas pelo clientelismo político, ou ambas as situações. Estas são as suas atuais limitações, tanto estruturais como conjunturais.

Maré: um novo marco no associativismo comunitário

O processo de constituição das comunidades da Maré e, portanto, das formas associativas, se caracterizou pela diversidade. O fato de haver comunidades criadas com base nas iniciativas dos próprios moradores e outras mais criadas pelo Estado fez com que as associações tivessem formas e papéis distintos. No caso de comunidades como Nova Holanda e Praia de

Ramos, a dificuldade de articulação era maior, tendo em vista o fato de os seus moradores serem pessoas removidas de lugares diversos, que tinham perdido as suas relações sociais anteriores e ainda não tinham constituído novas redes. Acrescente-se a isso o regime de tutela dos moradores. Em contrapartida, a intervenção oficial nos conjuntos provisórios necessitava de uma mediação com os tutelados, daí a exigência institucional de que as pessoas se organizassem em AMs.

Mas logo essa mediação investe-se também de uma postura de enfrentamento aos programas oficiais e de resistência ao seu autoritarismo. A criação do Comitê de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), em 1979, é expressão desse processo de negociação e resistência. O movimento de resistência à tutela do Estado assume uma nova dimensão na comunidade de Nova Holanda, até então administrada como um Centro de Habitação Provisória. Ali, em 1984, a Fundação Leão XIII sofreu uma derrota com a criação de uma associação autônoma. Com as novas lideranças, as pessoas disseram: "Já criamos laços aqui, não queremos mais sair". Criava-se, então, uma comunidade de verdade, um lugar com uma identidade definida pela sua resistência (Diniz, 2004).

Outro elemento característico da Maré (além da convivência de formas diferenciadas de movimentos associativos, demarcados pelo grau de autonomia em relação aos órgãos do Estado e/ou figuras políticas) foi o grande investimento público realizado na área nas décadas de 1980 e 1990, tanto federais como estaduais e municipais, inclusive com a construção de grandes conjuntos habitacionais. Essas intervenções provocaram mudanças físicas na paisagem e melhoria na qualidade de vida, "mas não uma mudança qualitativa no que concerne ao acesso a novas possibilidades nos campos cultural e educacional" (Silva, 2003: 138). Além disso, com o crescimento populacional e a construção de novas moradias e verticalização das já existentes, a infra-estrutura de água, esgoto e eletricidade, na ausência de novos investimentos, já não era suficiente, o que gerou a deterioração da qualidade de vida e do ambiente.

A ampliação da presença do Estado na Maré foi acompanhada pela crise de representação das AMs. Este último processo pode ser explicado por um conjunto de fatores: a profissionalização dos dirigentes e a privatização das entidades, que passaram a atender interesses particulares; a pressão de grupos criminosos armados, interferindo na gestão e na escolha dos

dirigentes; a maior presença dos órgãos municipais e de organizações não governamentais, ocupando um espaço importante na interlocução com os moradores e na oferta de serviços; de forma especial, o atendimento crescente, por parte do Estado, às demandas de primeira geração. Com isso, diminui a importância das AMs, que têm dificuldades para encaminhar as demandas da segunda geração, como o acesso aos serviços fundamentais: qualidade da educação fundamental, acesso a escolas de ensino médio e profissionalizante, acesso a equipamentos culturais e a serviços para os diversos grupos etários, em particular a juventude e a adolescência (Silva, 2003: 138).

Nesse processo, fortalecem-se as organizações não governamentais (ONGs), mais ágeis na oferta de serviços, com quadros mais qualificados, em geral, e que não têm sua ação atingida pela intervenção direta de forças políticas, internas ou externas. As ONGs, mais recentemente, começam também a avançar na oferta de iniciativas que podem ser chamadas de "demandas de terceira geração", dentre as quais se destacam: a questão das identidades – sexuais, de gênero e raciais; a criação de redes de conexão dos movimentos culturais; e a proposição de estratégias integradas de desenvolvimento local (Silva, 2003).

Esse novo processo de associativismo é bem expresso, na Maré, pela criação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Na década de 1990, com a crise das AMs, já não era possível pensar em redes de sociabilidade com base nesse tipo de arranjo institucional. Então, na segunda metade da década de 1990, um grupo de ativistas que reunia, dentre outros, remanescentes da antes combativa Associação de Moradores de Nova Holanda, e que tinham tido acesso à universidade, começou a pensar um projeto abrangente para a Maré, que fosse "além da modificação da paisagem". Um projeto que desenvolvesse "ações exemplares, e não supletivas", ou seja, que se voltasse para a demonstração de políticas públicas e não como suplementar na execução de funções próprias do Estado, como ocorre com as AMs (Silva, 2003: 138).

Esse grupo de ativistas comunitários fundou, em 1998, o Ceasm, uma ONG voltada para o movimento social e tendo como escopo das suas atividades a produção, circulação e disseminação de idéias e saberes. O primeiro projeto do Ceasm foi um curso pré-vestibular (CPV), facilitador do acesso dos jovens mareenses ao estudo superior, no que tem sido muito bem-sucedido. A idéia, além da facilitação do acesso, é que estes futuros univer-

sitários possam vir a ser produtores de conhecimentos sobre a realidade social local. Depois as atividades do Ceasm foram se ampliando, no geral voltadas para a qualidade da educação, cultura, comunicação e geração de trabalho e renda.

O Ceasm foi concebido como um microcosmo da Maré, elegendo como questão prioritária a construção de redes de socialização para os jovens, uma vez que as redes existentes não vão muito além dos grupos religiosos, 'tribos' e 'galeras'. Como "as ações desenvolvidas em rede permitem uma apreensão mais rica da realidade" (Silva, 2003: 138), o Ceasm articula-se também com outras instituições públicas locais e ONGs comunitárias, configurando-se como um importante canal de encontro para determinada parcela da juventude local, o que se pretende ampliar. Essas redes são denominadas pela instituição 'Redes Sociopedagógicas', tendo o objetivo de ampliar o tempo e o espaço sociais dos moradores da Maré, em particular os adolescentes e jovens.

Ultimamente, além do Ceasm, a Rede Maré Jovem também se destaca como um pólo aglutinador de idéias e mobilização.

Rede Maré Jovem

Como vimos, à medida que ocorrem mudanças nas demandas e nas condições socioeconômicas e culturais de uma população, mudam também as características de sua organização e associativismo. Nesse sentido, em uma perspectiva mais estrutural, poderíamos dizer que neste início de século XXI, marcado pela globalização e por práticas políticas e econômicas neoliberais, surgem novas formas de organização e participação da sociedade civil, seja daquilo que convencionamos chamar de direita, ou mesmo daquilo que ainda se entende por esquerda.

Hobsbawn (2001) vê na queda do Muro de Berlim um marco importante deste cenário. Na sua visão, a decadência do socialismo real não só limitou o século XX como lançou para novos tempos a possibilidade de superação do capitalismo e de suas práticas. Em outras palavras, todos aqueles interessados em fazer oposição ao sistema hegemônico deveriam, a partir de então, buscar outras formas de organização que não mais as oferecidas pelos velhos revolucionários.

De certa forma, houve consciência da necessidade de se buscar outros caminhos para novos ou velhos problemas. O movimento feminista, o movimento negro e o ambientalista são só alguns dos exemplos das respostas concretas oferecidas. A construção de uma nova maneira de atuar politicamente, portanto, não precisou esperar pelo fim da União Soviética, muito menos a queda do Muro de Berlim. Seus primeiros traços estiveram no próprio século XX com a estruturação e consolidação de diversas redes sociais.

Como nos mostrou Elias (1994), a construção de redes sociais sempre esteve, em maior ou menor grau, nas atividades humanas. De toda forma, essa idéia de rede nunca foi tão veementemente usada para identificar novas práticas políticas. É no século XX que Estados se aproximam e constroem os blocos econômicos; é ainda nesse mesmo século que, com base no esforço da sociedade civil, nascem as redes de apoio, solidariedade e luta. Os dois exemplos são claras demonstrações das maneiras utilizadas para se construir uma nova ordem mundial. Ambas consolidam-se como redes, estabelecendo novos poderes e novos saberes (Foucault, 1986, 1995).

Construir redes é uma das mais fortes justificativas políticas utilizadas nos dias atuais para juntar indivíduos, grupos, instituições, entre outros. Em um certo sentido, podemos dizer que, hoje, quando parte da sociedade contemporânea organizada pretende fazer valer suas reivindicações, ela lança mão desse mecanismo. Com isso, não só grupos econômicos se organizam em redes: boa parte do próprio movimento social lança mão dessa perspectiva para nortear suas ações.

No Brasil, o Fórum Social Mundial possui destaque entre as iniciativas desse tipo. Propondo uma articulação entre pessoas e instituições comprometidas com a superação do paradigma neoliberal, o Fórum vem, desde 2001, reunindo um número crescente de pessoas que se agregam em encontros anuais. Indo para a sua quinta edição, tornou-se um evento referencial para todos que desejam se opor ao atual quadro da globalização neoliberal.

Esses encontros vêm proporcionando muitos desdobramentos, destacando-se aí a participação dos jovens e de organizações preocupadas com temáticas de interesse dessa população específica. Foi assim que em abril de 2003, no Rio de Janeiro, surgiu a Rede Jovens em Movimento, propondo-se a fortalecer a participação juvenil na esfera das políticas públicas, assim como incentivar discussões sobre os direitos da juventude. Na medida,

portanto, em que vão surgindo novos adensamentos, vão se desencadeando novas iniciativas.

As idéias do Fórum Social Mundial repercutiram na Maré, mobilizando setores da juventude e dos ativistas locais, dando origem à Rede Maré Jovem. Essa rede, tal qual a Rede Jovens em Movimento, procura disseminar uma cultura do encontro, contrapondo-se tanto às orientações que limitam o ir e vir da juventude (as fronteiras impostas pelo bandidismo organizado e sua repressão) quanto às definições que tratam os jovens como um problema. O esforço da Rede Maré Jovem tem sido até agora o de contribuir na melhoria da qualidade de vida – presente e futura – da juventude local.

Promover debates sobre os direitos da juventude, apoiar e articular movimentos de jovens, dentro e fora da Maré, são, portanto, os objetivos presentes até agora nessa rede. Contudo, tendo em vista o contexto e o imaginário de violência presentes na Maré e na cidade como um todo, multiplicam-se os desafios. Algo extremamente presente no cotidiano dos jovens na Maré é a perversa limitação que eles enfrentam com relação à liberdade de ir e vir pelo espaço comunitário. Nesse contexto, temos jovens abandonando torneios de futebol ou elaborando novos circuitos para encontrar as(os) namoradas(os). Ao mesmo tempo, usam diversas estratégias na tentativa de superar e de se adaptar às novas rotinas e à instabilidade das 'fronteiras'.

O Ceasm e a Rede Maré Jovem são apenas dois exemplos de luta por garantia e prática dos direitos humanos no bairro. A eles se somam diversos grupos que, muitas vezes pontualmente, negam-se a aceitar o lugar de marginais e de excluídos. Lutam para deixar claro ao 'resto da cidade' a necessidade de ser, de reconhecer o direito da favela à cidade, no contexto de cidadania; e para superar o imaginário da cidade partida.

Referências

BAUMAN, Z. Duas fontes do comunitarismo. In: BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DINIZ, E. Exposição na mesa redonda 'A formação da Maré'. In: SEMINÁRIO MARÉ: HISTÓRIA E RESISTÊNCIA, II, 29 jun.-02 jul. 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), 2004.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERRAROTTI, F. *Sociologia*. Lisboa: Teorema, 1986.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

HOBSBAWN, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

OLIVEIRA, R. M. *A Produção do Conhecimento em Saúde em Escala Local: repensando a relação entre a investigação científica e a experiência dos grupos populares*, 2000. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

SILVA, E. S. Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm: identidade e utopia de uma rede social comunitária. *O Social em Questão*, 10(10): 136-154, 2003.

SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação social na cidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 5(1-2): 161-178, 1993.

SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, XXII, 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, 1999.

SPOSITO, M. P. & CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LÉON, O. D. (Org.) *Políticas Públicas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Cidpa, 2003.

WANDERLEY, M. R. Teoria de redes sociais e os estudos sobre a América Hispânica colonial. *Revista do Mestrado de História da Universidade Severino Sombra*, 2: 195-216, 1999.

7

Janelas para o Conhecimento

Eduardo Navarro Stotz
Mariluci Correia do Nascimento
Márcia Menezes Thomaz Pereira
Eliane Silveira Gonçalves

A palavra 'janela' significa abertura ou trânsito de ar e de luz de uma construção habitacional. O uso comum do termo destaca a percepção visual entre espaços internos e externos. Neste capítulo, 'janelas' significam 'páginas' abertas no sistema de comunicação virtual de redes sociais. É metáfora para tratar de sistemas de informação *online* montados por uma equipe de instituição de ensino e de pesquisa (no caso o Núcleo de Estudos Locais em Saúde – Elos) para organizar fluxos de informação entre diferentes atores sociais e viabilizar a construção de conhecimento em saúde no nível local (nos conjuntos habitacionais citados).

Queremos, contudo, ressaltar a ambigüidade e a imprecisão inerentes à metáfora, uma vez que os sistemas de informação, como parte da realidade social contemporânea, são, ao contrário do que indica o termo 'janela', intransparentes; a metáfora pode induzir a equívocos ao postular uma relação de interioridade e exterioridade inexistente nos sistemas de informação interativos. Ainda assim preferimos manter a metáfora no título deste capítulo com o intuito de assinalar sua apropriação pela equipe do Elos e, ao mesmo tempo, problematizá-la e indicar como se deu a superação das limitações apontadas.

Trajetórias Institucionais e Marco Metodológico

O Elos foi criado em 1995, concomitantemente ao processo de descentralização[1] do Sistema Único de Saúde (SUS), com a filosofia de que, na área da saúde, o conhecimento precisa ser necessariamente construído a partir de uma integração entre pesquisa, ensino, serviços de saúde e sociedade civil no âmbito local.

A proposta técnica inicial foi a de viabilizar um sistema de informação capaz de expressar e ser gerido por todos os grupos com representação social na área geográfica de sua atuação, a Área de Planejamento 3.1 (AP 3.1) que compreende praticamente a região da Leopoldina, inclusive o chamado complexo da Maré.[2] Dificuldades institucionais inviabilizaram o projeto que teve de limitar-se à pesquisas-piloto realizadas no âmbito do programa de residência. A decisão da direção da Ensp, na época, de acabar com este programa de ensino em 1996 provocou a descontinuidade desta experiência mais restrita.

Cabe observar, contudo, algumas limitações metodológicas intrínsecas à proposta do Elos naquele momento. Em primeiro lugar, pressupunha-se que a AP 3.1 (futuro 4º Distrito Sanitário) viesse a constituir-se em sistema informacional capaz de expressar e ser gerido por todos os grupos com representação social na área geográfica correspondente; em segundo lugar e por implicação, para interferir nesse sistema, os segmentos populares deveriam capacitar-se tecnicamente. Se a fragilidade da proposta por um lado encontrava-se no plano político, pela dependência às determinações da Secretaria Municipal de Saúde em promover efetivamente a democratização do sistema de saúde, por outro lado o próprio sistema informacional deveria ser alterado para superar a lógica de serviço subjacente (Silva, 1996).

De fato, as dificuldades aparentemente intransponíveis, na conjuntura do setor saúde no âmbito municipal (extensivas à realidade nacional), para a construção de um sistema de informações efetivamente democrático, não deixaram de ser percebidas pelos principais atores sociais. A organização para-

---

[1] É importante assinalar que a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), por meio de seus programas de ensino, pesquisa e cooperação técnica apoiou formalmente o processo de descentralização preconizada como uma das diretrizes fundamentais de instituição do SUS.

[2] A denominação é assumida pelo governo municipal para fins de planejamento urbano e organização dos serviços básicos.

lela de redes informais entre estes atores, inclusive utilizando a representação institucional no conselho distrital capaz de dar conta dos problemas de saúde e, portanto, de adequar os serviços disponíveis e reivindicar outros e novos, é uma resposta compreendida nos termos de uma pesquisa realizada sobre redes de movimentos na região da Leopoldina (Marteleto, 2000).

Devemos observar que proposta não incorporava o pressuposto da metodologia da educação popular em saúde, pensada nos termos da construção compartilhada de conhecimento em saúde, adotada por uma parte da equipe do Elos, mas originalmente desenvolvida por outro grupo de pesquisadores, organizados no Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania,[3] tal como formulada por Carvalho, Acioli e Stotz (2001: 103):

> A idéia de construção compartilhada do conhecimento implica um processo comunicacional e pedagógico entre sujeitos de saberes diferentes convivendo em situações de interação e cooperação, que envolve o relacionamento entre pessoas ou grupos com experiências diversas, interesses, desejos, motivações coletivas.

Esta proposta foi aperfeiçoada pela equipe do Elos em experimentos pedagógicos bastante significativos, mas não registrados em artigos, relatórios ou qualquer outra forma de sistematização.[4] Um desses experimentos foi a experiência de comunicação social com a participação do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1, o programa “Tem Saúde no Ar”, irradiado pela 95.9 – Rádio Maré FM – durante o período de 1996 a 1997. Foram aproximadamente 60 programas que sempre traziam, para a audiência da Maré, a fala técnica e a fala popular, acompanhada de comentários adicionais conforme o caso. O programa gravado até mesmo com a fala de usuários nas filas dos hospitais tinha duas horas de duração e era dividido em ‘Questões de saúde’ (agravos à saúde, doenças, serviços de saúde) e ‘Momento Comunitário’, dedicado ao associativismo na Maré. Este experimento pedagógico foi sucedido pelo projeto “Espaço Vivo” que envolveu jovens da Vila do João, na Maré, no trabalho de Arte-Educação e Saúde.

Em 1998, outros pesquisadores, nucleados em torno do projeto Educação, Saúde e Cidadania, procuraram compreender as alternativas busca-

[3] O núcleo se estruturou em torno do projeto de pesquisa Educação, Saúde e Cidadania, desenvolvido na Ensp a partir de 1986 com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

[4] Informações prestadas a Eduardo Navarro Stotz em 17 de junho de 2007.

das pelas camadas mais pobres da população trabalhadora dessa região diante das dificuldades de acesso e de resolutividade dos serviços públicos de saúde. Os primeiros resultados deixavam patente que um sistema de vigilância da saúde poderia ser o resultado de iniciativas que começavam a se articular em rede (Valla & Stotz, 1998).

Um sistema de vigilância civil da saúde teria de ser pensado e organizado em torno das iniciativas populares. Este foi o papel do Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina (Cepel)[5], que, em virtude de seu enraizamento amplo e profundo nas favelas do denominado complexo do Alemão, viabilizou a formação, em 1999, da Rede de Solidariedade da Leopoldina.

Finalmente em 2001 houve uma convergência das iniciativas entre o Elos e o Núcleo Educação, Saúde e Cidadania, que se sustentou por meio da pesquisa "Redes sociais e vigilância civil da saúde no nível local", em parceria com Regina Marteleto[6] – então pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação (MCT/Ibict-UFRJ/ECO) –, e da criação do 'Observatório de Saúde', por meio da página <www.ead.fiocruz.br/elos>,[7] como instrumento de interação da Rede de Solidariedade da Leopoldina, em parceria com o Cepel.

A pesquisa teve como objetivos examinar estratégias e processos de conhecimento sobre saúde em redes sociais e avaliar as condições de saúde das populações no nível local. Tais objetivos foram vistos como inter-relacionados, uma vez que diziam respeito à forma pela qual atores sociais problematizam a saúde neste nível – no caso das populações dos bairros populares e favelas do chamado complexo da Maré. A participação desses atores no sistema 'Observatório', como se verá a seguir, dar-se-ia mediante a narrativa de casos apresentados e discutidos nas reuniões da Rede de Solidariedade da Leopoldina.

[5] O Cepel é uma organização não governamental, entidade sem fins lucrativos, fundada em 1988 com o objetivo de fornecer subsídios para a população da região da Leopoldina, e, em particular, para os movimentos organizados desta mesma região que procuram melhorar suas condições de vida.

[6] O subprojeto fez parte do projeto integrado de pesquisa "Gestão do Conhecimento e da Informação na intervenção social – as redes de movimentos sociais no campo da educação popular e saúde", sob coordenação da professora doutora Regina Marteleto.

[7] A página ficou ativa até 2005.

A experiência durou um ano e meio. Dificuldades de concertar uma ação comum e o desgaste daí decorrente levaram à dissolução da rede no segundo semestre de 2002. Algumas parcerias construídas neste período se mantiveram posteriormente, como foi o caso do apoio para a assistência a um grupo de mulheres originalmente demandado pela organização local das Irmãs Cabrini, apresentada no capítulo 9 deste livro.

Durante o primeiro semestre de 2003 novas parcerias foram construídas no âmbito da ação local. A participação nas reuniões da Rede Maré Jovem e as atividades da formação de agentes comunitárias de saúde da Unidade Básica de Saúde da Vila do João propiciaram à equipe do Elos a possibilidade de elaboração do projeto "Redes sociais e construção do conhecimento em saúde no nível local" que pretendia dar um passo adiante em relação ao projeto anterior, ao adotar a perspectiva de que, com os grupos de jovens e as agentes comunitárias de saúde fosse possível a geração de um terceiro conhecimento capaz de manifestar a convergência de questões pertinentes a todos. Este projeto também foi desenvolvido em parceria com Regina Marteleto.[8] Tal perspectiva foi assumida na transformação do sistema 'Observatório de Saúde' que agora passamos a apresentar e analisar.

O Observatório de Saúde

O 'Observatório de Saúde' era uma página *web* hospedada no servidor do projeto Educação a Distância (EAD) da Ensp. Propôs-se a ser uma base de dados estruturada por fluxos de informação entre diferentes atores e redes no âmbito local com vistas a desenvolver uma metodologia de vigilância de saúde, avaliar as condições de saúde da população e subsidiar políticas de promoção da saúde.

O acesso ao 'Observatório' dava-se por meio da página <www.ead.fiocruz.br/elos> que se apresentava como:

> uma janela aberta, um canal de comunicação entre a sociedade civil e o Estado orientado pelo ponto de vista das pessoas, ativistas, lideran-

[8] O subprojeto fez parte do projeto integrado de pesquisa "Espaço, tempo, discurso e narrativa: produção do conhecimento e representação informacional nas práticas e movimentos sociais no campo da saúde", sob coordenação dos professores doutores Regina Maria Marteleto, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Eduardo Navarro Stotz, da Ensp/Fiocruz (Marteleto, 2007).

ças, técnicos e educadores que têm experiência das condições nas quais vive a maioria da população. (Elos, 2002)

Estava estruturado em subpáginas, a saber:

- Entrada de informações: aberta ao público, mas liberada para divulgação apenas pela equipe do Elos; a equipe também inseria informações, principalmente oriundas da imprensa, procurando apresentar diferentes versões para os fatos e de modo interrogativo;
- Consulta;
- Boletim: editado a partir da sistematização das informações oriundas do Observatório e de outras captadas diretamente junto aos parceiros e outras fontes;
- Documentos: acesso contendo textos sobre as práticas de educação e saúde.

Por ser um núcleo vinculado a órgão da administração pública, não poderíamos adotar um sistema de informação completamente aberto. Apesar de não se exigir um cadastramento prévio (solicitava-se apenas a identificação do usuário, convidando-o a se cadastrar) para admitir a entrada de informações, a publicação na internet era decisão da equipe. Nossa preocupação era, obviamente, com invasões, mas igualmente com informações que pudessem acarretar pânico ou causar insegurança, a exemplo de notícias não confirmadas sobre epidemias.[9]

No começo de 2003, o sistema dispunha de um cadastro de 70 pessoas e contava com uma mala direta com aproximadamente 300 endereços de ONGs, sindicatos, instituições acadêmicas e públicas das áreas da saúde, educação, política, meio ambiente e movimentos sociais.

A elaboração da página e a sua manutenção foram viabilizadas pelos recursos obtidos com a aprovação do projeto "Redes sociais e vigilância civil da saúde no nível local", por meio do Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde (Papes) da Fiocruz. O funcionamento do sistema contou com apoio de bolsas de iniciação científica adquiridas no âmbito do projeto integrado "Gestão do Conhecimento e da Informação na Intervenção Social – as redes de movimentos sociais no campo da educação popular e saúde" e de estágio profissional na Ensp.

[9] Nunca foram registradas informações dessa natureza.

O 'Observatório de Saúde' pretendia viabilizar um sistema de informação capaz de possibilitar a expressão dos grupos com representação social na área geográfica em que a equipe atuava – região da Leopoldina – e ser, sobretudo, gerido por eles.

No decorrer da pesquisa, o Elos acompanhou, em parceria com o Cepel, as atividades da Rede de Solidariedade da Leopoldina, formada[10] pela união de diversos movimentos e entidades da região voltados para a questão da saúde. A composição da rede era bastante diversificada,[11] com interesses e formas de atuação bem distintas: movimentos ambientalistas que lutam pela preservação e reflorestamento da Serra da Misericórdia, ONGs voltadas para a prevenção de problemas de saúde, pastorais sociais, saúde da mulher, saúde alternativa, estudo e pesquisa sobre a região, preparação para o vestibular, igrejas, centros espíritas etc.

Apesar dos participantes da Rede de Solidariedade da Leopoldina[12] não serem freqüentes usuários do sistema 'Observatório', o registro sistemático das reuniões e das intervenções mediante gravação e transcrição das atas, enviadas para leitura e apreciação dos participantes, permitiu a inserção de várias informações no sistema, processo que, por ser precedido de uma avaliação e posterior edição pela equipe do Elos, também colaborou para a edição de três números do boletim eletrônico.

Os materiais publicados, acessíveis na 'Consulta', referiam-se ao trabalho desenvolvido pelos participantes da Rede e constituíam-se de temas específicos como 'Cheque cidadão', 'Vale gás', 'Pobreza' e outros.

Em 2002, a equipe do Elos propôs ao Cepel o encaminhamento de uma atividade conjunta da Rede, com vistas a uma futura ação comum das suas organizações. As atividades propostas foram a organização e a realização de um seminário aprovado em reunião, sobre o tema da 'renda mínima' como uma possível alternativa de política pública para enfrentar

[10] A Rede foi uma iniciativa do pesquisador Victor Vincent Valla, presidente do Cepel, ao constatar a agudização da pobreza nas favelas da região da Leopoldina. Tal fato foi detectado pela equipe do jornal *Se Liga no Sinal* junto às pessoas das organizações que compunham a sua rede de distribuição. A Rede tomou a forma de reuniões mensais de avaliação da situação da população.

[11] Dentre os integrantes dessa Rede, estavam: o Grupo das Irmãs do Missionário Coração de Jesus (Irmãs Cabrini), o Grupo Sementinha, Bicuda Ecológica, Verdejar, Centro de Referência para a Saúde Mulher (Cresam), Grupo Espírita Assistencial Lar Madalena (Gealm), Pastoral do Menor, Igreja Presbiteriana da Vila Proletária da Penha e Pastoral da Juventude da Igreja Bom Jesus da Penha.

[12] Doravante denominada apenas Rede.

a situação de pobreza absoluta na região da Leopoldina. Diversas reuniões foram dedicadas à essa discussão, e o resultado foi a realização, em 27 de julho de 2002, de um seminário com o título: "Qual a renda necessária para se viver com dignidade na Cidade do Rio de Janeiro?". O objetivo era o de discutir amplamente a pobreza e as formas com que os grupos da sociedade civil e o Estado lidam com suas causas e conseqüências.

O evento, contudo, não mobilizou a maioria da Rede. Pouco depois, com o espaçamento dos encontros, o grupo remanescente achou por bem dissolvê-la. Apesar disso, algumas parcerias foram mantidas com o Elos. É o caso das Irmãs Cabrini, por exemplo, que demandaram apoio para assistência a um grupo de mulheres – processo que resultou na prática de um grupo de convívio. Foi vinculado ao sistema um texto produzido coletivamente por essas mulheres e também matérias que abordavam suas dificuldades cotidianas.

Além dos materiais oriundos dos debates da Rede, também eram disponibilizadas no sistema informações vindas da imprensa, publicadas sobre a região da Leopoldina.

Eis algumas matérias sobre movimentos sociais (Elos, 2002):

- "Sangue novo nos morros": notícia de jornal sobre a Central Única de Favelas (Cufa), presente nos principais centros urbanos do país.
- "Projeto da infância cabriniana": informação sobre projeto desenvolvido por um grupo de freiras (Irmãs Cabrini) junto a crianças da Vila Pinheiro, na Maré.
- "Alfabetização de adultos na Maré": informação sobre turmas de alfabetização mantidas pelas Irmãs Cabrini na Maré.
- "Infância missionária": informações sobre a criação, pelas Irmãs Cabrini, de um grupo de crianças com a missão de evangelizar outras crianças.
- "Projeto Pastoral do Menor na Maré": projeto com o objetivo de incentivar a consciência da importância da participação ativa na sociedade.
- "Pré-vestibular comunitário – raízes em movimento": solicitação de professores para o pré-vestibular comunitário.
- "Moradores vão à justiça": notícia de jornal sobre ação movida por moradores da maré contra a construção de um batalhão da polícia militar no lugar que estava destinado à ampliação da vila olímpica.

Durante alguns meses foram acompanhadas as matérias publicadas sobre a Maré na chamada grande imprensa (jornais *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do*

Brasil). A partir da análise desse material, foi possível perceber que o imaginário sobre essa região é construído em torno da violência associada ao tráfico de drogas. As notícias estavam sempre marcadas por um sensacionalismo que acabou por estigmatizar a Maré como área dominada pelas classes perigosas. Como contraponto, foram também acompanhadas as notícias do jornal *O Cidadão*, publicação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Este jornal de bairro privilegiava matérias com temas sobre inclusão social, as características culturais e os movimentos sociais da região. Esta análise evidencia que a imprensa, ao compor a construção da realidade social por meio da notícia, também ajuda a construir, no imaginário popular, uma representação distorcida ou parcial de uma localidade.

A busca de uma maior permeabilidade do sistema 'Observatório' levou a equipe a criar novos acessos nas subpáginas, como "Crônicas e outros escritos populares", voltadas para a coleta e a divulgação de narrativas das experiências que fazem parte de um conhecimento popular construído ao longo das vidas.

Do Observatório à Interface em Saúde

A concepção adotada pelo 'Observatório' pretendia ser a de uma vigilância da saúde cujos problemas deveriam ser delimitados por atores sociais organizados, diferenciando-se, portanto, do princípio panóptico (Foucault, 1986), utilizado pela vigilância epidemiológica, pela própria saúde pública e por diversas instituições governamentais e não governamentais. A prática institucional e as representações sobre esta concepção constituídas pelos atores sociais, particularmente aqueles participantes da Rede, expressas de modo pontual nas demandas por parcerias bilaterais nas quais avultava o 'peso' da Fiocruz, foram aos poucos colocando em questão a própria idéia de vigilância.

Vítimas de nossa própria ilusão de vivermos uma relação de igualdade, pesquisadores científicos e participantes de organizações populares da Rede, não percebemos a assimetria de posições e a desigualdade objetivamente estabelecidas. Comprometidos com a idéia da democratização do Estado, acabamos por desconhecer nosso lugar de servidores públicos de uma instituição estatal que não tinha uma tradição de relacionamento democrático com a sociedade civil de caráter popular.

O questionamento dessa ilusão veio de uma pessoa de uma organização não governamental mais próxima da equipe do Elos. Ao criticar a tendência da equipe de assumir posições em favor de um dos 'lados' em conflitos de opinião, a exemplo das divergências surgidas em reuniões da Rede sobre as formas de lidar com a violência associada ao tráfico de drogas na região, ela propôs uma atitude de escuta para tornar possível, então, o apoio, considerado indispensável, do Elos como 'instituição', isto é, da Fiocruz, às organizações populares.

Pudemos então recuperar contribuições de outros pesquisadores (Câmara, 1998) que atuavam em campos próximos. Adotamos a perspectiva de que, como equipe do Elos, éramos parte do Estado a ser democratizado em favor das organizações populares da sociedade civil e, para tanto, precisávamos exercitar um comportamento de neutralidade ativa – escuta e favorecimento da expressão dos conflitos de idéias e posições no interior da sociedade civil, oferecendo o apoio para legitimar este fórum de debate. Com o que assumimos a proposta do "engajamento distanciado" (Ion *apud* Câmara, 1998: 137), no sentido emprestado a Bourdieu, de participar da construção de uma esfera pública, engajando-se nesse processo com as qualidades de pesquisador acadêmico (Bourdieu, 2001), o que significa desenvolver a habilidade de um posicionamento semelhante ao descrito pelo sociólogo alemão Norbert Elias, com base no conto "Maelström", de Edgard Allan Poe, quer dizer, de distanciar-se em uma situação de envolvimento (Elias, 1998).

Foi no desenvolvimento desta reflexão que repensamos o próprio termo 'observatório'. Constatamos que o conceito transmitia a idéia de um observador invisível e um observado visível e, portanto, evidenciava uma relação de hierarquia entre os saberes; verificamos também a diversidade dos 'observatórios' que surgiam com uma idéia em nada convergente com a nossa proposta. Abandonamos então o termo, substituindo-o pelo de 'Interface social em saúde'. Renunciamos, assim, a idéia original de uma janela comunicacional em favor de uma interface entre atores sociais e pesquisadores na qual assumíamos explicitamente uma postura de escuta ativa ou de 'engajamento distanciado'. Uma pesquisadora que desenvolveu projeto de pós-doutoramento com Victor Valla e trabalhou conosco no Elos cunhou a expressão "convívio metodológico" (Oliveira & Stotz, 2004).

Interface Social em Saúde

A problematização dos dados e das informações e a necessidade de adequar o principal instrumento de interação entre os pesquisadores e as redes sociais obrigaram a equipe a repensar o próprio projeto de pesquisa.

O novo projeto "Redes sociais e construção compartilhada do conhecimento em saúde no nível local" foi elaborado em um contexto onde a dissolução da Rede de Solidariedade da Leopoldina correspondeu à aproximação entre a equipe do Elos e a comunidade da Maré, à integração maior com o Ceasm, o Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (Nesc) da UFRJ e a recém-criada Rede Maré Jovem,[13] com a abertura de novas perspectivas e orientação de trabalho a partir do segundo semestre de 2003.

O desenho do sistema Interface incluiu os avanços registrados na implementação do 'Observatório' – 'Consulta', 'Entrada de informações', 'Boletim', 'Obra aberta' – e, ao mesmo tempo, procurou dar conta de algumas limitações do ponto de vista da acessibilidade e comunicabilidade.

Por ser uma ferramenta virtual, a abrangência e a qualidade do acesso do sistema informacional são limitadas. O contato da população com computadores no Brasil ainda é bastante restrito. Embora existam muitos pontos espalhados pela cidade onde se pode fazer uso de um computador e da internet, ainda não é generalizado seu uso, tanto por conta da baixa renda da maioria da população para adquirir um computador e poder pagar pelo acesso à Internet como também pela dificuldade de interação dado o grande número dos chamados 'analfabetos virtuais', que ainda não ingressaram na forma de comunicação virtual. A fim de tentar diminuir este problema, foi proposta a criação de uma agenda de uso dos computadores do próprio Elos para que as pessoas que compunham as redes ligadas ao núcleo pudessem ter o acesso facilitado.

A utilização da linguagem escrita em um recurso como a internet – onde o tempo é cada dia mais veloz – é outro fator que pode ser apontado como uma dificuldade. Atrair o 'navegador' com conhecimento para participar sob a forma textual requer tempo para ler, pensar, problematizar. Na verdade, este foi um dos maiores desafios para os propósitos e a dinâmica da Interface.

[13] Movimento de jovens da Maré, organizado em junho de 2003, com o objetivo de articular as instituições que trabalham com e para a juventude mareense em torno da discussão de questões do cotidiano dessa parcela da população.

Além disso, enquanto uma parte dos usuários não tinha habilidades básicas para uso de computadores, como o domínio da escrita, outra estava tomada pelo 'ativismo' resultante das demandas sociais cotidianas. A disponibilidade de computadores do Elos ou de seu uso deixou patente que a 'democratização da informática' vai além do acesso aos equipamentos e da capacitação para seu uso pelos usuários.

No intuito de diminuir estes problemas, algumas soluções foram pensadas e encaminhadas. O sistema conservou nos seus acessos o espaço 'Obra aberta', ampliando as diferentes linguagens do conhecimento (fotografia, desenho, grafite, música e poesia). Estas linguagens têm em si um atrativo facilitador do desenvolvimento cognitivo da pessoa, e, por sua vez, potencializavam a dinâmica e a interatividade desejada. Por meio do 'Obra aberta', pretendia-se resgatar o sentido social da produção do conhecimento, criando um espaço onde os elos desse processo coletivo pudessem ser estabelecidos. Os grafites "Arte contra a violência", pintados nos muros do gigantesco depósito de *contairners* que oculta a Vila do João dos transeuntes que passam velozmente na Avenida Brasil, propiciaram a oportunidade do diálogo com uma das artistas e a difusão de seu ponto de vista no sistema Interface.

Para dar visibilidade ao ponto de vista das pessoas, ativistas, lideranças, técnicos e educadores que tinham experiência das condições nas quais vive a maioria da população e, nesse sentido, contribuir para a luta contra o desperdício dessas experiências, foi aberto mais um acesso no sistema Interface – 'Crônicas populares' –, pensado sob a forma de narrativas das experiências, gravadas e transcritas, de lidar com saúde. A primeira dessas crônicas, intitulada "Quem tem saúde é rico", é um depoimento de Creuza da Costa Veríssimo, agente comunitária de saúde da organização não governamental Sementinha, grupo popular que trabalha pela saúde da população na região do Parque Proletário da Penha, desde 1985. Narrativa centrada no entendimento de que a pior doença é a fome, tece considerações sobre a sociedade numa espiral compreensiva das relações entre as circunstâncias de oportunidades e as estruturas da determinação nas quais situa a sua própria trajetória de vida.[14]

[14] Narrativa gravada em 7 de novembro de 2002, transcrita e transformada em texto autorizado pela autora, esteve disponível na página do Elos até 2005.

Considerações Finais

Em 2005, o sistema Interface cessou de existir por conta da dissolução do Elos, em virtude de problemas nos níveis da gestão (administrativos, financeiros) que agudizaram a percepção da provisoriedade da própria existência de núcleos, a saber, como instrumentos flexíveis e de baixo custo adequados para inovações institucionais.

A experiência de construção de sistemas de informação *online* como o 'Observatório de Saúde' e 'Interface Social em Saúde' que aconteceu durante cinco anos deixou visíveis as possibilidades de democratização do Estado pelo fortalecimento da sociedade civil de caráter popular apoiada por sistemas de informação estruturados em redes. Dois aspectos devem ser ressaltados nesse sentido: a indispensável relação direta com as organizações populares no nível local, cultivada sob a forma de convívio metodológico, e a tentativa de quebrar as assimetrias implícitas nesta relação mediante a escuta ativa e o engajamento distanciado. Estes serão possivelmente alguns dos elementos fundamentais para a futura construção da esfera pública democrática em nosso país em um cenário de participação popular e de democratização do acesso e uso da informática.

Referências

BOURDIEU, P. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CÂMARA, C. Ongs/Aids, intervenções sociais e novos laços de solidariedade social. *Cadernos de Saúde Pública*, 14, supl. 2: 129-139, 1998.

CARVALHO, M. A. P.; ACIOLI, S. & STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: VASCONCELOS, E. M. (Org.) *A Saúde nas Palavras e nos Gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

ELIAS, N. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTELETO, R. M. *Conhecimento, Informação e Comunicação em Redes de Movimentos Sociais: aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, jun. 2000. (Paper)

MARTELETO, R. M. (Coord.) *Espaço, Tempo, Discurso e Narrativa: construção do conhecimento e representação informacional nas práticas e movimentos sociais no campo da saúde*. Rio de Janeiro: CNPq, ago.-2003-fev.-2007. (Projeto integrado de pesquisa – Relatório técnico final encaminhado ao CNPq - Processo n. 475309/03)

NÚCLEO DE ESTUDOS LOCAIS EM SAÚDE/ENSP/FIOCRUZ (ELOS). *Redes Sociais e Vigilância Civil da Saúde no Nível Local*. Rio de Janeiro, 24 out. 2002. (Projeto integrado de pesquisa "Gestão do conhecimento e da informação na intervenção social – as redes de movimentos sociais no campo da educação popular e saúde" – Relatório parcial de pesquisa do subprojeto 2).

OLIVEIRA, M. W. & STOTZ, E. N. Perspectivas de diálogo no encontro entre organizações governamentais e instituição acadêmica: o convívio metodológico. In: REUNIÃO DA ANPED, 27, 2004, Caxambu. *Anais*... Caxambu: Anped, 2004. v. 1.

SILVA, D. *Sistemas de Informação em Saúde Distritalizados: propostas para uma política de controle público*, 1996. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

VALLA, V. V. & STOTZ, E. N. *Situação de Pobreza e Saúde: busca de recursos pela população na periferia do município do Rio de Janeiro*. In: PRIMEIRA BIENAL DE PESQUISA DA FIOCRUZ, 1, 1998. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

8

Construção de Conhecimento na Formação de Redes Sociopedagógicas

Humberto Salustriano da Silva
Rodrigo Silva Magalhães

Este capítulo tem por objetivo delinear como se dá a construção do conhecimento em uma rede sociopedagógica constituída em um espaço popular. Este debate coloca em evidência um aspecto importante para o campo acadêmico, já que este agrega diferentes visões no que se refere às populações historicamente marginalizadas. Além disso, o texto pretende contribuir para a reflexão sobre as atividades realizadas por projetos comunitários e suas implicações práticas na vida dos atores sociais envolvidos com tais empreendimentos.

Os espaços populares, desde a sua formação, na segunda metade do século XIX, são percebidos como um grande peso para o desenvolvimento da cidade pelo poder público e pela sociedade em geral (Zaluar & Alvito, 1998). Por várias vezes, tentaram eliminar do espaço 'visível', urbanizado, todos os focos de pobreza (favelas e morros) considerados pelas classes média e alta perigos extremos em potencial. Dessa forma, o olhar sobre as populações faveladas quase sempre se alternou dentro de duas categorias básicas: uma, que torna os moradores vítimas passivas do sistema tirânico do capitalismo, geralmente assimilada pelos setores progressistas; outra, que coloca as classes populares numa posição intimamente ligada ao tráfico de drogas e à marginalidade (Silva, 1999). Diferentemente dessas linhas de pensamento mais recorrentes sobre os espaços favelados, pretendemos no presente capítulo apresentar formas de trabalhos comunitários que se desenvolvem dentro de uma ótica diferenciada: a partir da organização da

sociedade civil e da valorização dos moradores como sujeitos efetivos no exercício de suas cidadanias.

O contexto em que se inserem os campos de atuação dessa lógica organizacional dizem respeito, em parte, ao surgimento das organizações não governamentais a partir da década de 1990. Tais instituições, em alguns casos, terão uma característica peculiar de atuação nas áreas onde o Estado, por ineficiência, não costuma atuar, ou quando o próprio poder público tem o objetivo de delegar determinadas iniciativas em detrimento de um menor custo/benefício com as atividades realizadas. Dessa forma, abordaremos um exemplo prático de ONG que atua no campo da educação, no local que escolhemos para análise: o bairro Maré. O critério que utilizamos para a escolha desse bairro relaciona-se com a nossa profunda ligação com o espaço, como moradores, e com a necessidade de manifestar um olhar sobre a favela que parta dela própria.

Nesse sentido, ingressamos na universidade pública com a consciência de que constituímos, ainda, um número ínfimo de universitários dentro da Maré. Porém, entendemos que o nosso papel perpassa por ações de intervenção local que buscam modificar o espaço de vivência, e (re)significar conceitos sobre favelas, cristalizados a partir de preconceitos.

O bairro Maré tem cerca de 132 mil habitantes espalhados por 16 comunidades, e no que concerne à educação apresenta dados preocupantes em relação à sua população. A respeito da taxa de analfabetismo, por exemplo, o Censo Maré 2000 apontou uma taxa de 7,9% de adultos analfabetos. Apesar de esse porcentual estar bem abaixo da média nacional (13,3%), ainda se encontra abaixo das taxas do município do Rio de Janeiro, que são de 6,1% para o ano de 1992 e de 3,4% para o ano de 1999 (Ceasm, 2000) Diante disso, um dos papéis fundamentais das instituições não governamentais em questão é o de tentar, por meio de seus projetos, atuar no combate a essas desigualdades criadas ano após ano por políticas públicas ineficazes e de caráter fortemente assistencialista. A proposta passa pela valorização das potencialidades das populações faveladas e pelo atendimento de suas reais necessidades cotidianas. Nesse sentido, as ONGs que se caracterizam por ações sociais contundentes agem na configuração de novas relações entre sociedade civil organizada e o Estado, onde a atuação em conjunto se constitui como marca principal. A viabilização dessas ações acontece por meio de parcerias tanto com setores privados quanto com setores esta-

tais, evidenciando, dessa forma, a construção de redes sociais nas diversas instâncias da sociedade.

Decidimos citar, como um exemplo expressivo de organização não governamental, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), criado no ano de 1997 por um grupo de moradores locais com formação universitária. A experiência pessoal em comum dessas pessoas com o sistema educacional e no desenvolvimento de estratégias para continuidade da trajetória escolar levou o grupo a uma reflexão sobre os baixos índices de qualidade da educação na Maré. A partir dessas reflexões, os moradores começaram a elaborar planos de ação que pudessem ter um caráter político e de longo prazo, visando ao aumento da escolaridade no bairro e também à ampliação do espaço-tempo de cada morador. Segundo Jailson de Souza e Silva, um dos idealizadores dessa iniciativa, "(...) uma das razões fundamentais para a curta permanência escolar é a valorização extrema, por parte dos setores populares, da realidade presente" (Silva, 1999).

Dessa maneira, com o objetivo de atuar diretamente na questão educacional, constituiu-se o primeiro projeto do Ceasm, o curso pré-vestibular, que já em seu primeiro ano teve um número de aprovações significativas, ajudando a colocar moradores da Maré dentro das universidades públicas. Ao mesmo tempo, o curso também teve como objetivo garantir as ações internas e externas da instituição, alimentando os sentimentos de pertencimento local e de mudanças tanto na estrutura do bairro quanto na macroestrutura da sociedade.

A grande demanda por resoluções de problemas sociais históricos na Maré acabou norteando o Ceasm no planejamento de outros projetos educacionais. A constituição desses projetos gerou a necessidade de se estabelecer parcerias com o setor público e privado, no plano externo, e de configurar também redes de funcionamento interno. Ou seja, articular os objetivos gerais da instituição como o fio condutor de cada projeto, produzir conhecimento, formar pesquisadores populares e instituir ações de intervenção na Maré a curto, médio e longo prazos. Dessa forma, organizaram-se as redes de educação, comunicação e cultura.

De uma maneira geral, então, o Ceasm garante o seu funcionamento mantendo um sistema de redes institucionais para além do bairro com as diversas instâncias dos setores governamental e empresarial, sendo as responsabilidades de cada uma delimitadas por funções específicas. Ou seja, o

fato de existir um sistema de parcerias que mantém financeiramente os projetos da instituição não implica a perda de sua autonomia ou de as partes envolvidas assumirem caráter representativo. Dessa maneira, o que se pretende por parte do Ceasm é uma interpretação dos anseios dos financiadores para que, na medida do possível, suas ações não estejam subordinadas aos interesses adjacentes. (Gonçalves, 2001). A respeito dessas questões, Dalcio Marinho Gonçalves afirma que:

> Por hipótese, se as ONGs assumissem a representação de seus parceiros, provavelmente a funcionalidade de suas práticas ficaria condicionada à determinada conjuntura de mercado ou à eventual corrente partidária no poder; por outro lado, se representassem a comunidade, sua mobilização poderia ser o fator condicionante. (...) Diante do papel que vêm assumindo, as ONGs demandam uma autonomia dirigida também a seus aliados, o que marca uma grande diferença em relação aos movimentos sociais dos anos 70, que tinham nesta perspectiva somente os adversários políticos, sobretudo o Estado. (Gonçalves, 2001: 30)

No que se refere à relação do Ceasm com os setores públicos e privados para a constituição de redes institucionais, podemos afirmar que está de certa forma ligada a um novo papel do Estado, no cerne de sua formulação. Gonçalves afirma em seu trabalho que "certamente, parte da disposição das agências multilaterais em financiar iniciativas das ONGs deriva de princípios neoliberais, em particular, a identificação de pontos vulneráveis na relação custo benefício das ações sociais realizadas pelo Estado" (Gonçalves, 2001: 34)

O direcionamento de recursos privados para as organizações não governamentais, em detrimento das ações realizadas pelo Estado, está associado a diversos fatores como, por exemplo, a corrupção da máquina estatal, a falta de controle direto dos investimentos por parte do setor empresarial e a diferenciação das normas que norteiam as relações trabalhistas. No entanto, isso não significa dizer que o Ceasm assume uma postura de atuar, continuamente, na perspectiva de substituir o poder público como uma ação fim em si mesma. Pelo contrário, pretende contribuir para a construção de uma nova relação entre Estado e sociedade civil que se materializa na configuração de ações exemplares aos órgãos competentes e na proposição de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades populares.

É importante também ressaltar que a atuação do Ceasm tem características diferentes de outras organizações não governamentais atuantes no campo da cidadania. Trata-se do seu próprio surgimento como uma instituição intrinsecamente ligada à história de militância de seus fundadores, na Maré, já que eram todos moradores e vivenciaram as dificuldades educacionais às quais o Ceasm, hoje, trabalha para superar. Essa identidade com o local de vivência possibilitou aos que pensaram a instituição focalizar suas atuações no âmbito específico do bairro Maré. Ajudou também a apontar idéias de intervenção que partem de dentro da própria favela, fugindo à regra comum de ação proveniente do plano externo que, na maioria das vezes, desconhece as realidades locais e se apresenta como medida redentora da população.

No contexto do funcionamento interno do Ceasm, o mecanismo das redes de conhecimento nas suas diversas categorias (social, pedagógica, acadêmica, administrativa etc) ainda encontra-se num processo de consolidação e legitimação perante o grupo participante. Porém, já existe, entre os projetos educacionais, a constituição de uma base de entrosamento na elaboração de algumas atividades no planejamento geral da ONG.

No ano 2000, foi realizado o projeto "Censo Maré 2000 – Quem somos? Quantos somos? O que fazemos?". Essa ação contou com a ajuda técnico-financeira de várias instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e a prefeitura do Rio de Janeiro. O projeto proporcionou, após a análise da sua primeira fase, a publicação de um caderno com os dados básicos obtidos sobre a Maré, onde o intuito principal foi: gerar para instâncias públicas informações que possibilitem uma melhor atuação no bairro, sem que esta tenha um caráter assistencialista ou um olhar estereotipado sobre as comunidades.

Nesse sentido, faz-se necessário chamar a atenção para o 'Observatório Social da Maré' que surgiu, como outros projetos do Ceasm, da demanda estabelecida pela realização do Censo 2000. Censo este que teve a característica de ter-se preocupado em pesquisar questões específicas sobre o conjunto de favelas da Maré, geralmente não contempladas na maioria dos censos oficiais, pelo motivo de não se destinarem às especificidades desses espaços. Dentro desse aspecto, o 'Observatório' decorre da idéia de produzir um melhor tratamento dos dados originados por meio dessa ação. Pretende também contemplar uma construção de conhecimento compartilha-

do a partir do engendramento de pesquisas que buscam compreender melhor a realidade local.

Atualmente, o 'Observatório' trabalha com três projetos: as pesquisas "O impacto da universidade na vida dos jovens da Maré", "Mapeando violências ocultas – crianças fora da escola, na Maré" e a publicação de um "Catálogo das instituições".

Desses três projetos desenvolvidos atualmente pelo 'Observatório', destacamos como um exemplo de tentativa de interlocução dentro do bairro o "Catálogo das instituições". Verificou-se, a partir do Censo Maré 2000, que um grande número de organizações, sejam elas de ordem pública ou privada, atuam na região. Porém, notou-se, da mesma forma, que existe pouco intercâmbio entre essas instituições, o que se traduz, na prática diária, como desvantagens para o morador. Ele não tem acesso aos serviços prestados por ignorar sua existência, e, por haver restrita troca de informação, ocorre o desconhecimento de objetivos em comum. Em contrapartida, quando os serviços chegam ao conhecimento das pessoas, nem sempre a qualidade se mostra eficaz, o que também gera descontentamento por parte do morador como cidadão.

É dentro desse contexto que o "Catálogo das instituições" surge com o intuito de gerar uma aproximação entre as organizações que atuam na Maré e a partir daí possibilitar um fluxo de informações entre as comunidades, de modo que o morador saiba a quem recorrer no que disser respeito aos seus direitos. Haverá ainda uma maior possibilidade de estreitamento das relações institucionais, o que propiciaria trabalhos mais articulados, independentemente das diferenças políticas e enfrentamentos particulares de lideranças locais. Porém, cabe salientar que essa tentativa de integração é sempre difícil, já que, na maioria das vezes, os interesses são diversos. Os objetivos mais importantes seriam o de minimizar, quanto fosse possível, as conseqüências dessa heterogeneidade de opiniões e o de privilegiar alvos que fossem consenso.

Apesar de o número de publicações do catálogo ser muito restrito, diante da enorme demanda por informação existente na Maré, será entregue um exemplar de cada livro em cada instituição cadastrada, possibilitando, assim, que os moradores consultem a publicação na instituição mais próxima de suas residências (igrejas, biblioteca, escolas etc). Outra estratégia que o 'Observatório' utilizou para ajudar na divulgação do catálogo se

refere justamente à idéia de funcionamento em rede dentro do próprio Ceasm. Dessa forma, a parceria estabelecida com o projeto de comunicação do jornal O *Cidadão* foi fundamental no desencadeamento da iniciativa, já que o impresso da Maré trabalha com 20 mil exemplares, em cada edição, distribuídos nas 16 comunidades.

Logo após a publicação do catálogo, o jornal passou a incluir, periodicamente, um conjunto de informações sobre instituições de educação, saúde, religiosa e de assistência social (governamentais ou ONGs). Essa experiência nos leva a refletir sobre o quanto se torna complexo qualquer trabalho de intervenção no bairro, dentro de um universo de mais de 130 mil moradores espalhados por diferentes localidades, onde cada uma delas guarda suas histórias de especificidades. Sabendo disso, o 'Observatório' tem como um de seus objetivos principais atuar exatamente a partir dessa heterogeneidade, possibilitando uma articulação de interesses baseados na consolidação da cidadania e na construção da identidade local.

Com base nessa missão, podemos afirmar que a construção do conhecimento no Ceasm se dá por meio de um eixo principal que é a preocupação essencial com o bairro Maré. Ela se dá pela ligação dos seus diretores e colaboradores com a localidade e, portanto, constrói o sentido básico que vai nortear o caminho de atuação da ONG. Assim, levando em conta esse olhar específico em torno da Maré, faz-se necessário que os participantes do projeto adquiram uma dimensão crítica da sociedade e tenham a capacidade de providenciar suportes necessários às discussões sobre problemas recorrentes dos locais de vivência.

Entendemos também a educação como algo capaz de trazer aos moradores essa conscientização e debate sobre os acontecimentos do mundo e da sua própria realidade. Para isso, temos como base o pensamento do educador Paulo Freire quando ele afirma: "Estávamos convencidos, e estamos, de que a contribuição a ser trazida pelo educador brasileiro à sua sociedade em partejamento, ao lado dos economistas, dos sociólogos, como de todos os especialistas voltados para a melhoria dos padrões, haveria de ser a de uma educação crítica e criticizadora" (Freire, 1986: 85-86).

É a partir desse ponto que o Ceasm apresenta características que vão ao encontro de projetos educacionais de caráter crítico, já que os mesmos têm como princípio repensar as bases estruturais da sociedade. Isso fica claro a partir de iniciativas práticas que estimulam o debate sobre a questão urba-

na no Rio de janeiro, citando como exemplo, a realização recente de um seminário que teve como temática: "Os futuros possíveis da favela e da cidade do Rio de Janeiro". O encontro foi organizado pelo 'Observatório de Favelas', projeto proveniente da ação do 'Observatório Social da Maré', e contou com a participação de vários representantes tanto do poder público quanto dos diversos espaços da cidade. Essa iniciativa está certamente ligada aos valores assumidos pelo Ceasm de pensar de forma macro os assuntos referentes aos problemas urbanos, dentro de uma lógica de cidade interligada nas suas diversas realidades. Diferentemente da idéia de cidade partida (Ventura, 1994) que não considera, de maneira integrada, o processo de formação histórica do espaço urbano, o Ceasm opta por trabalhar a partir de uma lógica que não desconsidera os elos de ligação na cidade, mas reconhece a dualidade cruel de um único capitalismo sobre a vida na sociedade. Como bem colocou André Esteves na sua dissertação de mestrado "não se trata de conhecer as duas faces do Capital – essa perversa racionalidade de mundo que modelou a existência humana no planeta nos últimos 300 anos. Não existem dois rostos. Mas um só. A verdadeira face do capitalismo é apenas uma tenebrosa sombra" (Esteves, 2004: 2).

A busca pela consolidação desses princípios no contexto externo ao bairro também se estabelece dentro do Ceasm com diversas iniciativas que acontecem em rede com outros projetos da instituição. Como exemplo, temos a viabilização de projetos em parceria entre o 'Observatório Social da Maré' e o Programa de Criança Petrobrás,[1] que possibilitou a identificação do perfil de cada criança atendida pelo projeto com base na organização de um banco de dados. A finalidade é acompanhar o desempenho pedagógico dos estudantes e, nesse sentido, contribuir para que haja uma crescente valorização do espaço escolar por parte desses alunos.

Outra estratégia de construção do conhecimento interessante acontece na articulação dos universitários que passaram pelo curso pré-vestibular da Maré e, atualmente, se reúnem em torno de grupos de discussões que privilegiam tanto os estudos acadêmicos quanto as formas de permanência dentro da universidade e de intervenção local com objetivos reais de mudanças.[2]

[1] Hoje, o Programa de Criança Petrobrás atente em média 2.500 crianças, dentro das escolas públicas da Maré, providenciando apoios pedagógicos de diferente natureza: oficinas de arte, música, português, dentre outras.

[2] Núcleo de Estudos e Pesquisas para o Observatório Social (Nepos) e União dos Alunos Universitários (UAU).

Essas atividades mostram claramente os valores do Ceasm no que diz respeito à continuidade do trabalho social por parte dos próprios estudantes, que, após ingressarem nas universidades públicas, regressam para a Maré e se inserem nas redes de atuação. Exemplos concretos dessas iniciativas estão no fato de hoje parte dos universitários exercerem as atividades de professor e monitor dos preparatórios do ensino fundamental/médio e no próprio curso pré-vestibular da instituição.

Feita essa breve descrição dos projetos que escolhemos para exemplificar a formação de redes sociais, podemos verificar inúmeras possibilidades de ampliação de um conhecimento compartilhado. Sobretudo, quando partimos da mesma lógica 'esmiuçada' por Paulo Freire, no que tange à troca de saberes diferentes e ao crescimento individual e coletivo nas transformações sociais.

O crescente movimento de globalização tem nos levado a refletir sobre as diversas formas de organizações locais como meios eficientes de afirmação das identidades. A homogeneização cultural imposta por esta concepção global de vida ignora as peculiaridades dos povos e cada vez mais prioriza os valores das classes dominantes. Assim, as populações que estão, historicamente, à margem dos 'progressos' capitalistas padecem na pobreza material e, na mesma medida, na própria limitação de espaço-tempo que lhes é imputada.

É dentro desse contexto macropolítico/econômico que os projetos do Ceasm podem ser colocados como exemplos locais de contra-hegemonia, principalmente quando as escolhas que dizem respeito à organização dessas iniciativas passam pela valorização de grupos sociais marginalizados. Pretende-se estabelecer bases sólidas de diálogo e instrumentalizar o morador para que exerça a sua cidadania no seu espaço de vivência (bairro, cidade, mundo).

Por fim, entendemos as experiências desses projetos na Maré como formas eficazes de alcançar desenvolvimentos locais por meio da constituição de redes sociais e de conhecimento. Porém, sem se afastar de objetivos gerais, a saber: a aquisição de uma melhor compreensão da realidade global e a elaboração de intervenções que visem à produção de alternativas de mudança social.

Referências

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM). *Quem Somos? Quantos Somos? O que Fazemos?: a Maré em dados - censo 2000*. Rio de Janeiro: Ceasm, 2000. Disponível em: <www.ceasm.org.br/abertura/05redes/05observ/censo_doc/CensoMare2000.doc>. Acesso em: 21 jun. 2007.

ESTEVES, A. O Cidadão: *um jornal comunitário na era da globalização*, 2004. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GONÇALVES, D. M. *Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré: uma organização não-governamental na dimensão do movimento social e político comunitário*. Rio de Janeiro: FCS, Uerj, 2001.

SILVA, J. S. *Por que Uns e Não Outros?: a caminhada de estudantes da Maré para a universidade*, 1999. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VENTURA, Z. *A Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, A. & ALVITO, M. (Orgs.) *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

9

Luiza, Gabriela e Joana: narrativas femininas na Maré

Elaine Savi
Maíra Araújo

Este capítulo relata a experiência de um grupo de mulheres que se reúne semanalmente em uma comunidade da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Se é favela ou bairro, isto é difícil definir. Afinal, a identidade é múltipla e relacional. Apesar de ser considerada como bairro desde o final da década de 1980, e de nove das suas dezesseis comunidades terem sido construídas pelo poder público, a Maré é reconhecida como um dos maiores complexos de favelas da cidade.

De qualquer modo, podemos dizer que apesar da história de luta e de inegável alegria e criatividade nos modos de andar a vida, é uma comunidade que enfrenta diversas dificuldades, mas que também está sempre em busca de novas respostas para suas adversidades.

Ao contrário do que muitos podem supor, a intimidade é um bem apreciado. Se muitas vezes vemos exposta a vida íntima de uma pessoa ou família, isto se dá muito mais por falta de opção do que por desvalorização. É claro que, no limite do sofrimento, a necessidade de 'desabafar' é premente. Ser ouvido, ter uma palavra de alento, poder chorar produz alívio, sensação de leveza.

Muitas mulheres têm dificuldade para dormir. Vivem preocupadas com a violência – não só dos freqüentes tiroteios e confrontos –, como também com a luta pelo pão de cada dia, por melhores condições de vida, pela possibilidade de trabalhar, pelo direito de descansar e ter lazer. Além da insônia, outras mazelas são comuns: depressão, enxaqueca, hipertensão,

falta de apetite. Sofrem por si mesmas e pelos seus. Buscam o serviço de saúde e, via de regra, são medicadas com resolutividade duvidosa. Mas não se acomodam e seguem em direção a novos caminhos que possam aliviar seu sofrimento. 'Estar junto' parece munir de força e persistência esse caminhar.

A Origem

No ano de 2001, o Núcleo de Estudos Locais em Saúde (Elos), em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina (Cepel), participava da Rede de Solidariedade da Leopoldina que mensalmente reunia representantes de movimentos sociais para trocar experiências com proposta orientada para a promoção da saúde por meio de políticas públicas formuladas e encaminhadas intersetorialmente.

É nesse contexto que chega até nós a demanda de formação de um grupo de mulheres, por intermédio de uma agente comunitária religiosa, participante da Rede de Solidariedade da Leopoldina e moradora da comunidade em casa mantida pela Congregação das Irmãs Cabrini. A casa abriga algumas Irmãs, em processo de formação religiosa católica, que desenvolvem vários trabalhos na comunidade. O grupo de Irmãs se renova periodicamente, já tendo havido outras tentativas de agrupar mulheres da comunidade, com diferentes objetivos.

A religiosa relata que, freqüentemente, recebe em sua casa alguma mulher que precisa ser ouvida e daí surgira a idéia de agrupá-las, solicitando a ajuda do Elos para esta tarefa.

Há, portanto, uma demanda institucional, que surge a partir da percepção de alguém que convive na localidade. Segundo a Irmã, as mulheres se queixam muito de problemas familiares, principalmente com os maridos que, em geral, em decorrência do uso abusivo de álcool, tornam-se violentos. Tais queixas, para a religiosa, vêm agravadas por limites impostos pela realidade que faz com que as mulheres não tenham meios para sair dessa situação, pois sem profissão, sem trabalho e com 'filhos para criar', vêem-se impedidas de tomar alguma atitude junto aos maridos agressores. Este contexto justifica a idéia da Irmã de formar uma cooperativa de trabalho a fim de dar condições às mulheres para mudar o rumo de suas vidas.

O Grupo

Em junho de 2001, o grupo se encontra pela primeira vez, reunindo moradoras de várias comunidades da Maré. Quase todas são católicas, embora o convite tenha sido extensivo a pessoas com outras práticas religiosas. Vale ressaltar que nossos encontros acontecem na casa das Irmãs.

As participantes do grupo são donas-de-casa, em sua maioria com idade entre 35 e 60 anos, mães cuidadosas e preocupadas com seus filhos. Dentre as casadas, de fato, muitas têm problemas com seus maridos. As que são separadas, em geral, lutam muito e sozinhas para manter os filhos.

As exigências das suas vidas impõem certa rotatividade ao grupo. A maioria não possui atividade laborativa contínua fora de casa. Algumas trabalham voluntariamente, outras têm pequenos negócios e outras ainda ganham seu sustento como ambulantes, vendendo alimentos caseiros. Quem consegue trabalho formal fica impossibilitada de participar das reuniões que acontecem nas tardes de quinta-feira. Embora existam diferenças socioeconômicas, o grupo compartilha a condição de gênero, pobreza, violência e, principalmente, sofrimento.

O primeiro encontro com as mulheres é marcado por uma imensa 'necessidade de desabafar'. Todas se apresentam falando de seus problemas. Em algumas situações, falam dos problemas antes mesmo de dizer o próprio nome. As falas circulam pelas mulheres cada uma a seu tempo. Com exceção de uma ou outra palavra de alento, não há interrupções. São falas longas e emotivas que quase sempre terminam em lágrimas. Um pacto implícito que parece explicitar uma outra demanda que, embora não invalide a apresentada pela missionária, deixa claro que, no limite do sofrimento, a necessidade das mulheres se expressarem é premente. Elas querem falar e ser ouvidas. Querem ser acolhidas e reconhecidas como pessoas que sofrem.

Com a continuidade, esta primeira forma de expressão vai se modificando, permitindo a troca de experiências e de opiniões. Um tema inicialmente latente e em pouco tempo francamente manifesto é o medo imposto pela presença opressiva do narcotráfico na comunidade. Além da cotidiana dificuldade de sobrevivência, algumas mulheres vivem atormentadas com a situação dos filhos que sofrem, por um lado, no seu dia-a-dia, com a falta de perspectiva no que diz respeito a possibilidades de ascensão social, e, por outro, com a presença constante e marcante do narcotráfico como

ameaça de sedução para o uso e/ou tráfico de drogas, além do perigo que a todos atinge, relacionado aos freqüentes tiroteios.

Rapidamente emerge a questão do sigilo e da confiança. Embora seja um tema presente desde o início, a explicitação só se torna possível a partir de uma vivência do grupo. Uma situação de conflito traz à tona uma questão que faz parte do cotidiano das mulheres, mas que, num primeiro momento, só é possível ser comunicada por gestos. Muitas vezes as mulheres olham para trás ou para a janela enquanto falam de determinados assuntos. Em outros momentos se entreolham em busca de consentimento para continuar sua fala. O tema sigilo/confiança se relaciona com aspectos importantes de suas vidas: a segurança, a privacidade e a intimidade. Explicitada a questão do sigilo e da confiança em suas várias dimensões, surge um segundo pacto grupal, dessa vez explícito. Deixamos claro que as pessoas não são obrigadas a se expor e que devem falar sobre assuntos que desejem discutir com o grupo e com os quais se sintam à vontade. Além disso, fica combinado que o grupo é um espaço onde é possível resolver as dificuldades que por ventura surjam e o falado ali não deve ser assunto de outros espaços de convivência.

O grupo continua se encontrando e decide o que quer ser. Não há consenso sobre a idéia de cooperativa, mas definem que querem continuar se encontrando para conversar, falar dos problemas e fazer 'coisas leves' como: expressão corporal, dançar, festejar os aniversários e passear. A falta de consenso sobre constituir o grupo como possibilidade de geração de renda pode ser explicada, em parte, pela estratificação social presente – as mulheres têm necessidades diferentes –, mas de certa forma define o grupo como espaço não só de expressão do sofrimento, mas também de resistência.

Em meio a tantos problemas, as mulheres desejam um tempo para pensar em si mesmas. Não desistem da vida, são combativas. Quando se reúnem, é verdade, sofrem e choram muito. Por si mesmas, por suas famílias, por seus amigos e pelos semelhantes, mas também trocam experiências e buscam um espaço para a alegria.

O Contexto

No grupo de convívio, muitos são os relatos de mal-estar físico (enxaqueca, dores pelo corpo, insônia, desânimo). Ao chamarmos a atenção das mulheres para o número de participantes que fazia uso de medicamentos, uma

voz que rapidamente agregou gestos de concordância, sinalizou: "– Ih, doutora! Aqui neste lugar todo mundo é doente" (Coruja[1] *apud* Savi, 2003: 7).

O comentário parece significativo. Ao situar a doença em um lugar, a mulher sinaliza que as condições de vida daquela coletividade geram problemas de saúde. Segundo Berlinguer (1988), a doença pode ser um sinal, uma vez que raramente é um caso isolado, apesar de ser um fenômeno vinculado à existência privada do indivíduo. A medicina moderna perdeu o vínculo com o contexto de vida do paciente, e os serviços de saúde tendem a reprimir e a distorcer os sinais coletivos da doença, porque circunscrevem a atuação do médico à relação individual com o doente e reduzem os processos de saúde-doença à sua expressão no organismo. 'Este lugar' ao qual a mulher se refere é a Maré, um espaço físico e também social.

Localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, em uma região originalmente pantanosa, com vários mangues e brejos, nas margens e sobre as águas da Baía da Guanabara e habitada por milhares de pessoas, a Maré situa-se em uma área bastante movimentada – entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil. Ao passarmos de carro pela Linha Vermelha, temos a impressão de que se trata de uma imensa e homogênea favela. Na verdade, é um complexo que abriga várias comunidades diferentes, com processos de formação peculiares.

O início da ocupação na área da Maré se deu na década de 1940, pouco antes da construção da Avenida Brasil, em 1946, que simboliza a época de expansão da industrialização da cidade. O processo de decadência da agricultura e de desenvolvimento da industrialização favoreceu intensos movimentos migratórios em direção às cidades, obrigando a população, que precisava morar perto do trabalho a ocupar terrenos que, pela dificuldade de acesso ou mesmo de construção (mangues, morros e terrenos inundáveis), haviam escapado da especulação imobiliária (Jacques, 2002).

Em função das características geográficas, a ocupação da Maré se deu com construções nada tradicionais. A habitação era construída sobre uma base de madeira que, por sua vez, ficava sobre as palafitas – estacas verticais fincadas na lama. Assim, os moradores se protegiam do sobe-e-desce das marés.

[1] Para garantir o anonimato das depoentes, conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa, foram utilizados pseudônimos escolhidos pelas mesmas. A observação é válida para todos os casos seguintes.

Atualmente, após inúmeros aterros, já não se vê o mar, nem as palafitas. Após uma longa história de construções, reconstruções e muita luta, foi com o Projeto Rio que as palafitas desapareceram completamente, transferindo muitos moradores para os conjuntos habitacionais recém-construídos. A partir daí a comunidade se consolidou de forma definitiva em casas de alvenaria, e os serviços urbanos básicos foram concluídos.

O complexo da Maré hoje é constituído por 16 comunidades com características e processos espaciais bastante distintos, embora não haja nitidez de fronteiras geográficas entre elas. Entretanto, não é apenas a história de ocupação de um espaço geográfico adverso, com todo aprendizado que isto possibilitou que os moradores da Maré compartilham. Além da solidariedade e de uma inegável criatividade nos modos de andar a vida, convivem com a pobreza, a violência, o sofrimento e, segundo nossa companheira de grupo, com a 'doença'.

Quase todas as mulheres do grupo queixam-se de insônia, dor de cabeça, tristeza, desânimo, dores pelo corpo... Identificam esse mal-estar como problema de saúde e buscam atendimento médico. São medicadas, mas suas queixas persistem. Parece tratar-se de um mal-estar tão difícil de diagnosticar quanto definir o que seja pobreza.

Vista como um problema social, a pobreza diz respeito aos limites aceitáveis de escassez de renda ou de bens e serviços admitidos em cada sociedade. Trata-se, portanto, de uma categoria política e não apenas de uma categoria econômica (Santos, 1979). Durante muito tempo a pobreza figurou como sinal de atraso a ser superado pelo progresso, e hoje, em virtude dos imperativos do mercado em tempos de aceleração econômica e revolução tecnológica, parece se fixar como realidade inexorável. A modernização, em um país de periferia como o nosso não cria o emprego e a cidadania prometidos, ao contrário, agrava a pobreza à medida que desqualifica e descarta quem não tem como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica (Telles, 1999).

Voltando ao carro que passa pela Linha Vermelha em direção ao Centro, dele avistamos a Maré como uma grande e homogênea favela, mas não só. Avistamos também a pobreza naturalizada como uma paisagem situada no espaço que denominamos periferia, ou seja, um espaço limítrofe entre a inclusão e a exclusão, que pertence e ao mesmo tempo não pertence à cidade. Se percerbermos esse lugar não mais como quem passa ao largo,

mas ao contrário, como quem caminha pelas ruas, podemos lançar um novo olhar para velhos problemas, como pobreza, exclusão/inclusão social e sofrimento.

De pronto, um aspecto que chama a atenção é a presença de estratificação social. Nas ruas construções precárias se avizinham de fachadas em boas condições e de um comércio que vai desde a 'birosca' até a *pet shop*. No grupo, a aparência física das mulheres e seus relatos também denunciam esta realidade. A prestação para a compra de uma 'correntinha' de ouro convive com a necessidade de doação de um prato de comida.

A idéia de progresso e possibilidade de acesso a bens de consumo também se faz presente. Em um dos encontros do grupo, a conversa girava em torno da utilização de remédios caseiros como forma de tratamento de algumas mazelas, quando Rubi, a mulher mais velha do grupo sinalizou: "(...) o pobre hoje em dia é rico, porque o Brasil mudou muito. Muitas coisas pra melhor, muitas coisas pra pior, mas que a situação hoje em dia não é como era antigamente, não é" (Rubi *apud* Savi, 2005: 152).

Outra mulher concorda, e ambas passam então a relatar situações de suas vidas que exemplificam a afirmação. Contam, por exemplo, que antigamente, ainda na época das palafitas, não era possível comprar chupeta e por isso tinham criado seus filhos dando, para que eles sugassem, papa de farinha envolta num saquinho de pano. Acham graça da história, e Rubi chama a atenção para o fato de que "hoje em dia, todos podem ter uma chupeta" (Rubi *apud* Savi, 2005: 153). Mais do que isso, as mulheres comentam sobre a quantidade de coisas que existem para facilitar a vida das pessoas. Ter acesso a tais coisas é algo que passa a ser almejado e pelo qual se luta. O mundo do consumo, da facilidade, chega para todos, se não como realidade, com certeza como desejo imprescindível, principalmente para os jovens. No entanto, não chega apenas como facilidade de vida. Uma sociedade capitalista, para a qual tudo se transforma em mercadoria, produz demandas de forma igualitária ao mesmo tempo em que amplia as desigualdades. Um mundo fascinante que concretiza em objetos de consumo valores, como bem-estar, sucesso e poder, 'entra', por meio da mídia, indistintamente em todas as casas gerando muitos problemas, principalmente onde não há sequer garantia de sobrevivência.

Num dos encontros do grupo, Camélia chorou copiosamente por não poder atender o desejo do filho adolescente de comprar uma bermuda "de

marca". Ela suplicou ao jovem que tivesse paciência prometendo que "daria um jeito". Em relato comovente, a mãe deixa claro seu imenso medo de que o filho "fizesse alguma besteira" para realizar seu imperioso desejo (Camélia *apud* Savi, 2005: 160-161). Entre soluços a mulher dizia: "Eu gosto tanto do meu filho (...) Eu tenho muito medo porque esse meu filho gosta muito de dinheiro. As meninas gostam de estudar, mas ele gosta mesmo é de ter dinheiro, poder fazer um lanche na rua, usar as roupas da moda, mas é meu filho querido" (Camélia *apud* Savi, 2003: 25).

O Sofrimento... difuso

De fato, a situação de pobreza impõe o enfrentamento da violência em suas diversas formas de expressão – a violência estrutural do desemprego, a violência oriunda da luta pela sobrevivência e outras que destas decorrem, como a criminalidade e o dilaceramento do núcleo familiar. O confronto diário com tais situações e a tarefa de cuidar, tão identificada à condição feminina, em situações de tal forma adversas, se impõem como limitação e parece colocar seu preço. No limite de suas possibilidades, só resta mesmo a linguagem muda do desânimo, da insônia, das dores.

Desconsiderado pela saúde pública e desvalorizado por uma sociedade cada vez mais veloz, cujo projeto dominante enfatiza as avaliações quantitativas e a sofisticação tecnológica, o sofrimento torna-se difuso. Na busca de acolhimento, apresenta-se travestido do que é reconhecido pela sociedade, adquirindo assim características mutáveis.

O sofrimento difuso é um termo utilizado por Valla (2001) para se referir a uma queixa sobre sintomas, como dores de cabeça, dores pelo corpo, desânimo e insônia, detectáveis, porém não diagnosticáveis por meio de exames laboratoriais. Trata-se, portanto, de um mal-estar físico e/ou subjetivo manifesto em queixas somáticas inespecíficas e de difícil classificação nos diagnósticos da clínica médica ou psiquiátrica. Os profissionais de saúde, de modo geral, não estão preparados para lidar com esta demanda e tendem a identificar essas pessoas como "pacientes poliqueixosos" ou "pitiáticos".

Para Fonseca, Guimarães e Vasconcelos (2008), refletir sobre este tema pode ampliar a compreensão a respeito dos usuários dos serviços de saúde que demandam por atenção sem que possuam alguma doença que, necessariamente, se enquadre em manuais diagnósticos. Em suas palavras: "Tirar esses

usuários de categorias pré-estabelecidas ou preconceituosas – como poliquixosos ou pitiáticos – e perceber suas necessidades de cuidado e acolhimento é um grande desafio para os profissionais da ponta, assim como para seus processos de trabalho" (Fonseca, Guimarães & Vaconcelos, 2008: 286).

Embora utilizando o corpo como instrumento privilegiado de comunicação de conflitos do mundo afetivo, a 'doença dos nervos', assim nomeada por alguns autores, possui uma significação que engloba queixas orgânicas e psíquicas. O ser que sofre assinala como causa de seus distúrbios, além dos fatores orgânicos, também os de natureza relacional, como conflitos individuais, familiares ou de trabalho. Sua expectativa é de ser reconhecido e seu sofrimento tratado tanto como um problema físico quanto afetivo (Costa, 1987).

O homem moderno vive o empobrecimento da representação de sua experiência – vida psíquica. Pressionados pelo estresse e pelas imagens da mídia, que impõem identificações como única possibilidade social de construção do 'eu', as pessoas de hoje substituem a interpretação do sentido pelo ato ou pelo seu avesso, o abandono (Kristeva, 2002).

Mesmo reconhecendo que a classe trabalhadora vive problemas específicos vinculados às condições de suas vidas, não podemos deixar de pensar no sofrimento como um mal-estar próprio de um modo de vida de uma sociedade que consome bens materiais, símbolos de *status* e também a vitalidade de corpos e mentes utilizados na indústria do lucro. Uma sociedade que de um lado produz uma realidade social cruel apoiada no individualismo, na competição, no tédio e no medo e, de outro, oferece os meios de fuga desta realidade (Costa, 2004).

Nos encontros do grupo, a partir das narrativas das mulheres é possível traçar os caminhos do sofrimento difuso. Vão aos serviços de saúde, não encontram resolutividade, mas não desistem e saem em busca de novos caminhos. Vão à igreja, se engajam em movimentos que lhes dêem esperança de uma vida melhor e também vão ao grupo de mulheres. Algo nesta trajetória é comum: a busca de construção de vínculos.

Algumas Considerações Finais

A luta pela sobrevivência em contexto de extrema desigualdade social impõe o enfrentamento de situações, como o desemprego estrutural, que, muitas vezes, só encontra saída nos trabalhos informais com remuneração

incerta e sem qualquer tipo de direito. Trata-se de uma violência social externa à vida familiar, mas que invade seu dia-a-dia e está na raiz de outras formas de violência, como maus-tratos, alcoolismo e até mesmo a criminalidade.

Fora da possibilidade de controle individual, a violência na comunidade gera muito sofrimento. O uso e abuso da força física, não só por parte dos criminosos como também das autoridades policiais é um problema que exige estratégias de enfrentamento adequadas para cada situação.

No grupo, enquanto as mulheres mais velhas reclamam da teimosia de seus filhos que querem sair à noite para festas e passeios, uma jovem mãe declara que antes de ter seu filho também não tinha medo e gostava de sair. Agora passou a ter muito medo. Olha para o seu bebê e não tem coragem de sair à noite, nem para ir à igreja. A maternidade deu novo sentido a sua vida, da qual depende agora uma outra vida que lhe é muito cara.

Lirio conta para o grupo que, quando há tiroteio durante a noite, sua filha passa a ter um sono muito agitado. A pequena não acorda, mas fica se debatendo na cama e falando alto. A única coisa que a acalma é o contato de pele com a mãe. Assim, mãe e filha ficam abraçadas até que a noite silencie.

Mas a vida segue e à mulher cabe a preocupação com a manutenção da família e o futuro dos filhos. Muitas vezes, ingressa no mercado de trabalho, formal ou informal, para complementar ou mesmo garantir a renda familiar. Cabe a ela também a ocupação diária com as tarefas rotineiras – fazer as compras, cozinhar, lavar, passar, levar os filhos à escola e ao médico, dentre outras atividades. Contudo, nem sempre a violência vem de fora. A opressão 'muda' de uma vida familiar conturbada é dilacerante e marca um outro espaço de sofrimento. Um espaço de difícil expressão, já que inclui a todos.

Assim, enquanto umas, apesar das desavenças, se mantêm com seus maridos por causa do 'feijão com arroz', outras lutam por formas de romper este elo. Se para algumas o amor é desilusão, fim dos sonhos do passado, para outras é esperança, sonho atualizado no presente. Umas sofrem com seus maridos, outras sofrem por eles, e outras ainda sofrem a falta deles. Algumas agradecem a Deus pelos filhos que têm, e outras agradecem por Deus ter tirado os seus do 'mau caminho'. Mas há também as que choram e pedem a Deus que oriente seus filhos. Enquanto umas se vêem destemidas, acostumadas com os constantes tiroteios, outras percebem o medo nos joelhos que tremem, nas pernas que não obedecem ao seu co-

mando ou no choro do filho que dorme. Umas têm enxaqueca, outras hipertensão. Umas não dormem, outras não conseguem sair da cama.

No grupo, com a continuidade dos encontros, a fala individualizada, longa e sem interrupção deu espaço a uma conversa mais dinâmica. As mulheres colocam-se em diálogo. Para Maria Waldenez de Oliveira (2004), diálogo é encontro entre seres humanos que pronunciam o mundo e após problematizá-lo, o repronunciam. É, portanto, ato de criação e recriação que constrói consciência crítica. Entretanto, pressupõe a visão do outro como sujeito de sua experiência e, portanto, de conhecimento.

Para um diálogo verdadeiro, é imprescindível conviver. O convívio suscita perguntas e oferece respostas; permite conhecer o outro e/no seu contexto; amplia a compreensão da realidade e promove aprendizado mútuo; possibilita a construção de vínculos. Para conviver, é necessário envolvimento pessoal. Estar junto e colocar-se sem fazer disso um instrumento de dominação.

O Grupo de Mulheres é um grupo aberto, permeado pela idéia de rede de cuidados e que tem na própria comunidade sua característica fundamental. É na comunidade que o grupo acontece e é na comunidade que as pessoas (con)vivem. A comunidade é o território de um determinado modo de vida, apesar da singularidade de cada vida.

Adalberto Barreto (2005) considera que toda cultura assim como todo indivíduo tem direito à diferença. A cultura nutre a identidade do ser humano, é elemento de referência na construção da identidade pessoal e grupal e é só a partir desta referência que é possível se afirmar, se aceitar, se amar para então amar os outros e assumir uma identidade como pessoa e cidadão. Numa comunidade, as pessoas fazem parte da mesma cultura, uma vez que compartilham recursos de comunicação e mantêm entre si laços de identidade (Barreto, 2005).

Em nosso grupo nos propomos a acolher o sofrimento e a trocar experiências. Juntas, buscamos ampliar nossa compreensão da realidade bem como identificar e fortalecer as capacidades de cada mulher e do grupo em encontrar saídas para seus sofrimentos. Não há soluções prontas para os problemas, e sim construções que apontam caminhos possíveis.

Winnicott postulou que o olhar materno é o primeiro espelho do ser humano: "Quando olho, sou visto, logo existo" (Mello Filho, 1989: 196). No grupo, cada participante reflete a imagem real do outro e também o que vê "com os olhos do inconsciente" no outro. Em contrapartida, pode

se ver através do outro. Ser olhado e reconhecido nos permite estruturar nossa identidade através de um '*self*' (si mesmo) mais íntegro e harmônico. Parafraseando Winnicott, Mello Filho afirma que no grupo: "vemos e somos vistos, logo existimos". Desta forma, coloca o grupo como um espaço onde as interações e trocas adquirem potencial transformador.

Com a convivência, aos poucos vão se entrecruzando enxaquecas, desgostos, preocupações, insônias, desânimos e falta de perspectivas. O singular e o coletivo compartilhados traçam um novo desenho para as dores do corpo e da alma. Ao se partilhar o sofrimento, não se está mais só. A convivência cria sentido de pertencimento, resgata valores culturais e possibilita a participação, o diálogo e a reflexão, permitindo que cada mulher possa ser agente de sua própria transformação.

Quando uma mulher fala de seu problema, está transmitindo sua visão de mundo e expressando/comunicando seu sofrimento. Sua história traz à tona o sofrimento, antes silenciado, das outras mulheres. No diálogo que objetiva o sofrimento, é possível refletir e socializar o conhecimento elaborado ao longo de suas vidas. Mais ainda, é possível construir novos conhecimentos a partir das diferentes vivências. Compartilhar problemas e sofrimentos fortalece os vínculos afetivos e gera cumplicidade na busca de soluções possíveis (Barreto, 2005).

Cabe à coordenação do grupo mediar as relações, facilitando a troca de experiências, potencializando as competências de cada mulher, valorizando seus recursos e suas descobertas. Para tanto, é necessário manter um clima acolhedor e respeitoso, garantir o direito à fala, clarificar as mensagens e explicitar os interditos.

Luiza, Gabriela ou Joana... Com a convivência, passam a pertencer a um grupo e a experienciar o outro numa atitude recíproca de interioridade (Paiva, 2003). Este pertencimento significa enraizar-se no cotidiano do outro e também no reconhecimento de sua própria existência, afinal, precisamos do olhar do outro para nos perceber. A subjetividade é um processo que se dá na intersubjetividade. São mulheres iguais em suas diferenças que juntas trocam experiências, oferecem e recebem ajuda. O problema vivido por uma mulher, muitas vezes se transforma em competência para ajudar a quem precisa. A vivência que uma mulher experimenta hoje é sempre uma possibilidade de todas as outras. A convivência estabelece vínculos de afeto e solidariedade, possibilitando a construção de uma rede de cuidados que

atua para além do grupo, identificando outras mulheres que precisam de ajuda, visitando as que adoecem, contribuindo com as que não têm o que comer. Assim, elas vislumbram outras formas de lidar com o cotidiano.

No grupo se imbricam as condições e as experiências de vida, o objetivo e o subjetivo, o individual e o coletivo. Aí reside a possibilidade de transformação. A inclusão do subjetivo é a possibilidade de inclusão do olhar do outro e, portanto, a possibilidade de construção de um conhecimento não excludente e de uma prática mais acertada.

O grupo funciona como elo de apoio social e expressão para o sofrimento, mas é também um espaço de liberdade, de autonomia e de construção de sentido onde o individual e o coletivo se imbricam na reconstrução da história e da subjetividade, permitindo a elaboração e a valorização de idéias sobre vida e saúde.

Em suas idas e vindas, entre a escola e a igreja, entre o armazém e o armarinho, Luizas, Gabrielas e Joanas cuidam da vida e tecem a solidariedade em seu espaço.

Referências

BARRETO, A. *Terapia Comunitária Passo a Passo*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2005.

BERLINGUER, G. *A Doença*. São Paulo: Hucitec, 1988.

COSTA, J. F. A consciência da doença enquanto consciência do sintoma: a 'doença dos nervos' e a identidade psicológica. *Cadernos IMS*, 1(1): 4-44, 1987.

COSTA, J. F. O uso perverso da imagem corporal. *Cadernos de Psicanálise*, 17: 91-108, 2004.

FONSECA, M. L. G.; GUIMARÃES, M. B. L. & VASCONCELOS, E. M. Sofrimento difuso e transtornos mentais comuns: uma revisão bibliográfica. *Rev. APS*, 11(3): 285-294, jul.-set., 2008.

JACQUES, P. B. 'Cartografias da Maré'. In: VARELLA, D. *et al*. (Orgs.) *Maré, Vida na Favela.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

KRISTEVA, J. *As Novas Doenças da Alma.* Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

MELLO FILHO, J. O *Ser e o Viver: uma visão da obra de Winnicott*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

OLIVEIRA, R. W. *Processos Educativos em Trabalhos Desenvolvidos entre Comunidades: perspectivas de diálogo entre saberes e sujeitos*. São Carlos: Ufscar, 2004.

PAIVA, R. O *Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SANTOS, M. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.

SAVI, E. S. A. O *Sofrimento Difuso de Mulheres das Classes Populares: estudo sobre a experiência de um grupo de convivência*, 2003. Projeto de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

SAVI, E. S. A. O *Sofrimento Difuso das Mulheres na Maré: estudo sobre a experiência de um grupo de convivência*, 2005. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

TELLES, V. S. A nova questão social brasileira: ou como as figuras do nosso atraso viraram símbolo de modernidade. *Caderno CRH - Centro de Recursos Humanos da UFBA*, 30/31: 85-110, 1999.

VALLA, V. V. O que a saúde tem a ver com a religião. In: VALLA, V. (Org.) *Religião e Cultura Popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.